

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Gisele da Rocha

**EVASÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE
QUILOMBO DE RINCÃO DOS CAIXÕES (JACUIZINHO – RS):
UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DOS FATORES CAUSAIS E
POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO**

Santa Maria, RS
2023

Gisele da Rocha

**EVASÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE
RINCÃO DOS CAIXÕES (JACUIZINHO – RS):
UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DOS FATORES CAUSAIS E POSSÍVEIS
ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Profº. Dr. Jorge Luiz da Cunha

Santa Maria, RS
2023

da Rocha, Gisele
Evasão escolar na Comunidade Remanescente de Quilombo
de Rincão dos Caixões (Jacuizinho - RS): uma análise
interseccional dos fatores causais e possíveis
estratégias de enfrentamento / Gisele da Rocha.- 2023.
173 p.; 30 cm

Orientador: Jorge Luiz da Cunha
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, RS, 2023

1. Educação básica 2. Construção identitária 3.
Estudantes quilombolas 4. narrativas (auto)biográficas
5. 172 I. da Cunha, Jorge Luiz II. Título.

sistema de geração automática de ficha catalográfica da unsm. dados fornecidos pelo
autor(a). sob supervisão da direção da divisão de processos técnicos da biblioteca
central. bibliotecária responsável paula schoenfeldt ratta cmn 10/1728.

Declaro, GISELE DA ROCHA, para os devidos fins e sob as penas da lei,
que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso
(Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias
objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente
referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi
apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau
acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração
poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras
consequências legais.

Gisele da Rocha

**EVASÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE
RINCÃO DOS CAIXÕES (JACUIZINHO – RS):
UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DOS FATORES CAUSAIS E POSSÍVEIS
ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Mestre em Educação**.

Aprovado em 18 de outubro de 2023.

Jorge Luiz da Cunha, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Carla Rosane da Silva Tavares Alves, Dr.^a (UNICRUZ)

Helenise Antunes Sangoi, Dr.^a (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTOS

“Para mim, é impossível existir sem sonho. A vida na sua totalidade me ensinou como grande lição que é impossível assumí-la sem risco.” (Paulo Freire)

Àqueles que veem a educação como instrumento de desconstrução, construção e reconstrução individual e coletiva e que acreditam que é possível (con)viver sem a permissividade da neutralidade perante contextos marcados pela segregação.

À Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões, pela acolhida, pela alegria da partilha, pela generosidade e pelo exemplo de perseverança. À matriarca Erocilda da Silva Fernandes (in memoriam), que, com sua simplicidade e verdade, eternizou, através de suas falas e de seus exemplos, o valor da Educação para a emancipação dos sujeitos, a beleza de cultivar as próprias raízes e a força feminina na luta pela terra e pela preservação da identidade.

Ao meu orientador, Professor Doutor Jorge Luiz da Cunha, por acreditar que uma orientanda gestante poderia desenvolver essa pesquisa. Aos demais professores da UFSM que ministraram as aulas do Mestrado em Educação, pelo incentivo. Aos colegas, pela paciência, disponibilidade e fraternidade. À Professora Doutora Helenise Sangoi Antunes e à Professora Doutora Carla Rosane da Silva Tavares Alves, por tornarem a Qualificação um momento de crescimento e encorajamento.

Aos meus pais, pelo apoio nos momentos em que pesquisa e maternidade duelaram na exigência por atenção e à minha irmã pela ajuda com questões técnicas. Aos meus amigos, por vibrarem comigo a cada pequena evolução nos percursos percorridos.

Ao meu filho, Theodoro, que nasceu juntamente com este Mestrado. É por ele, para ele e com ele que quero seguir firme, sem medo de assumir riscos, em meu maior sonho e propósito docente: contribuir para que o mundo seja um lugar mais humano, justo e feliz.

A todos estes, obrigada!

RESUMO

EVASÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE RINCÃO DOS CAIXÕES (JACUIZINHO – RS): UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DOS FATORES CAUSAIS E POSSÍVEIS ENFRENTAMENTOS

AUTORA: Gisele da Rocha
ORIENTADOR: Jorge Luiz da Cunha

Por que a maioria dos estudantes oriundos da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões (Jacuizinho – RS) não conclui a Educação Básica? Visando ao estudo desta problemática bem como ao apontamento de possíveis ações de enfrentamento, desenvolve-se esta pesquisa. A metodologia de investigação inicialmente é quantitativa, com o Estado da Arte (BARROS, 2011), seguida pela abordagem qualitativa (ANDRÉ e GATTI, 2013), com produção de dados por meio de pesquisa bibliográfica (GIL, 2002) e pesquisa de campo (MARKONI e LAKATOS (1996) instrumentalizada por questionários (GIL, 1999), narrativas (auto)biográficas (ABRAHÃO, 2003) e pesquisa-ação (DIONNE, 2007), com uma análise interseccional dos dados (FELTRIN et al, 2021). Revisita-se o histórico negro no que tange à luta pelo direito à educação (FONSECA, 2001; DOMINGUES, 2007), seção complementada pelo breve estudo acerca da relevância da educação para as relações étnico-raciais (GOMES, 2001), a partir do pressuposto de que a construção identitária do aluno está vinculada ao respeito e valorização de suas particularidades, entre elas a etnia/raça. A aprendizagem, por sua vez, está vinculada à construção da identidade (MUNANGA, 1999; SILVA, 2018). Nesse sentido, discute-se alguns aspectos da realidade local (NOGUEIRA, 2005), das práticas educativas relacionadas aos estudantes quilombolas e ações desenvolvidas pelo poder público - políticas públicas- diante do contexto de evasão, incluindo a formação docente (PINTO, 2018), culminando com uma ação com vistas à re-elaboração do Projeto Político-pedagógico de cada escola da rede municipal. O estudo da comunidade quilombola, por sua vez, evidencia que o incentivo à escolarização esteve presente desde a chegada da matriarca ao município (ANJOS, 2009), o que é corroborado pelas narrativas de alunos, ex-alunos e seus familiares registradas durante visitas à comunidade e também durante a última etapa deste estudo: uma roda de conversa com todos os estudantes quilombolas entre o 5º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio (RIBEIRO, 2019). Todos os dados produzidos, submetidos a uma análise interseccional, resultam em apontamentos acerca da urgência de ações voltadas à mitigar a evasão motivada, sobretudo, no caso feminino, pela gravidez e casamento precoce, e, no caso masculino, pelo ingresso no mundo do trabalho e desmotivação com os estudos. A visibilidade deste importante debate, cuja produção acadêmica é bastante restrita, e o somatório de agentes comprometidos com uma reconfiguração social (FREIRE, 1982) é parte fundamental no processo de fomento à reflexão acerca da evasão escolar, ainda na Educação Básica, dos estudantes quilombolas.

Palavras-chave: Educação Básica. Construção identitária. Estudantes quilombolas. Narrativas (auto)biográficas.

ABSTRACT

SCHOOL DROPOUT IN THE REMAINING COMMUNITY OF QUILOMBO DE RINCÃO DOS CAIXÕES (JACUIZINHO – RS): AN INTERSECTIONAL ANALYSIS OF THE CAUSAL FACTORS

AUTHOR: Gisele da Rocha
ADVISOR: Jorge Luiz da Cunha

Why do the majority of students from the Quilombo Remaining Community of Rincão dos Caixões (Jacuizinho – RS) not complete Basic Education? Aiming to study this problem as well as to identify possible coping actions, this research is developed. The research methodology is initially quantitative, with the State of the Art (BARROS, 2011), followed by the qualitative approach (ANDRÉ and GATTI, 2013), with data production through bibliographical research (GIL, 2002) and field research (MARKONI and LAKATOS (1996) instrumented by questionnaires (GIL, 1999), (auto)biographical narratives (ABRAHÃO, 2003) and action research (DIONNE, 2007), with an intersectional analysis of the data (FELTRIN et al, 2021). Revisit the black history regarding the fight for the right to education (FONSECA, 2001; DOMINGUES, 2007) complemented by a brief examination of the relevance of education for ethnic-racial relations (GOMES, 2001), under the assumption that a student's identity construction is tied to the respect and appreciation of their particularities, including ethnicity/race. Learning, in turn, is connected to identity construction (MUNANGA, 1999; SILVA, 2018). In this context, the research discusses some aspects of the local reality (NOGUEIRA, 2005), pedagogical work related to quilombola students, and actions taken by the government in response to dropout rates, including teacher training (PINTO, 2018), culminating in an effort to redevelop the Pedagogical Political Project of each municipal school. The study of the quilombola community highlights that encouragement for education has been present since the matriarch's arrival in the municipality (ANJOS, 2009), as confirmed by the narratives of students, former students, and their families collected during visits to the community, as well as during the last stage of this study: a roundtable discussion with all quilombola students from the 5th grade of Elementary School to the 3rd year of High School (RIBEIRO, 2019). All the data collected, subjected to an intersectional analysis, result in recommendations regarding the urgency of actions aimed at mitigating dropout rates, primarily driven by early pregnancy and marriage, entry into the workforce, and a lack of motivation for further studies. The visibility of this important debate, for which academic research is limited, and the collaboration of individuals committed to social change (FREIRE, 1982) are essential components in fostering reflection on school dropout among quilombola students, even within Basic Education.

Keywords: Basic Education. Identity construction. Quilombola students. (Auto)biographical narratives.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Potencial de consumo urbano por tipo de despesa no Município de Jacuizinho (2017).....	63
GRÁFICO 2 – Disparidade escolar entre negros e brancos (2020).....	125

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – Localização do Município de Jacuizinho.....	54
IMAGEM 2 – Divisas do Município de Jacuizinho após emancipação.....	54
IMAGEM 3 – Localização do Distrito de Novo Horizonte.....	100
IMAGEM 4 – Localização da comunidade Quilombola de Rincão dos Caixões.....	102
IMAGEM 5 – Vista panorâmica da Comunidade Remanescente Quilombola de Rincão dos Caixões.....	103
IMAGEM 6 – Momentos da visita à Dona Erocilda.....	108
IMAGEM 7 – Filhas, netas, bisnetas e noras da Senhora Erocilda.....	114
IMAGEM 8 – Registro fotográfico de reunião do grupo quilombola.....	120
IMAGEM 9 – Registro fotográfico do dia da assinatura da demarcação fundiária...122	
IMAGEM 10 – Apresentação do Grupo de Danças Afrobrasileiras Pérola Negra...140	
IMAGEM 11 – Registro fotográfico de três gerações do Grupo Pérola Negra.....	140
IMAGEM 12 – Diálogo com pedagoga da comunidade quilombola.....	149

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1 – Resposta da pergunta: O que você entende por relações étnico-raciais e qual a importância delas para o sucesso escolar dos estudantes?..... 74
- QUADRO 2 – Resposta da pergunta: O que você sabe sobre Educação Escolar Quilombola? 76
- QUADRO 3 – Resposta da pergunta: Com quantos alunos quilombolas você trabalhou em 2021? (Especifique se são do EF ou EM)..... 77
- QUADRO 4 – Resposta da pergunta: Você já pensou sobre a evasão dos estudantes quilombolas no município de Jacuizinho? Se sim, a qual conclusão chegou?..... 78
- QUADRO 5 – Resposta da pergunta: Considerando suas vivências no ambiente escolar, em sua visão, há discriminação racial em seu local de trabalho? Se sim, caso você deseje, conte um episódio e como foi o desfecho..... 80
- QUADRO 6 – Resposta da pergunta: Quais metodologias/recursos você adota em sua prática docente para promover a valorização cultural da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões?.81

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Dados quantitativos do Estado da Arte.....	25
TABELA 2 – Trabalhos selecionados do Descritor Educação Escolar Quilombola – Área de Educação.....	26
TABELA 3 – Trabalhos selecionados do Descritor Educação Básica – Área de Educação.....	30
TABELA 4 – Propriedades agropecuárias de Jacuizinho (2006).....	59
TABELA 5 – Classificação por classe conforme renda familiar.....	62
TABELA 6 –Escolaridade da população jacuizinhense em 2010 (10 anos ou mais).	64

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRQ	Comunidade Remanescente de Quilombo
DCNEQ	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola
DQNEQEB	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EEEM	Escola Estadual de Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFSM)
PPP	Projeto Político-Pedagógico
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOU	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
1.1	OBJETIVOS	19
1.1.1	Objetivo geral	19
1.1.2	Objetivos específicos	19
2	ASPECTOS METODOLÓGICOS	21
2.1	ESTADO DA ARTE: APONTAMENTOS TEÓRICOS PARA DEFINIÇÃO DAS METODOLOGIAS	22
2.1.1	Descritores	23
2.1.2	O Conhecimento dos pares	24
2.2	APORTE METODOLÓGICO	30
2.3	INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO E ANÁLISE DE DADOS: DO LIVRO ÀS ESPECIFICIDADES DOS SUJEITOS EM SEUS CONTEXTOS DE INSERÇÃO	32
3	A LUTA DO POVO NEGRO PELA GARANTIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INGRESSO, PERMANÊNCIA E DESEMPENHO NO AMBIENTE ESCOLAR: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	38
4	AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA: A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DE QUALIDADE PERANTE CONTEXTOS PERMEADOS PELA DISCRIMINAÇÃO RACIAL	46
5	ASPECTOS HISTÓRICOS DE UM RECORTE GEOGRÁFICO: JACUIZINHO, EDUCAÇÃO ESCOLAR E NEGRITUDE	53
5.1	JACUIZINHO: UM BREVE PANORAMA DA FORMAÇÃO AOS DIAS ATUAIS.....	53
5.1.1	Processo de colonização e emancipação	55
5.1.2	Aspectos socioeconômicos	59
5.2	PRÁTICAS EDUCATIVAS E SUAS INTERFACES: A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA SOB A ÓTICA DOS PROF. JACUIZINHENSES	67
5.3	POLÍTICAS PÚBLICAS: A ATUAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL JACUIZINHENSE NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA ..	82
5.4	IMERSÃO NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE RINCÃO DOS CAIXÕES: UM RETRATO ATRAVÉS DA PESQUISA DOCUMENTAL	97

5.5	COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE RINCÃO DOS CAIXÕES: A HISTÓRIA CONTADA POR SEUS AUTORES	104
5.5.1	A voz de D. Erocilda, matriarca da comunidade	107
5.5.2	As vozes dos descendentes de D. Erocilda	112
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
	Referências	158
	Anexo A – Termo de Consentimento livre e esclarecido	165
	Anexo B – Autorização de uso de imagem	169
	Anexo C – Instrumentos de produção de dados	170

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Além de um ato de conhecimento, a educação é também um ato político. É por isso que não há pedagogia neutra. (Paulo Freire)

A história brasileira foi e continua sendo escrita por uma somatória de mãos, dentre as quais destacam-se as mãos negras. Estas mãos, negras, somente tiveram acesso à pena, ao lápis, à caneta, ao teclado e a qualquer outro instrumento de escrita após muita luta, pois o direito à educação, legalmente¹, lhes foi subtraído.

A estas mãos, sempre tentaram impor apenas instrumentos de trabalho árduo, físico, desprovido de intelecto. Porém, unidas, aprenderam a derrubar barreiras, construir pontes entre a necessidade básica de sobrevivência e o saber, a interligar passado, presente e futuro, utilizando, para isso, o poder que somente a educação, sem o manto da neutralidade, é capaz de exercer. Assim, mesmo com as tentativas de ignorar a intelectualidade negra, mesmo com a ausência de anatomias negras nas enciclopédias científicas, mesmo com a inclusão tardia do negro em papéis de protagonismo nas artes, enfim, mesmo com todo o desrespeito à humanidade do ser humano negro, a organização negra, na busca por seu espaço de direito, não enfraqueceu, muito pelo contrário, foi sendo cada vez mais fortalecida através do entrelace de mãos que conhecem sua força e sua importância na construção de uma educação política, consciente e emancipatória².

Contudo, mesmo em um contexto de avanço quanto à conquista de espaços educacionais, ainda há discriminação. Os índices de escolaridade entre negros e brancos no Brasil seguem dissonantes (ANUÁRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2019), sendo, simultaneamente, causa e efeito de uma sociedade segregacionista. A situação revelada pelos números é notória no cotidiano, tanto que desde o estágio

¹ Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837: “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”. Documento completo disponível em História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEl, Pelotas, n. 18, p. 199-205, set. 2005.

² Conceitos embasados na dialética Freireana. Entende-se, nesta abordagem, educação política, consciente e emancipatória aquela que possibilita o diálogo democrático, analogamente ao discurso manipulador, entre sujeitos capazes de afirmarem suas posições. A este propósito, ver Paulo Freire: a) Pedagogia do oprimido, 1975; b) Pedagogia da esperança, 1992; c) Política e Educação, 1997.

supervisionado desta pesquisadora para conclusão do curso Magistério, em 2003, revelou-se uma realidade que até então ela não havia percebido: a baixa escolarização das pessoas negras. Tal percepção se deu devido ao fato de que começou a observar que as crianças negras da turma apresentavam mais dificuldades em realizar as tarefas encaminhadas para casa.

Após uma pesquisa envolvendo as famílias, descobriu-se que os pais destes estudantes eram, majoritariamente, analfabetos e trabalhavam informalmente, por isso não tinham conhecimento nem tempo para auxiliarem os filhos com os temas. Conhecendo mais profundamente a turma através do diálogo com a direção e com professores que há anos lecionavam na escola, foi possível constatar que os problemas com prostituição, criminalidade e abuso de álcool e drogas também eram mais incidentes nas famílias dos alunos negros.

Paralelamente à análise do contexto familiar e social dos educandos, observou-se que, desde o ingresso escolar, esta pesquisadora nunca havia tido um colega negro, nem mesmo no Magistério. Havia alunos negros na escola, mas estes concentravam-se preponderantemente nas séries menos avançadas. E foi com estas dúvidas que ela formou-se professora: por que havia poucos negros nas séries mais avançadas? Se estavam nas séries iniciais, o que acontecia com eles? Quais as medidas adotadas pelas escolas para auxiliar estes alunos?

Concluindo o Magistério, ingressou na faculdade de Letras, da Universidade de Cruz Alta e, simultaneamente, começou a trabalhar com as séries iniciais, iniciando no município de Estrela Velha e, em seguida, passando a lecionar no município de Espumoso. Mesmo com a mudança de escola e de município, o contexto era o mesmo: poucos alunos negros nas séries finais e a maioria deles em vulnerabilidade social. Porém, em Espumoso, havia uma série de ações do poder público em prol da valorização da cultura afrodescendente, como por exemplo a inclusão da capoeira entre atividades promovidas pela Assistência Social, que ofertava também cursos profissionalizantes e diferentes oficinas aos estudantes em situação vulnerável.

Neste mesmo período, em Literatura Brasileira na graduação, ouviu pela primeira vez sobre racismo estrutural. Estudando *O Cortiço*³, de Aluísio Azevedo⁴, viu retratada a vida de muitos de seus alunos.

Passou, então, a desenvolver o hábito de ler historiadores como Laurentino Gomes⁵, Milton Santos⁶ e outros, compreendendo cada vez mais os motivos da evasão escolar do negro no Brasil, resultantes da permissividade da discriminação que, historicamente, afeta a população afrodescendente.

Com o desejo de poder fazer um trabalho mais abrangente do que a sala de aula permitia, após a conclusão de Letras, esta pesquisadora cursou a especialização em Gestão, Supervisão e Orientação Escolar e ingressou na Supervisão. Dedicou-se, então, a instigar a equipe docente da escola a refletir mais profundamente sobre os estudantes para os quais preparavam suas aulas: de que contextos eram oriundos? Quais eram suas expectativas? Como valorizar as diferenças étnico-raciais no ambiente educacional e também fora dele? Como trabalhar de forma integrada com a Assistência Social de maneira a enriquecer o trabalho pedagógico e a contribuir para o fortalecimento identitário dos estudantes, incluindo a valorização do negro?

³ Romance escrito por Aluísio de Azevedo, com publicação em 1890. A obra retrata, através de personagens burgueses e de personagens que fazem alusão ao proletariado, a vida em um cortiço no Rio de Janeiro. Obra disponível em http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/cortiço.pdf (Acesso em 05 de dez. de 2022).

⁴ Aluísio Azevedo: caricaturista, jornalista, romancista e diplomata brasileiro. Suas obras retratam a observação e análise dos agrupamentos humanos, (<https://www.academia.org.br/academicos/aluisio-azevedo/biografia>. Acesso em 05 de dez. de 2022).

⁵ Paranaense de Maringá e seis vezes ganhador do Prêmio Jabuti de Literatura, Laurentino Gomes é autor dos livros "1808", sobre a fuga da família real portuguesa para o Rio de Janeiro; "1822", sobre a Independência do Brasil; "1889", sobre a Proclamação da República; e "O caminho do peregrino" (em coautoria com Osmar Ludovico). Graças à repercussão dos seus livros, o autor já foi eleito duas vezes pela revista *Época* como um dos cem brasileiros mais influentes do ano. Mais informações sobre as obras do autor em <http://www.laurentinogomes.com.br/>.

⁶ Milton Santos, um dos mais importantes geógrafos brasileiros, destacou em sua obra a questão negra no Brasil e as desigualdades sociais, econômicas e raciais que afetam essa parcela da população. Em seus estudos, analisou a forma como o racismo estrutural se manifesta na sociedade brasileira, criando uma série de barreiras e obstáculos para a ascensão social e econômica dos afrodescendentes. Ele também discutiu a necessidade de políticas públicas efetivas para combater a discriminação racial e promover a igualdade de oportunidades. Além disso, Milton Santos enfatizou a importância da educação como uma ferramenta fundamental para transformar a realidade social e econômica do país, permitindo que as pessoas negras tenham acesso a melhores oportunidades.

Já com práticas pedagógicas mais proativas e compreendendo melhor como interferir no contexto que tanto a desconfortava, decidiu substituir o município pelo estado, para poder trabalhar com o Ensino Médio. Em 2012, com a aprovação em concurso estadual, passou a trabalhar em Jacuizinho, município com comunidade quilombola. Não tardou a observar que havia muitos estudantes quilombolas de 1º a 5º ano, poucos de 6º a 9º ano e raros no Ensino Médio. Procurando nos arquivos de fotos e documentos da Escola Estadual de Ensino Médio Menino Jesus, descobriu que nunca um quilombola havia concluído o Ensino Médio. Além disso, ouviu inúmeros relatos de episódios de violência escolar envolvendo alunos quilombolas, que apresentavam dificuldade de convívio no educandário.

Optou por não questionar a situação, mas sim a conduzir os estudantes a perceberem a problemática, compreendê-la e buscarem soluções, uma vez que, numa concepção de educação libertadora, o educando é incentivado a construir seus próprios saberes já que “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996). Para isso, usou materiais didáticos como diversos contos de Conceição Evaristo⁷ e o conto Negrinha⁸, que resultou na apresentação de pôster intitulado “Educação, identidade e cultura negra a partir do conto Negrinha, de Monteiro Lobato (2018), sempre aliando a pesquisas históricas, à comparação de dados e estatísticas, interdisciplinarizando, sobretudo com Ciências Humanas e aproximando comunidade quilombola e escola através de visitas, convites para apresentações e também com a realização anual da Semana da Consciência Negra, constituída por momentos lúdicos e de debate sobre a temática.

Com a evolução das atividades, os alunos começaram a desenvolver o senso

⁷ Conceição Evaristo é uma escritora, professora e ativista brasileira. Ela nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1946, em uma família negra e pobre. Evaristo é uma das vozes mais importantes da literatura afro-brasileira contemporânea, tendo publicado diversos livros de contos, poemas e romances. Seus escritos abordam temas como racismo, sexismo, pobreza e marginalização social, e sua narrativa é marcada por um estilo poético e lírico. Além de sua atuação como escritora, Evaristo também é uma ativista pela igualdade racial e de gênero. Em 2018, ela foi eleita para a Academia Brasileira de Letras, tornando-se a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira na instituição.

⁸ "Negrinha" é um conto de Monteiro Lobato que retrata a história de uma menina negra órfã, que é adotada por uma família rica e cruel, que a trata com descaso e indiferença. Negra, magra e doente, Negrinha é explorada e maltratada pelos seus patrões, que a obrigam a realizar as tarefas mais difíceis e desagradáveis da casa. A história é uma denúncia da exploração e do preconceito racial e social que ainda permeiam a sociedade brasileira.

crítico quanto às questões de raça e a questionarem sobre a evasão dos colegas negros. Através de pesquisa de campo, constataram algumas causas do abandono escolar, como a gravidez precoce e o trabalho. Logo começaram a questionar o que as escolas e a administração municipal faziam para solucionar o problema que atingia os estudantes da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões, situada no interior do município de Jacuizinho – RS, no distrito de Novo Horizonte. No mesmo ano em que realizou-se estas pesquisas (2019), as primeiras duas alunas quilombolas concluíram o Ensino Médio, o que foi um momento de grande celebração para suas famílias e também para toda a escola e município. Em 2020, mais uma aluna estudante quilombola concluiu o Ensino Médio.

Percebe-se, portanto, que o índice de evasão dos alunos quilombolas em Jacuizinho é um problema que requer visibilidade. No processo de direcionar múltiplos olhares (olhar acadêmico, olhar administrativo, olhar docente, olhar da comunidade jacuizinhense e olhar da sociedade em geral) a tal questão, os caminhos metodológicos também precisam de multiplicidade, configurando afluentes cujos aportes teóricos confluem para um mesmo ponto: estratégias de enfrentamento à problemática.

Nesta conjuntura, o estudo relatado nas páginas que seguem considera que, além da pesquisa bibliográfica acerca da questão educacional negra no Brasil, é imprescindível a consulta aos protagonistas da história atual, que descendem de sujeitos que vivenciaram a diáspora africana⁹: os membros da Comunidade Remanescente de Quilombo. Ouvir as narrativas, desde a matriarca até as crianças que estão nos bancos escolares é aspecto central no que tange ao entendimento da questão educacional quilombola sob a ótica de seus protagonistas. É importante também o registro da voz de professores e gestores da Rede de Educação de Jacuizinho através do relato de suas concepções. Paralelamente a esse processo, o estudo da história do município e a história da comunidade quilombola, permite que se vislumbre o panorama no qual se deu a construção identitária dos sujeitos que constituem esta pesquisa.

⁹ A diáspora africana é um fenômeno complexo e multifacetado que teve um impacto significativo na história e cultura global e refere-se ao movimento disperso de pessoas de origem africana para fora do continente africano.

A intersecção de vozes locais, respeitadas, ouvidas, analisadas e utilizadas de forma objetiva, sem, contudo, desconsiderar a subjetividade que permeia todos os processos de ensino e aprendizagem, constitui elo capaz de unir mãos negras e mãos brancas, num processo de escrita de histórias individuais e coletivas. Esta escrita, pautada no reconhecimento do passado, na valorização do presente e com vistas à construção do futuro, traçada sobre bases alicerçadas no respeito às diferenças e na equidade¹⁰ de direitos, é sinônimo de transformação social. Aliás, não é esta a razão de existir de toda práxis educativa¹¹?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar interseccionalmente os fatores causais da Evasão escolar na Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões (Jacuizinho – RS).

1.1.2 Objetivos específicos

- Descrever a trajetória da Educação Escolar Quilombola no Brasil;
- Avaliar a relevância da educação escolar de qualidade perante contextos permeados pela discriminação racial;
- Pesquisar sobre aspectos gerais do município de Jacuizinho – RS;
- Realizar processo investigativo acerca do histórico Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões;
- Produzir dados sobre os índices de conclusão da educação básica entre os estudantes quilombolas jacuizinhenses;
- Identificar as possíveis causas da evasão escolar dos estudantes oriundos da

¹⁰ Equidade é um conceito que se refere à justiça e à imparcialidade na distribuição de recursos e oportunidades entre as pessoas, a partir do pressuposto de que todos merecem ter as mesmas chances de sucesso, independentemente de sua origem, raça, gênero ou outras características pessoais.

¹¹ Práxis educativa é um termo que se refere à prática pedagógica, ou seja, o conjunto de ações e reflexões que os educadores realizam no processo de ensino-aprendizagem. Ela envolve não apenas o que é ensinado, mas também como é ensinado, levando em consideração as necessidades e características dos alunos.

Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões;

- Auferir informações sobre as ações realizadas pela Rede de Educação Básica do município de Jacuizinho com vistas a mitigar os índices de evasão dos estudantes quilombolas;
- Propor, à luz da BNCC e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica e de acordo com as informações obtidas no decorrer da pesquisa, estratégias de enfrentamento à evasão escolar quilombola.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

*A ciência será sempre uma busca, jamais uma descoberta.
É uma viagem, nunca uma chegada.
Karl Popper*

O conhecimento construído alicerçado na seriedade acadêmica, com rigor metódico e compromisso social é de grande contribuição para que seja possível compreender os diferentes aspectos que constituem as diversas áreas de abrangência do universo científico. É com base na construção da compreensão dos fenômenos, independente de sua natureza, que se torna viável operar transformações quando estas são necessárias para a melhoria das condições constituintes de inúmeros contextos.

Tal construção requer, simultaneamente, aprofundamento teórico e também uma metodologia clara e bem definida, pois, conforme Lakatos (2003, p.24), "não há método sem teoria, e não há teoria sem método". A escolha do método está condicionada à teoria adotada, e a teoria é avaliada em função dos resultados obtidos com o método." Essa afirmação destaca a interdependência entre teoria e método na pesquisa científica. Sem uma teoria bem definida, o pesquisador não terá um guia claro para escolher o método mais apropriado para testar suas hipóteses ou responder suas perguntas de pesquisa. Por outro lado, um método inapropriado ou mal aplicado pode produzir resultados distorcidos ou inválidos, invalidando a teoria subjacente.

Portanto, a escolha do método e sua aplicação devem ser fundamentadas em uma teoria sólida e bem estabelecida, e os resultados obtidos com o método devem ser avaliados em relação à teoria. Se os resultados não se encaixam com a teoria, pode ser necessário ajustar a teoria ou revisar o método.

Em síntese, teoria e método são componentes essenciais da pesquisa científica e estão interligados de forma complexa e interdependente. É necessário considerar ambos para garantir que a pesquisa seja conduzida de forma rigorosa e produza resultados confiáveis e relevantes. Logo, esta seção é de grande importância para fornecer um roteiro claro e preciso sobre como o estudo foi realizado, levando em consideração os objetivos da pesquisa, a natureza do problema em estudo e as técnicas disponíveis para a produção e análise de dados.

2.1 ESTADO DA ARTE: APONTAMENTOS TEÓRICOS PARA DEFINIÇÃO DAS METODOLOGIAS

Os saberes edificados com base no compromisso acadêmico de produzir conhecimentos capazes de contribuir com a sociedade, oferecem uma valiosa contribuição para a compreensão dos diversos aspectos que constituem as abrangentes áreas do universo científico. A construção da observação, do estudo e da busca pelo progressivo entendimento dos fenômenos, sem distinção de sua natureza, possibilita efetuar transformações sempre que necessário, visando aprimorar a realidade da sociedade como um todo.

Neste processo, o Estado da Arte é de sumo valor. Através do acesso ao conhecimento já elaborado por outros pesquisadores é possível ampliar os saberes sobre a temática a ser pesquisada. Logo, o Estado da Arte, ou Estado do Conhecimento, promove um diálogo entre pesquisadores, independente de posição geográfica, universalizando e expandindo a pesquisa científica. Além disso, a pesquisa do conhecimento dos pares sobre determinado assunto poderá “contribuir precisamente para apontar lacunas que o pesquisador poderá percorrer de maneira inovadora, além de funcionar como fonte de inspiração para o delineamento de um recorte temático original” (BARROS, 2011, p. 104).

Assim, ao definir descritores, o pesquisador passa a delinear os recortes e singularidades de sua pesquisa e, ao verificar similaridades em outras produções. A Revisão Bibliográfica, nesta perspectiva, possibilita que o pesquisador, além de ampliar seu embasamento teórico e identificar lacunas a serem exploradas, exercite sua capacidade de crítica, verificando quais caminhos metodológicos e teóricos podem contribuir para que os objetivos de sua pesquisa sejam atingidos e quais instrumentos e procedimentos podem não obter resultados satisfatórios.

Por isso, este capítulo apresenta os descritores que definem o tema deste estudo e também os resultados da pesquisa no Catálogo de Dissertações e Teses da Capes¹², de modo on-line, compreendendo a produção acadêmica de Dissertações e Teses publicadas no Brasil no período entre 2012 e 2023.

¹² Site do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 21/09/2023.

2.1.1 Descritores

Estabelecer descritores é fundamental para delimitar a produção acadêmica existente acerca de uma temática e, a partir dos conhecimentos já construídos, fomentar a construção de novos saberes. É através desta complementaridade que as pesquisas sobre determinado tema progredem, tornando-se cada vez mais detalhadas, completas e com análises realizadas sob diferentes óticas, configurando uma base teórica vasta. Nesta perspectiva, a presente pesquisa faz o uso de três descritores: Educação Escolar Quilombola, Evasão Escolar e Educação Básica.

O descritor de Educação Escolar Quilombola refere-se ao conceito de Educação Escolar Quilombola, modalidade da Educação Básica embasada pelo Parecer CNE/CP nº 03/2004 e pela Resolução CNE/CP nº 01/2004, marcos legais que instituem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos das escolas públicas e privadas da Educação Básica. Além destes documentos, a Educação Escolar Quilombola é regimentada pelas Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB. nº 04/2010, de 13/07/2010, DOU de 14/07/2010), e regulamentada pelo Parecer CNE/CEB nº 16/12 (de 05/06/2012 e DOU de 20/11/2012), e pela Resolução CNE/CEB nº 08/2012 (de 20/11/2012 e DOU de 21/11/2012), que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica.

As demais orientações e resoluções do CNE voltadas para a educação nacional também fazem parte do universo de abrangência da Educação Escolar Quilombola, uma vez que, conforme o Artigo 9º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica, “a Educação Escolar Quilombola compreende: I - escolas quilombolas; II - escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas” (BRASIL, 2012, p.07). Evidencia-se, assim, que escolas externas às Comunidades Remanescentes de Quilombos mas que atendam estudantes oriundos de tais comunidades devem ofertar Educação Escolar Quilombola.

O descritor da Evasão Escolar foi escolhido por configurar o processo observado no contexto educacional do município de Jacuizinho – RS. É necessário, aqui, diferenciar evasão escolar de abandono escolar. Filho e Araújo (2017) trazem

uma importante síntese sobre os conceitos:

Evasão, segundo Riffel e Malacarne (2010), é o ato de evadir-se, fugir, abandonar; sair, desistir; não permanecer em algum lugar. Quando se trata de evasão escolar, entende-se a fuga ou abandono da escola em função da realização de outra atividade. A diferença entre evasão e abandono escolar foi utilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep (1998). Nesse caso, “abandono” significa a situação em que o aluno desliga-se da escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto na “evasão” o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema escolar (FILHO e ARAÚJO, 2017, p. 04).

Optou-se, então, pelo descritor Evasão Escolar em detrimento de considerável percentual dos estudantes quilombolas jacuizinhenses desistirem dos estudos, não retornando à escola para concluir o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio.

Já o descritor Educação Básica foi escolhido devido ao fato do processo de evasão escolar ocorrido no município do estudo ser nesta etapa. A produção acadêmica sobre a inserção quilombola no Ensino Superior é vasta, porém é necessário que se olhe também para este público na Educação Básica, que, conforme o Artigo 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio” (BRASIL, 1996, p. 28).

Com base nestes três descritores, buscou-se construir o aporte teórico desta pesquisa, bem como as metodologias adotadas para contemplar os objetivos elencados através do recorte específico do processo investigativo na Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões.

2.1.2 O conhecimento dos pares

Para verificação da produção acadêmica acerca da temática, realizou-se pesquisa de levantamento bibliográfico no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, sítio eletrônico que engloba a pesquisa acadêmica produzida e publicada no Brasil. Como 2012 foi o ano de início da implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica, optou-se por realizar a pesquisa compreendendo toda a década, através do filtro “Ano” (2012 a 2023).

Através da utilização do descritor Educação Escolar Quilombola, sem aplicação de filtros, além do período, para restringir resultados, encontrou-se, no dia

01 de novembro de 2022, 105 resultados, sendo 20 Teses de Doutorado e 69 Dissertações de Mestrado sobre a temática, abrangendo toda a base de dados da produção acadêmica nacional registrada no sítio. Observando-se as produções, constatou-se que uma significativa parcela dos resultados encontrados não tratavam de nenhum aspecto convergente com a temática desta pesquisa. Aplicou-se, então, os seguintes filtros: Educação na Área do Conhecimento e Educação na Área de concentração. Desta maneira, foram encontrados 20 resultados: 14 Dissertações de Mestrado e 05 Teses de Doutorado.

Utilizando-se o descritor Evasão Escolar, sem aplicação de filtros restritivos (exceto período), foram encontrados 383 resultados no período pesquisado, sendo 41 Teses de Doutorado e 346 Dissertações de Mestrado. Com a aplicação do filtro Educação tanto na Área do Conhecimento quanto na Área de concentração, foram 32 resultados: 09 Teses de Doutorado e 23 Dissertações de Mestrado.

O descritor Educação Básica, submetido à busca, resultou em 132.753 trabalhos encontrados, sendo 28.985 Teses de Doutorado e 76.218 Dissertações de Mestrado. Com a utilização dos filtros citados anteriormente, o total foi de 43.571 trabalhos, sendo 10.649 Teses de Doutorado e 26.796 Dissertações de Mestrado.

Ao interseccionar os descritores Educação Escolar Quilombola, Evasão Escolar e Educação Básica, nenhum resultado foi obtido, mesmo sem aplicação de filtro de restrição. Tal fato causou surpresa e motivou a pesquisa no Google, possibilitando a constatação de que há Artigos Científicos e outros textos que abordam, especificamente, a questão da Evasão escolar de estudantes de Comunidades Remanescentes de Quilombos na Educação Básica, porém não foram encontradas Dissertações ou Teses com esta abordagem específica. A Tabela 1 demonstra os dados quantitativos desse Estado da Arte.

TABELA 1 - Dados quantitativos do Estado da Arte

Descritor	Teses	Dissertações	Total (com filtros)
Educação Escolar Quilombola	05	14	20
Evasão Escolar	09	23	32
Educação Básica	10.649	26.796	43.571

Educação Escolar Quilombola, Evasão Escolar, Educação Básica	0	0	0
--	---	---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

É válido destacar que, devido ao restrito acervo encontrado com base nos descritores escolhidos, foi realizada a busca substituindo Educação Escolar Quilombola pelo descritor Negros. Porém, não houve aumento nos resultados, evidenciando a escassa produção acadêmica referente à temática: ao interseccionar o descritor Negros e o descritor Evasão Escolar, não houve resultados entre 2012 e 2022. Os resultados encontrados, apenas 03, datam de 2001, 2006 e 2008. Ao interseccionar os descritores Negros e Educação Básica, refinando foram encontrados 13 resultados no período analisado, sendo 03 teses e 10 dissertações. Ao restringir a pesquisa à área da Educação, totalizou 04 trabalhos, sendo 01 Dissertação de Mestrado e 03 Teses de Doutorado.

Após o levantamento quantitativo de produções acadêmicas com base nos descritores Educação Escolar Quilombola, Evasão Escolar e Educação Básica, realizou-se a análise das mesmas visando à verificação das similaridades com a temática e com o referencial teórico desta pesquisa.

TABELA 2 – Trabalhos selecionados do Descritor Educação Escolar Quilombola - Área de Educação

	Título do trabalho	Autoria	Tese ou Dissertação	Ano da defesa	Instituição da defesa (SIGLA)
1	Rodas de conversa e Educação Escolar Quilombola: Arte do Falar Saber Fazer O Programa Brasil Quilombola em Restinga Seca/RS	Dilmar Luiz Lopes	Tese de Doutorado	2013	UFRGS
2	Contornos pedagógico de uma Educação Antirracista	Paulo Sérgio da Silva	Tese de Doutorado	2013	UFRGS

3	Educação Escolar Quilombola: uma perspectiva identitária a partir da E.E. Maria de Arruda Muller	Augusta Eulália Ferreira	Dissertação de Mestrado	2015	UFMG
4	Educação Escolar Quilombola na Comunidade de Baixo – Barra dos Bugres/MT: avanços e desafios	Francisca Edilza Barbosa de Andrade Carvalho	Dissertação de Mestrado	2016	UFMG
5	Educação Escolar Quilombola: saberes e fazeres no contexto da Escola Verena Leite de Brito, Vila Velha-MT	Vanessa Alves de Moraes	Dissertação de Mestrado	2018	UFMG
6	Educação Escolar Quilombola: vivências e experiências na comunidade de Contente	Francisca das Chagas da Silva Alves	Dissertação de Mestrado	2018	UFPE
7	A implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica em escolas da comunidade de Quartel do Indaiá	Liane Fátima de Macedo	Dissertação de Mestrado	2019	UFOP
8	A prática docente em Escolas Quilombolas no município de Lagoa dos Gatos: uma análise a partir do pensamento decolonial	Maria Iveni de Lima Silva	Dissertação de Mestrado	2020	UFPE
9	A unidade na diversidade: tessituras e desdobramentos cotidianos de professores (as) no contexto da Educação Escolar Quilombola	Ranchmit Batista Nunes	Tese de Doutorado	2020	USP
10	Estado Gerencial, BNCC e escola: o currículo com foco na Educação Escolar Quilombola em uma escola de Ensino Fundamental em Pelotas/RS	Cristiane Bartz de Ávila	Tese de Doutorado	2020	UFPEL

11	Garantia do direito à educação das Comunidades Quilombolas: desafios e perspectivas	Cíntia Letícia Bittar de Araujo Eufrásio	Dissertação de Mestrado	2021	UFCG
----	---	--	-------------------------	------	------

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Lopes (2013) traz, numa perspectiva gramsciana, apontamentos sobre a necessidade da compreensão de que a Educação Escolar Quilombola precisa entrelaçar-se à cultura da comunidade. Ao pesquisar uma comunidade e sua escola, no município de Restinga Seca - RS, incluindo a análise do Programa Brasil Quilombola (2008/2011), perpassam questões como redução orçamentária às comunidades quilombolas e a relação entre a questão política da luta pela terra e pelo acesso à educação. Aspectos semelhantes são defendidos por Silva (2013), que, pesquisando a comunidade Remanescente de Quilombos de Casca (Mostardas – RS), acrescenta apontamentos sobre as práticas pedagógicas, e também por Ferreira (2015), que, pesquisando a Comunidade Abolição (Santo Antônio de Leverger – MT), tece um importante debate sobre o papel da escola como fortalecedora da identidade dos membros das comunidades quilombolas.

Carvalho (2016) disserta, a partir de pesquisa de cunho etnográfico realizada na Comunidade Quilombola Baixio (Barra dos Bugres – MT), e corrobora com produção de dados acerca do direcionamento de Políticas Públicas à Educação Escolar Quilombola, destacando as inadequadas condições de trabalho dos profissionais de educação no contexto observado. Estes apontamentos são complementados por Morais (2018), que, por meio de pesquisa realizada na Escola Verena Leite de Brito (Vila Velha – MT), alerta para a lentidão da materialização das Políticas Públicas destinadas à Educação Escolar Quilombola, o que precariza o trabalho docente e compromete a promoção de pedagogia quilombola.

Seguindo nas questões pedagógicas, Alves (2018), ao pesquisar a escola que atende os estudantes da Comunidade Quilombola de Contente (Paulistana – PI), constata que os processos de ensino e aprendizagem realizados pela mesma são desvinculados da realidade dos educandos. Conforme a autora, os pressupostos da Educação Escolar Quilombola são trabalhados em momentos pontuais, não fazendo parte do cotidiano escolar, o que pouco contribui na valorização identitária da

comunidade.

A mesma situação é revelada por Macedo (2019), que, pesquisando duas escolas que atendem estudantes oriundos da Comunidade Quilombola de Quartel do Indaiá, uma municipal e uma estadual, aponta a supremacia de uma pedagogia eurocêntrica, desvinculada do contexto no qual ambas as escolas estão inseridas. A autora identificou, durante as observações, episódios de preconceito racial e a presença de discursos racistas proferidos por determinados sujeitos e ressalta a falta de acompanhamento do Poder Público Municipal e Estadual, que não mobilizam esforços nem mesmo para que a Educação Escolar Quilombola faça parte da composição do Projeto Político Pedagógico das escolas.

Silva (2020), a partir de pesquisa em duas escolas quilombolas localizadas no município de Lagoa dos Gatos (PE), defende que há a presença de uma pedagogia quilombola em dois aspectos no contexto observado: a partir da consideração da origem dos educandos e da manifestação de seus saberes no cotidiano. Contudo, a autora alerta que tornar a escola um ambiente de vivência capaz de reconhecer os sujeitos que dela fazem parte não é suficiente para configurar uma sistematização da Educação Escolar Quilombola, sendo necessário correlacionar os diferentes saberes de maneira a desenvolver uma Educação Intercultural. A mesma situação é desnudada por Nunes (2020), com base em pesquisa realizada na escola da Comunidade Remanescente de Quilombo Brejão dos Aipins (PI). O autor denuncia o pouco uso do capital cultural dos estudantes no desenvolvimento da práxis pedagógica e alinhava isso à precariedade da oferta de formação docente com foco na Educação Escolar Quilombola.

Ávila (2020), através de pesquisa realizada em Pelotas (RS), aponta a dicotomia causada pela BNCC no contexto analisado. Conforme a autora, a escola possui um currículo unificado municipal, de base excludente e conservadora, alheio às particularidades do educandário. Assim, em vez de haver uma evolução nos aspectos pedagógicos, houve um retrocesso, contrapondo-se às Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Quilombola.

Por fim, Eufrásio (2021), partindo da análise a nível nacional e, posteriormente, a nível estadual (Paraíba) da configuração do processo de Políticas Públicas destinadas às populações quilombolas, alerta que há diversos entraves a serem superados para que a Educação Escolar Quilombola possa ser, de fato,

efetivada, contemplando as necessidades das comunidades quilombolas e superando o modelo neoliberal vigente, que delimita o papel da educação e também do acesso a outros direitos sociais.

Ao analisar os resultados do descritor Evasão Escolar, constatou-se que em nenhum dos 32 trabalhos encontrados é possível encontrar vinculação com a questão da Educação Escolar Quilombola, mesmo substituindo tal descritor pelo descritor Negros. Já com base no descritor Educação Básica, considerando as pesquisas na área da Educação, foi encontrado somente um resultado que converge com a temática da presente pesquisa:

TABELA 3 – Trabalhos selecionados do Descritor Educação Básica - Área de Educação

	Título do trabalho	Autoria	Tese ou Dissertação	Ano da defesa	Instituição da defesa (SIGLA)
1	12 anos de escolarização no Colégio Pedro II: acesso, permanência e equidade na trajetória de alunos negros.	Monica Andrea Oliveira Almeida	Tese de Doutorado	2020	UFRJ

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Almeida (2020) traz, com base em pesquisa realizada no Colégio Pedro II (RJ), dados comparando trajetórias de alunos negros e alunos não negros na referida escola, desde o ingresso até a conclusão do Ensino Médio. A autora conclui que há presença de racismo naturalizado no contexto pesquisado e que os estudantes negros precisavam lançar mão de estratégias para enfrentar o desafio de permanecer no ambiente escolar onde sofriam preconceito, uma vez que tinham o objetivo de concluir a Educação Básica.

A restrita quantia de pesquisas sobre a evasão de alunos quilombolas/negros na Educação Básica constitui um importante indicativo do descaso do sistema educacional brasileiro perante um contexto marcado pelo racismo e pela exclusão. Logo, é importante e necessário que tal temática permeie a formação acadêmica de professores, sendo pesquisada, divulgada e, dessa forma, mais pessoas sejam instigadas a pensar sobre esse assunto.

2.1.3 Aporte Metodológico

“Produzir pesquisa é ser criativo, reinventar a história e os fazeres humanos sob um olhar particular. Trata-se de uma atividade coletiva, cuja função primordial é atribuir sentidos ao cotidiano, revendo e significando identidades e histórias” (FERREIRA, 2009, p.44).

Depreende-se, assim, que a pesquisa em Educação é um processo dialético¹³, uma vez que o ato de ensinar e aprender é marcado pela heterogeneidade¹⁴ dos sujeitos, a qual é construída pelo caráter exclusivo de cada identidade que, ao longo da vida, (re)produz histórias e memórias individuais e coletivas.

Nesta perspectiva dialética, a categoria de historicidade (TRIVIÑOS apud FERREIRA, 2014, p. 200) tem fundamental função nesta pesquisa, pois é através da articulação das etapas de evolução da história da Educação Escolar Quilombola no Brasil, com a análise da origem, evolução e transformação dos mecanismos de produção de exclusão, que se alicerça a busca pela compreensão da tessitura do trabalho pedagógico no que diz respeito aos estudantes quilombolas do município de Jacuizinho – RS.

Esta concepção vai ao encontro de Marques (2002) que, sobre os registros do pesquisador, afirma que a escrita “possui historicidade, isto é, a capacidade de produzir-se e produzir seu próprio campo simbólico, social e cultural, de constituir-se na constituição da história, a sua e a geral, e na ruptura com as formas que criou” (MARQUES, 2002, p.42).

Desta forma a presente pesquisa é de base teórica crítica, pois

¹³ O termo "dialética" vem do grego "dialektiké" e foi usado por filósofos como Platão e Aristóteles para descrever um método de debate e discussão. No entanto, o filósofo alemão Friedrich Hegel foi quem mais influenciou o desenvolvimento da dialética moderna, propondo uma abordagem mais abrangente abrangendo não apenas a lógica, mas também a história e a política. Para Hegel, dialética é o processo no qual duas forças opostas se enfrentam e se transformam mutuamente até que uma nova síntese seja alcançada. Esse mesmo princípio foi utilizado por Marx em sua teoria do materialismo histórico para argumentar que as forças sociais opostas (como as classes sociais) lutam pela dominação e que essa luta leva a mudanças sociais significativas.

¹⁴ Segundo Stuart Hall, em seu livro "A Identidade Cultural na Pós-Modernidade" (2006), "o sujeito não é simplesmente um ser natural, dado, mas é produzido através das relações sociais e históricas em que está envolvido". Ou seja, a identidade de um indivíduo, por ser construída a partir de sua interação com a sociedade e a cultura que o cerca, é única. Assim, a heterogeneidade do sujeito nas ciências humanas é uma concepção que reconhece a diversidade e complexidade das identidades e experiências humanas. Isso implica que cada indivíduo é único em termos de suas características pessoais, históricas, culturais e sociais, o que afeta a maneira como eles interagem com o mundo ao seu redor e com outras pessoas.

(...) considera a realidade como um processo em movimento, em transformação. Nesta perspectiva, o investigador e o que é investigado estão em diálogo, comunicando-se, em um processo de cooperação e de contradições, através do método dialético. Por isto, é histórica e destaca a práxis (FERREIRA, 2009, p.52).

Quanto à metodologia, optou-se pelo uso majoritário da abordagem qualitativa, de cunho exploratório, considerando que esta abordagem permite

(...) melhor compreensão dos processos escolares, de aprendizagens, de relações, dos processos institucionais e culturais, de socialização e sociabilidade, do cotidiano escolar em suas múltiplas implicações, das formas de mudança e resiliência presentes nas ações educativas (ANDRÉ e GATTI, 2013, p.34).

A abordagem qualitativa exploratória possibilita a ocorrência de um aprofundamento em questões complexas e multifacetadas, como os processos escolares, de aprendizagens, de relações, dos processos institucionais e culturais, de socialização e sociabilidade, do cotidiano escolar em suas múltiplas implicações, das formas de mudança e resiliência presentes nas ações educativas. Dessa forma, é possível obter uma compreensão mais rica e detalhada do objeto de estudo, o que pode ser muito valioso para a tomada de decisões e a formulação de políticas educacionais mais efetivas.

Entretanto, em alguns momentos foi necessário o uso da pesquisa quantitativa, pois o uso de uma metodologia não implica na exclusão de outra, uma vez que ambos podem ser complementares na resolução do problema pesquisado (GUNTHER, 2006). Assim, conforme Chaer et al (2011),

[...] a partir dessa visão, percebe-se que as duas abordagens, qualitativa e quantitativa, vistas até certo tempo como antagônicas, podem apresentar um resultado mais considerável e significativo, se utilizadas na pesquisa de um mesmo problema.

2.1.4 Instrumento de produção e análise de dados: dos livros às especificidades dos sujeitos em seus contextos de inserção

A técnica de produção de dados adotada inicialmente foi a Pesquisa Bibliográfica (GIL, 2002), com preferência à leitura, análise e interpretação de materiais disponibilizados às escolas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação – FNDE. Esta opção visou a tornar a presente pesquisa resultado da somatória de estudos disponíveis aos professores da Rede Pública de Educação do Brasil, de maneira a evidenciar que o arcabouço teórico necessário à efetivação da Lei Nº 10639/03 está ao alcance de todos os profissionais da educação brasileira, uma vez que as obras teórico-literárias são distribuídas de forma igualitária a todas as escolas do território nacional. Como complementação, ocorreu a pesquisa em outras obras e materiais, incluindo os disponíveis na Internet.

A Pesquisa de Campo (MARKONI e LAKATOS, 1996) ocorreu, no primeiro momento, através de questões (GIL, 1999) elaboradas via Google Forms. Tal opção foi em decorrência de, no período desta etapa da pesquisa, ainda haver riscos de contágio pelo Coronavírus. Os questionários foram encaminhados a cinco professores que trabalham com as séries finais do Ensino Fundamental na Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonel de Moura Brizola, 56% do total de professores que lecionam nesta etapa, e a cinco professores que trabalham com o Ensino Médio na Escola Estadual de Ensino Médio Menino Jesus, 40% dos professores que lecionam nesta etapa, ambas localizadas no município de Jacuizinho-RS. No grupo entrevistado em cada escola, três professores são efetivos e dois são contratados. Todos têm formação específica para a área de atuação.

Dando sequência à pesquisa, foram realizadas novas abordagens incluindo profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Turismo e Desporto de Jacuizinho – RS, com vistas a compreender melhor a visão destes segmentos acerca da educação quilombola e do problema da evasão escolar. Nesta etapa, foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas.

No que tange à produção de dados relativos à comunidade quilombola, a opção foi através das narrativas (auto)biográficas, num total de cinco visitas à comunidade, pois

Ao trabalhar com metodologia e fontes dessa natureza o pesquisador conscientemente adota uma tradição em pesquisa que reconhece ser a realidade social multifacetária, socialmente construída por seres humanos que vivenciam a experiência de modo holístico e integrado, em que as pessoas estão em constante processo de autoconhecimento. Por esta razão, sabe-se, desde o início, trabalhando antes com emoções e intuições do que com dados exatos e acabados; com subjetividades, portanto, antes do que com o objetivo. Nesta tradição de pesquisa, o pesquisador não pretende estabelecer generalizações estatísticas, mas, sim, compreender o fenômeno em estudo, o que lhe pode até permitir uma generalização analítica. (ABRAHÃO, 2003, P. 80)

O trabalho com narrativas (auto)biográficas contempla, em caráter hermenêutico, a perspectiva histórica da presente pesquisa como alicerce para a compreensão do presente. A questão da evasão escolar quilombola, ponto central da discussão proposta, não se resume a uma época específica, mas a uma realidade presente desde a formação da comunidade em estudo. Logo, é necessário muito mais do que especificidade na produção de dados; é necessário, a leitura transversal das trajetórias dos sujeitos pesquisados, estabelecendo relações e visando à universalização do individual (ABRAHÃO, 2003).

Através deste entrelaçar de métodos, busca-se viabilizar a análise interseccional dos dados produzidos. Para tanto, é importante destacar que não se trata, aqui, da interseccionalidade em seu sentido originário, que remete ao feminismo negro norte-americano e autores como Angela Davis. Trata-se, sim, da metodologia de análise baseada na analogia entre um cruzamento de estradas e um cruzamento de fatores (CRENSHAW, 2002). Ou seja, em um determinado ponto, há uma intersecção de fatores responsáveis pela evasão escolar quilombola no município de Jacuizinho e

diante disso, o conceito de perfil interseccional parece dar conta da recomendação em não dar peso a cruzamentos ou relações específicas, como em sexo-raça (foco da interseccionalidade) ou em sexo-classe (foco da consubstancialidade). As variáveis podem ser múltiplas, de acordo com as informações que se tem ou que parecem ser úteis para o que se pretende observar em cada grupo, em determinado tempo e contexto. Outra vantagem da metodologia é pensar no perfil mais frequente como aquele composto por indivíduos que possuem as características dominantes em dada amostra, tempo e dimensão, ou seja, os grupos sub-representados ou vulneráveis não são definidos à priori, mas a partir de sua representatividade na amostra e no universo mais amplo. (FELTRIN et al, 2021, p. 302)

A somatória de elementos investigativos é de fundamental relevância para que, conforme argumenta o autor, seja possível a realização de uma análise capaz de utilizar elementos abstratos e concretos, uma vez que é a partir do abstrato que se torna viável compreender o concreto. Nesse sentido, a interseccionalidade é determinante para que haja elementos suficientes para o aprofundamento das interpretações dos dados produzidos.

Nesse viés, ao dar o devido espaço às narrativas (auto)biográficas dos componentes da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões,

buscou-se alicerçar a pesquisa nas questões históricas que desenham os atuais contornos da educação escolar quilombola. Assim, como método alternativo, a interseccionalidade permite que a voz negra seja componente central deste estudo.

Sobre essa centralidade, é necessário destacar que ao pensar sobre a historicidade do povo negro no Brasil, logo pensa-se em racismo, discriminação racial e, conseqüentemente, pensa-se também em raças e etnias. Não tarda a surgir um emaranhado morfossintático, mote de pesquisas e debates, que, a bem da verdade, conduz por inúmeras bifurcações que acabam por encompridar um caminho que, desde seu início, é tortuoso e somente através de dispositivos legais é posto em debate pela sociedade em geral. A respeito disso, Santos (2000) explica que

No caso do Brasil, a marca predominante é a ambivalência com que a sociedade branca dominante reage, quando o tema é a existência, no país, de um problema negro. Essa equivocação é, também, duplicidade e pode ser resumida no pensamento de autores como Florestan Fernandes e Octavio Ianni, para quem, entre nós, feio não é ter preconceito de cor, mas manifestá-lo. Desse modo, toda discussão ou enfrentamento do problema torna-se uma situação escorregadia, sobretudo quando o problema social e moral é substituído por referências ao dicionário. Veja-se o tempo politicamente jogado fora nas discussões semânticas sobre o que é preconceito, discriminação, racismo e quejandos, com os inevitáveis apelos à comparação com os norte-americanos e europeus. Às vezes, até parece que o essencial é fugir à questão verdadeira: ser negro no Brasil o que é? Talvez seja esse um dos traços marcantes dessa problemática: a hipocrisia permanente, resultado de uma ordem racial cuja definição é, desde a base, viciada. Ser negro no Brasil é frequentemente ser objeto de um olhar vesgo e ambíguo. Essa ambigüidade marca a convivência cotidiana, influi sobre o debate acadêmico e o discurso individualmente repetido é, também, utilizado por governos, partidos e instituições." (SANTOS, 2000, apud FOLHA DE SÃO PAULO).

Esse posicionamento de Milton Santos dialoga com a fala do historiador Lourenço Cardoso que afirma que há um abismo social que separa negros e brancos desde o nascimento, abismo esse ilustrado pelo fato do negro ser, majoritariamente, objeto de estudos de pesquisadores, em sua maioria, brancos (CARDOSO, 2019, apud EL PAÍS). Ou seja, mesmo com todos os avanços sociais, ainda há a objetificação negra, ainda que seja como base para estudos com vistas à promoção da ruptura das estruturas racistas que constituem as bases da sociedade brasileira.

Carneiro (1968) também corrobora com esta linha de pensamento. Conforme o autor, entre os abolicionistas brasileiros, aos quais interessava mais o status do escravo do que propriamente sua realidade, o negro ganhou "dimensão nacional

como objeto de interesse dos letrados. Estavam criadas, assim, as condições para a sua transformação em objeto de ciência” (CARNEIRO, 1968, p.97). Esta concepção é compartilhada pela socióloga Djamila Ribeiro, que, em sua obra *O que é lugar de fala*, registrou que

(...) a sociedade brasileira como tendo sido colonial traz mais algumas estruturas limitantes para o eco da voz negra: a não autorização da fala por medo de retaliação e também a falta de legitimidade para falas que sejam diferentes da sociedade supremacista branca patriarcal. Aliado a isso, o fato dessa sociedade só considerar universal seus pontos de vista fazem com que tudo que não seja esse posicionamento seja abafado, desqualificado e desconsiderado de alguma forma (RIBEIRO, 2017, p.31).

A convergência entre os autores aqui citados, todos negros, não deixa margem para que se questione os posicionamentos por eles assumidos. De fato, desde a vinda nos porões dos navios negreiros até os dias atuais, o negro segue sendo considerado por uma parcela da sociedade brasileira como objeto: outrora, mero objeto funcional nos afazeres agrícolas e domésticos; contemporaneamente, como objeto de estudos da fenomenologia social calcada no racismo estrutural, independente de qual variável desta problemática possa estar sendo pesquisada.

O presente estudo, realizado por uma pesquisadora branca, no entanto, não teve a pretensão de colocar o negro numa posição de objeto de estudo, muito pelo contrário: ele é sujeito ativo, que expressa suas opiniões e também tece reflexões acerca da temática abordada. Assim, o principal lugar de fala foi ocupado por estudantes negros e seus familiares, coautores desta pesquisa, produtores de história. Sobre isso, ressalta-se que “ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva” (RIBEIRO, 2017, p.40).

No sentido de corroborar para a construção de um discurso plural, utilizou-se a pesquisa-ação, tanto como forma de produção de dados, quanto como construção coletiva de uma análise coletiva deles, com o objetivo de unir teoria e prática em prol da discussão e realização de possíveis intervenções para mitigar o problema desta pesquisa. Neste processo,

a intervenção não é imposta às comunidades, ou aos grupos considerados, por uma força externa e, menos ainda, por um “interventor”, mas tende a ser uma forma de atuação para promover a mudança, a ser conduzida com

base em uma atitude de abertura e de valores democráticos (DIONNE, 2007, p.13)

A pesquisa-ação, portanto, desenvolve-se com vistas a desenvolver conhecimentos e, simultaneamente, contribuir para que a problemática investigada seja transformada, de modo a unir esforços para viabilizar melhorias na situação inicial (DIONNE, 2007). Assim, os saberes dos participantes são convertidos em ações capazes de resultarem em mudanças sociais (NAIDITCHF, 2010), pois esta é uma

forma de pesquisa interativa que visa compreender as causas de uma situação e produzir mudanças. O foco está em resolver algum problema encontrado por indivíduos ou por grupos, sejam eles instituições, escolas, ou organizações comunitárias (NAIDITCHF, 2010, p. 10)

Realizou-se, mediante solicitação da Secretaria de Educação de Jacuizinho-RS, uma intervenção com os diretores das escolas municipais, com vistas à orientação sobre a adequação do Projeto Político Pedagógico de cada escola à Lei Nº 10.639/2003 e às Diretrizes para a Educação Escolar Quilombola e também uma roda de conversa com todos os estudantes quilombolas, de 5º ano do ensino fundamental a 3º ano do ensino médio, na perspectiva Freiriana de que as pessoas se educam em comunhão e, dessa forma, a conscientização e a libertação ocorrem “através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente ação no processo daquela luta” (FREIRE,1982, p. 109).

É viável considerar, então, que a metodologia de construção desta pesquisa objetiva não apenas abranger o estudo de determinados aspectos de diferentes segmentos sociais relacionados à questão da evasão escolar quilombola, mas também possibilitar uma reflexão acerca da problemática e maneiras de mitigá-la.

3 A LUTA DO POVO NEGRO PELA GARANTIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INGRESSO, PERMANÊNCIA E DESEMPENHO NO AMBIENTE ESCOLAR: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

*Nossa pele teve maldição de raça
e exploração de classe
duas faces da mesma diáspora e desgraça
Nossa dor fez pacto antigo com todas as estradas do mundo
e cobre o corpo fechado e sem medo do sol
Nossa raça traz o selo dos sóis e luas dos séculos
a pele é mapa de pesadelos oceânicos
e orgulhosa moldura de cicatrizes quilombolas.
Jamu Minka*

A formação socioeconômica do Brasil e a história negra são indissociáveis e, como literaturizou Minka¹⁵ (1998), imprimiu à pele negra uma cartografia delineada pela exploração e pelo sofrimento. Contudo enquanto o país, sob governos hegemonicamente brancos, beneficiou-se da mão de obra negra através da escravização, o povo negro teve seus direitos negligenciados, mesmo após o ato político de abolição escravocrata.

Os efeitos desta negligência perduram até a contemporaneidade, refletindo em toda a sociedade, inclusive nos aspectos educacionais. Há menos de dois séculos, o negro, no Brasil, era proibido de frequentar a escola:

O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afrodescendente brasileira até hoje. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores (BRASIL, 2004, p. 7).

Considerava-se que a presença negra no ambiente escolar poderia comprometer tanto a ordem do referido espaço quanto a ordem social como um todo. Em uma sociedade na qual apenas o branco exercia protagonismo, a presença negra nos espaços coletivos, salvo para prestar serviços, era considerada uma influência negativa (FONSECA, 2001), tanto que “o decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, por sua vez, estabelecia que os negros só podiam estudar no

¹⁵ Jamu Minka é pseudônimo do escritor José Carlos de Andrade. Jornalista, negro, Minka participou da primeira edição dos Cadernos Negros, em 1978. É autor de diversos poemas cuja temática é a negritude. Mais informações podem ser encontradas em <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autores/285-jamu-minka>.

período noturno, e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso dos negros aos bancos escolares” (BRASIL, 1957).

Em 1871, com a aprovação da Lei do Ventre Livre, a negação da educação formal ao negro foi reforçada. A lei determinava que cabia a quem escravizava a mãe da criança nascida já em liberdade a responsabilidade, sempre que possível, pela educação do infante. Porém, a preocupação voltou-se unicamente a aspectos econômicos, pensando-se apenas nos impactos causados em virtude do progressivo fim do trabalho escravo no país (FONSECA, 2001).

Aos senhores de escravos, não era lucrativo promover a escolarização das crianças negras, uma vez que a ascensão social negra traria-lhes prejuízos. A eles, interessava a manutenção delas no processo produtivo e, sem instrução, esse era o caminho natural dos petizes mesmo tendo nascido legalmente livres, com a contribuição da garantia em lei de que, até os oito anos de idade, continuariam sob a posse escravocrata, idade que poderia ser estendida até os 21 anos através da prestação de serviço nas fazendas. As crianças negras nascidas já livres poderiam ser entregues para ficarem sob custódia do Estado, que deveria garantir-lhes acesso à educação. Contudo, mediante os decretos supracitados, não havia o cumprimento desta premissa e, desta maneira, o abismo educacional entre negros e brancos perdurou durante muito tempo (FONSECA, 2001).

Este panorama começou a mudar a partir da organização dos próprios negros libertos, que deram início à criação de escolas nas cidades e nas comunidades quilombolas. Com a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889), o movimento negro ganhou força, tendo como pauta central o acesso à educação, uma vez que somente através dela poderia ser rompido o processo de marginalização da população negra, que estava legalmente liberta, porém sem perspectivas de construção de uma boa qualidade de vida (DOMINGUES, 2007).

O movimento negro teve três períodos marcantes. O primeiro período iniciou em 1931, com a fundação, em São Paulo, da Frente Negra Brasileira, por intelectuais, profissionais liberais e líderes comunitários negros, com o objetivo de promover a organização política e social da população negra e lutar contra o racismo e a discriminação racial.

A Frente Negra Brasileira teve uma rápida expansão em vários estados brasileiros e chegou a contar com mais de vinte mil associados. O movimento

também participou das eleições, lançando candidatos próprios para cargos políticos. No entanto, a ditadura do Estado Novo, implantada por Getúlio Vargas em 1937, acabou com a atuação da Frente Negra Brasileira, com alegações de que o movimento representava uma ameaça ao governo e à unidade nacional.

Apesar da sua curta existência, a Frente Negra Brasileira foi um marco na história do movimento negro no Brasil, pois representou a primeira tentativa de organização política da população negra no país. Além disso, a luta pela igualdade racial e pelos direitos civis e políticos da população negra iniciada nesse período, continuou a inspirar e influenciar o movimento negro brasileiro nas décadas seguintes (DOMINGUES, 2007).

O segundo período, que compreende o período entre 1937 e 1964, teve menor força devido ao regime ditatorial. Em 1943, em Porto Alegre, foi fundada, por um grupo de homens negros que buscava lutar contra a discriminação racial e promover a igualdade de direitos para a população negra do país, a União dos Homens de Cor. Entre as atividades da organização, estava a alfabetização de pessoas negras que não haviam tido acesso à educação formal.

Apesar do contexto de repressão política e censura durante o Estado Novo, a União dos Homens de Cor conseguiu se estabelecer e desenvolver suas atividades, demonstrando a persistência da luta por direitos civis e igualdade mesmo em períodos adversos da história do país.

Em 1944, no Rio de Janeiro, foi fundado, por Abdias do Nascimento¹⁶ e um grupo de artistas negros, o Teatro Experimental do Negro (TEN), que foi uma importante iniciativa cultural e política no Brasil. O TEN teve como objetivo principal combater o racismo e a discriminação racial através da valorização da cultura afro-brasileira e da promoção da igualdade racial.

Além de oferecer aulas de teatro para jovens negros, o TEN também publicou o jornal *O Quilombo*, que era dedicado à promoção da cultura e história afro-brasileira, e organizou o I Congresso Nacional do Negro Brasileiro em 1950, que reuniu ativistas e intelectuais negros de todo o país para discutir questões como o

¹⁶ Abdias do Nascimento foi um importante ativista negro brasileiro, artista, intelectual, dramaturgo, poeta, professor universitário e político. Atuou em diversos movimentos e organizações de defesa dos direitos humanos e da igualdade racial. Ele também foi deputado federal e senador pelo Rio de Janeiro, sendo um dos primeiros políticos negros a ocupar esses cargos no Brasil. Mais informações podem ser obtidas em <https://ipeafro.org.br/personalidades/abdias-nascimento/>.

racismo, a discriminação e a desigualdade racial.

Ainda desenvolveu programas de alfabetização e educação para jovens negros que, muitas vezes, eram excluídos do sistema educacional formal. Através dessas iniciativas, o Teatro ajudou a formar uma geração de artistas e intelectuais negros que foram fundamentais para o desenvolvimento da cultura afro-brasileira e para a luta contra o racismo e a discriminação racial no Brasil (DOMINGUES, 2007).

Entre 1978 e 2000 aconteceu a terceira fase do movimento negro, que teve grande impacto na educação brasileira. O Movimento Negro Unificado (MNU) foi uma das principais organizações desta fase do movimento que teve grande impacto na educação brasileira.

Uma das principais ações do MNU na área da educação foi a luta pela revisão dos conteúdos preconceituosos presentes nos livros didáticos. O movimento criticou a forma como a história do Brasil era contada, que muitas vezes ocultava ou minimizava a participação dos negros e sua contribuição para a formação do país. O MNU pressionou o governo e as editoras para que os livros didáticos passassem a incluir uma abordagem mais positiva e realista sobre a história e cultura africana e afro-brasileira.

Outra ação importante foi a luta pela inclusão do ensino sobre africanidades nas escolas. O MNU defendeu que as escolas deveriam oferecer um ensino que valorizasse a cultura e a história africana e afro-brasileira, para que os alunos negros pudessem ter uma maior identificação com o conteúdo ensinado e sentir-se mais representados. A inclusão desse ensino também seria importante para combater o preconceito e a discriminação racial na sociedade brasileira (DOMINGUES, 2007).

Em 2001, após a participação na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata¹⁷, realizada em 2001 em Durban, África do Sul, o Brasil deu início ao programa de cotas, política afirmativa de fundamental relevância para o reparo da exclusão histórica do negro no acesso ao sistema de ensino formal (OLIVEN, 2007). A Universidade Estadual do

¹⁷ A III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata teve o objetivo de discutir e promover a igualdade racial e combater diversas formas de discriminação. O evento reuniu representantes de governos, organizações não governamentais e da sociedade civil de todo o mundo e adotou uma declaração e um programa de ação para combater o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e outras formas de intolerância, com medidas concretas para combater a discriminação em várias áreas e promover os direitos humanos.

Rio de Janeiro, em 2002, e a Universidade Federal de Brasília (2003), foram as primeiras universidades brasileiras a destinar um percentual de suas vagas a estudantes negros.

Contudo, somente em 2012, através da Lei nº 12.711, essa prática passou a ser uma política nacional. Em 2003, houve a criação da Lei nº 10.639, que

Pode ser considerada um ponto de chegada de uma luta histórica da população negra para se ver retratada com o mesmo valor dos outros povos que para aqui vieram, e um ponto de partida para uma mudança social. Na política educacional, a implementação da Lei n. 10.639/2003 significa ruptura profunda com um tipo de postura pedagógica que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional. Para além do impacto positivo junto à população negra, essa lei deve ser encarada como desafio fundamental do conjunto das políticas que visam à melhoria da qualidade da educação brasileira para todos e todas. (BRASIL, 2008, p.10).

Conforme a referida lei, o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana passou a ser obrigatório no ensino fundamental e no ensino médio (BRASIL, 2003). Assim, a luta secular por visibilidade, pelo reconhecimento do negro como sujeito de participação ativa na constituição socioeconômica brasileira e também pelo aplacamento das desigualdades e discriminações, inclusive no campo educacional, oriundas do racismo ganhou um importante dispositivo legal que assinalou a normatização da Educação Escolar Quilombola no país.

A implementação da Lei nº 10.639/2003 não foi fácil e enfrentou resistências de diversos setores da sociedade brasileira. No entanto, sua aprovação e implementação representam uma importante conquista para o movimento negro no Brasil, e um passo importante na promoção da igualdade racial e na valorização da diversidade cultural. Tal lei não se limita apenas ao ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, mas engloba temas como a religiosidade, a arte, a literatura, a música e a culinária, entre outros aspectos da cultura afro-brasileira e africana.

A lei também foi complementada pela Lei nº 11.645/2008, que estendeu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena nas escolas brasileiras. Juntas, essas leis representam um importante avanço na promoção da diversidade cultural e no combate ao racismo e à discriminação racial no Brasil.

Apesar das discussões sobre a implantação da Educação Escolar Quilombola terem iniciado na década de 80, somente em 2012, por meio da Resolução nº 8 do

Conselho Nacional de Educação (CNE), foram criadas as Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ). O documento preconiza a oferta de educação formal dentro da própria Comunidade Remanescente de Quilombo, com um currículo capaz de integrar as características étnico-culturais de cada comunidade ao saber científico, respeitando, portanto, suas memórias, sua ancestralidade e contemplando o entendimento da luta negra por seu direito à sua identidade, à educação, ao seu território e à terra, aspectos estes indissociáveis (BRASIL, 2013).

Essas diretrizes têm como objetivo orientar a implementação de políticas públicas de educação que garantam o direito à educação das comunidades quilombolas, levando em conta suas especificidades culturais, históricas e territoriais. As DCNEEQ estabelecem princípios, objetivos, diretrizes e estratégias para a oferta de uma educação de qualidade, com respeito à diversidade e à pluralidade cultural, para as populações quilombolas, bem como para a formação de professores e para a gestão escolar. Além disso, as diretrizes também preveem a participação das comunidades quilombolas em todo o processo educacional, desde a elaboração dos projetos pedagógicos das escolas até a avaliação dos resultados.

Entretanto, não há a disponibilização de escolas em todas as Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ). Conforme dados do INEP, em 2020 havia 3413 escolas quilombolas no Brasil, enquanto o total de CRQ, de acordo com a Fundação Cultural Palmares, que é responsável pelo registro das comunidades quilombolas no Brasil, até setembro de 2021, era de mais de 5.800 comunidades quilombolas registradas em todo o país. É importante ressaltar que nem todas as comunidades quilombolas foram identificadas e registradas oficialmente, de modo que o número total de comunidades quilombolas no Brasil pode ser ainda maior.

Estes dados vão de encontro à Lei 13005/2014, que, em seu Artigo 78-A, estabelece que a oferta de escolarização aos estudantes quilombolas em escolas externas ao território quilombola deve ocorrer apenas em casos comprovadamente excepcionais. Isso significa que a lei reconhece a importância da educação nas comunidades quilombolas e a necessidade de que ela ocorra em seus territórios, com respeito às suas especificidades culturais e históricas. No entanto, reconhece também que em alguns casos pode haver necessidade de oferta de escolarização

fora desses territórios, desde que seja comprovado que se trata de uma situação excepcional (BRASIL, 2012).

No caso de oferta extraterritorial de educação formal aos estudantes quilombolas, é preciso que sejam observadas as normativas das DCNEEQ, entre elas assegurar que sejam consideradas as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades e as características próprias do processo de ensino e aprendizagem. É necessário também garantir que a comunidade, através de suas lideranças, seja consultada pela equipe gestora da escola, incluindo no Projeto Político Pedagógico o compromisso com o estudo pautado na realidade das CRQ e nas questões étnico-raciais (BRASIL, 2012).

Para garantir o acesso à educação escolar para os estudantes quilombolas fora de suas comunidades, o Ministério da Educação (MEC) tem implementado políticas como o Programa Nacional de Educação Escolar Quilombola (PNEEQ), que tem como objetivo promover a inclusão e a valorização das comunidades quilombolas no sistema educacional brasileiro.

Outro ponto estruturante é a formação de professores para atuação tanto nas escolas quilombolas quanto nas escolas externas ao território, mas que atendem estudantes quilombolas. A formação inicial e a formação continuada devem contemplar a capacitação docente para a inserção no material didático dos objetos de ensino alusivos às características próprias da CRQ, bem como para a produção destes materiais e adoção/adequação/criação de metodologias de ensino e aprendizagem consonantes com as determinações contidas nos dispositivos legais (BRASIL, 2012).

Neste sentido, o MEC tem firmado parcerias com instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil para a formação de professores capacitados para trabalhar com as especificidades da educação escolar quilombola, incluindo a oferta de cursos de formação continuada e a produção de materiais didáticos específicos para essa população.

Por fim, cita-se a relevância da formação das equipes gestoras que atuam em contextos educacionais com a presença de estudantes quilombolas, com vistas a garantir a adequação dos aspectos que vão desde os pedagógicos até os relativos à alimentação e transporte escolar, mediante a observação das diretrizes específicas destes quando voltados à educação quilombola (BRASIL, 2012).

Este conjunto de determinações e orientações resultantes da organização negra na busca pela efetivação do direito à plena inserção social deve culminar não apenas com a garantia de acesso à educação formal por estudantes quilombolas, mas também por sua permanência e sucesso escolar. Com isso, busca-se reparar séculos de subtração de direitos do povo de origem afro.

4 AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA: A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DE QUALIDADE PERANTE CONTEXTOS PERMEADOS PELA DISCRIMINAÇÃO RACIAL

*Na propaganda enganosa
Paraíso racial
hipocrisia faz mal
nosso futuro num saco
sem fundo
a gente vê
e finge que não vê
a ditadura da brancura
Negros de alma negra se inscrevem naquilo que escrevem
mas o Brasil nega
negro que não se nega.
Jamu Minka*

Nos versos de Minka (1986), a denúncia sobre a invisibilidade da problemática do racismo no Brasil dialoga com o pensamento de Evaristo (2021), a qual alerta que “a questão do negro, a questão indígena, não são questões para as pessoas que são vítimas resolverem. São para a nação resolver”. A afirmação remete à análise do fato que as ações de busca por respeito às diferenças étnico-raciais historicamente partiram do próprio povo negro.

Nesse contexto, a afirmação de que a questão do negro e do indígena não é uma questão apenas para as vítimas resolverem, mas sim para a nação resolver, pode ser interpretada de diferentes maneiras. Por um lado, é importante que a sociedade como um todo se engaje no combate ao racismo e à discriminação, reconhecendo a importância da valorização da diversidade cultural e étnica do país.

Por outro lado, é necessário reconhecer o protagonismo e a liderança das próprias vítimas da discriminação racial na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. São essas pessoas que, ao longo dos anos, têm se organizado em movimentos sociais e políticos para enfrentar o preconceito e a exclusão social, buscando garantir seus direitos e promover mudanças sociais e políticas significativas.

Assim, é fundamental que haja o reconhecimento da importância do engajamento e da liderança das pessoas negras e indígenas nessa luta, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas. Ao mesmo tempo, é papel do Estado assumir a responsabilidade de promover políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidades e o respeito aos direitos humanos de todos os cidadãos,

independente de sua origem étnico-racial.

É somente a partir da união e do diálogo entre as diferentes vozes e atores sociais que será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as pessoas sejam valorizadas e respeitadas em sua diversidade cultural e étnica. E, nessa luta, é fundamental reconhecer o papel central das próprias vítimas da discriminação racial, que, por meio de sua liderança e engajamento, têm sido protagonistas na construção de um cenário educacional com pluralidade étnico-racial.

Apesar do Artigo 205 da Constituição Federal Brasileira, primeiro documento oficial a considerar o papel proativo do negro na sociedade, garantir que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa (...)” (BRASIL, 1988), sem distinção entre negros e brancos, apenas nos limiares do século XXI houve o compromisso do Estado Brasileiro, materializado legalmente, com a garantia da oferta da educação formal à população afrodescendente.

Contudo, ainda que haja um somatório de ações com foco na inserção negra nos espaços de educação formal, quando observados os dados relativos à escolarização do negro no Brasil, é notória a disparidade em comparação com a escolarização de pessoas de outras raças. Conforme dados do IBGE (2020), negros são 71,7% dos jovens que abandonam a escola brasileira, o que deixa evidente que a desigualdade racial é um fator que contribui significativamente para o abandono escolar no Brasil.

As ações afirmativas¹⁸ desenvolvidas através do sistema de cotas, cujo objetivo é contribuir para a efetivação do direito de acesso ao Ensino Superior, são um marco fundamental na construção da equidade racial. Porém, é necessário que se pense nas questões referentes à escolarização negra desde o Ensino Fundamental e Ensino Médio, pois uma significativa parcela de estudantes de

¹⁸ O Guia de Ações Afirmativas para a Igualdade Racial, documento elaborado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em 2020, destaca que “ações afirmativas são necessárias para se chegar à igualdade real e efetiva entre as pessoas e para construir uma sociedade verdadeiramente justa e democrática” e que “não se trata de dar um tratamento especial, mas sim de compensar desvantagens históricas e garantir a igualdade de oportunidades.”

origem afro sequer conclui a Educação Básica.

Nesse contexto, é importante analisar os vários aspectos que envolvem a oferta da Educação Básica aos estudantes negros/quilombolas, quer seja em Escolas Quilombolas, quer seja em escolas da rede regular de ensino. Um destes aspectos, de primordial incorporação às práticas pedagógicas, são as relações étnico-raciais, pois

(...) as práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias. Essa afirmação pode parecer paradoxal, mas dependendo do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças (GOMES, 2001, p.86).

Equidade não é sinônimo de homogeneização. A homogeneização é o processo que busca transformar algo em homogêneo, de mesma ou semelhante natureza, enquanto a equidade¹⁹, conforme a obra aristotélica *Ética a Nicômaco*, diz respeito à justiça. Neste viés, depreende-se que uma prática docente com vistas à homogeneização é uma prática docente descompromissada com a justiça nos aspectos constituintes de uma sala de aula. Logo, a prática educativa que desconsidera as diferenças étnico-raciais é uma prática que vai na contramão da Lei nº10.639/03, pois

Para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando a todos os educandos, por mais desiguais que eles sejam de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura. A igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou, melhor dizendo, exigida (BOURDIEU, 1999, p. 53).

A Resolução CNE/CP 01/2004 e Parecer CNE/CP 03/2004, que trazem regulamentações referentes à Lei nº 10.639/03, deixam claro o direito à diferença

¹⁹ Em sua obra *"Ética a Nicômaco"*, Aristóteles descreve a equidade como a virtude que corrige as leis quando estas, em sua formulação geral, não se aplicam corretamente a um caso particular. Ele argumenta que as leis são formuladas de forma geral e abstrata, e que muitas vezes podem levar a injustiças quando aplicadas de forma rígida a casos específicos. Nesses casos, a equidade é necessária para corrigir as leis, de modo a torná-las justas.

rumo à construção de uma democracia racial. Entretanto, o ambiente escolar ainda é permeado por preconceitos e práticas racistas, numa dinâmica de negação da heterogeneidade étnico-racial, desconsiderando que a história de luta pela universalização da educação básica, assim como a história de luta negra pelo acesso à educação, são inerentes à busca do cidadão por seus direitos, configurando duas vertentes de mesma confluência.

A escola contemporânea, espaço plural, precisa também ser espaço de desestratificação social. Para isso, é necessário romper as já cristalizadas estruturas de demarcação de branquitude e negritude, manifestadas de formas algumas vezes sutis, como por exemplo em falas que, tenuamente, diminuem o valor da participação social do negro, ou de formas mais substanciais, como por exemplo em episódios de exclusão e até mesmo de violência. O passo inicial para que haja esta ruptura é

Incluir a temática no Projeto Político Pedagógico da Escola, ação que depende de uma série de outras, como, por exemplo, o domínio conceitual do que está expresso nas DCNs da Educação para as Relações Étnico raciais, a regulamentação da Lei pelo respectivo Conselho de Educação, as ações de pesquisa, formação de professores, profissionais da educação e equipes pedagógicas, aquisição e produção de material didático pelas Secretarias de Educação, participação social da gestão escolar, entre outras. (BRASIL, 2008, p. 20).

O trecho apresentado destaca a importância da inclusão da temática das Relações Étnico-raciais no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, mas também ressalta que essa ação depende de uma série de outras, que vão desde o domínio conceitual do tema até a participação social na gestão escolar.

Algumas das ações mencionadas são:

- Domínio conceitual: para incluir a temática no PPP, é necessário que os profissionais da educação tenham um domínio conceitual adequado sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) da Educação para as Relações Étnico-raciais, que orientam a inclusão do tema na educação básica.
- Regulamentação da lei: a Lei nº 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas, mas sua regulamentação cabe ao Conselho de Educação de cada estado ou município.
- Pesquisa e formação: para incluir a temática de forma adequada no PPP, é

necessário que haja ações de pesquisa e formação de professores, profissionais da educação e equipes pedagógicas, a fim de garantir que o tema seja abordado de forma consciente e crítica.

- Produção de material didático: as Secretarias de Educação devem adquirir ou produzir material didático adequado para o ensino das Relações Étnico-raciais, para que os professores tenham subsídios para abordar o tema em sala de aula.
- Participação social: a inclusão da temática no PPP também deve contar com a participação social na gestão escolar, por meio de conselhos escolares e outras instâncias de participação, a fim de garantir que a comunidade escolar esteja envolvida no processo de inclusão do tema.

Tais ações são fundamentais para que a inclusão da temática das Relações Étnico-raciais no PPP da escola seja efetiva e contribua para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Esse conjunto de fatores converge para uma prática docente comprometida não meramente com o cumprimento de uma lei, mas sim com as diferentes identidades presentes em sala de aula.

É através deste comprometimento que cumprir-se-á o caráter equânime da educação, favorecendo o processo de autovalorização dos alunos de descendência afro, bem como o reconhecimento de suas matrizes culturais, pois “A identidade é, para os indivíduos, a fonte de sentido e experiência. É necessário que a Escola resgate a identidade dos afro-brasileiros. Negar qualquer etnia, além de esconder uma parte da história, leva os indivíduos à sua negação.” (MUNANGA, 1999, p. 55).

A identidade é uma das características mais importantes e distintivas de cada indivíduo. Ela é a fonte de sentido e de experiência, moldada pela cultura, história, raça, etnia e experiências pessoais. Negar a existência de qualquer etnia é esconder uma parte importante da história e levar os indivíduos a se negarem a si mesmos.

No contexto brasileiro, a identidade afro-brasileira tem sido historicamente negada e subjugada. Essa negação tem consequências profundas na autoestima, no senso de pertencimento e na construção da identidade dos afrodescendentes, que muitas vezes se veem em uma situação de negação de si mesmos.

Para ressignificar a identidade dos afro-brasileiros, é necessário que a escola assuma uma postura proativa na valorização da cultura e da história afrodescendente. A inclusão desses aspectos no currículo escolar é um passo fundamental para garantir que as novas gerações tenham acesso à riqueza cultural

dos povos africanos e seus descendentes no Brasil.

A escola deve promover a diversidade cultural e racial, valorizando as contribuições dos afrodescendentes para a sociedade brasileira. Isso pode ser feito por meio de atividades culturais e educacionais, tais como festivais, celebrações, apresentações artísticas, palestras e discussões em sala de aula.

Ao promover a valorização da identidade dos afro-brasileiros, a escola contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, capaz de considerar e celebrar a diversidade cultural e racial. Essa valorização não apenas fortalece a autoestima dos afrodescendentes, mas também promove uma maior compreensão e respeito entre as diferentes comunidades que compõem a sociedade brasileira.

Ao desconsiderar esta importante questão, a escola acaba por ser mais uma estrutura de solidificação do racismo e do preconceito racial, deixando de exercer sua função de instituição colaboradora para a formação de sujeitos críticos, com valores e comportamentos que levem em consideração a multiplicidade social, capazes, assim, de exercerem a cidadania e, desta forma, promoverem transformações no meio onde estão inseridos. É primordial, neste enfoque, tratar-se da formação de professores.

Sendo a Lei 10.639/03 uma ação afirmativa, é possível depreender que, até a aprovação da mesma, as bases epistemológicas da educação brasileira não incluíam de maneira satisfatória o multiculturalismo. O etnocentrismo escolar, europerizado e incapaz de promover a construção de canais de aproximação entre teorias e realidade, passou a ser, legalmente, não mais aceito como pilar principal dos estudos acerca da sociedade brasileira.

Entretanto, a formação de professores, aspecto essencial anterior ao ano de 2003, não primava pelo preparo para o fomento às práticas docentes capazes de tornarem a escola pública um palco de reflexão capaz de garantir o espaço de fala de todas as vozes que constituíram e constituem o Brasil como nação. Sobre isso, Gomes (in FONSECA et al, 2011, p. 48), denuncia que

[...] é possível afirmar que o Movimento Negro apresenta, historicamente, um projeto educativo, construído à luz de uma realidade de luta. Esse projeto se choca, muitas vezes, com a racionalidade hegemônica que impera na teoria social e pedagógica, visto que apresenta outro tipo de saber, construído numa história em que a diversidade étnico-racial sempre

esteve presente, em que a alteridade sempre esteve pautada, não só no reconhecimento do outro, mas na luta política de ser reconhecido um com o outro, com o direito de viver a sua diferença e ver a sua cultura e sua identidade respeitadas tanto no cotidiano das escolas e dos seus currículos quanto na política educacional.

Nesse viés, o produto do movimento social negro brasileiro, articulado aos demais movimentos negros da América Latina, mesmo sendo pouco discutido pelas teorias educacionais hegemônicas, apresenta epistemologia tão legítima quanto elas. A articulação destes movimentos impulsionou mudanças sociais, educacionais, culturais e políticas (GOMES in FONSECA et al, 2001) e, assim, deve ser parte essencial dos percursos formativos docentes, visto que é parte essencial da formação brasileira. Se o exercício da docência deve ser pautado pela realidade dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, nada mais óbvio que a necessidade da educação para as relações étnico-raciais ser componente de todos os cursos de licenciatura do Brasil, cuja história entrelaça-se intimamente com a diáspora africana.

Formar professores sem que eles sejam instigados à reflexão acerca do multiculturalismo que encontrarão em sala de aula é formar transmissores apenas de saberes técnicos, o que não corresponde ao ideal educativo, sobretudo à luz da BNCC, que define como primeira competência:

Conhecimento: Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Ao definir que a construção do conhecimento está vinculada à valorização e utilização dos saberes historicamente construídos e que dessa compreensão depende o entendimento da realidade e a atuação cidadã, o documento norteador da educação brasileira revela que o projeto educativo da educação básica é pautado pela historicidade dos territórios. Logo, para que os professores estejam aptos a trabalharem com essa historicidade, é preciso que os cursos de licenciatura sigam semelhante itinerário.

5 ASPECTOS HISTÓRICOS DE UM RECORTE GEOGRÁFICO: JACUIZINHO, EDUCAÇÃO ESCOLAR E NEGRITUDE

A pesquisa histórica, ao realizar um processo sistemático de coleta, análise e interpretação de fontes primárias e secundárias relacionadas a eventos, fenômenos e processos históricos, tem o potencial de produzir uma narrativa baseada em evidências sobre o passado. Segundo Gomes (2007), a pesquisa histórica é um método que utiliza fontes escritas, iconográficas, orais, materiais e outras formas de registro para produzir conhecimento histórico. Ou seja, ela engloba diferentes formas de produção de dados e, por isso, é de grande valor, uma vez que visita registros históricos sob diferentes perspectivas.

O acesso a essa multiplicidade de fontes implica em compreender os valores, as crenças, as instituições e as estruturas sociais que moldaram o passado da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões e do município de Jacuizinho como um todo. A partir dessa compreensão do passado, viabiliza-se a compreensão do presente, o que é essencial para que seja possível a construção de um futuro com bases igualitárias, rompendo com barreiras que dificultam a inserção social equitativa a todos.

Logo, antes de partir-se para a abordagem específica acerca da Comunidade Quilombola, é importante que se conheça um panorama do município de Jacuizinho, de maneira a compreender melhor o contexto de inserção dos diferentes atores que compõem essa pesquisa.

5.1 JACUIZINHO: UM BREVE PANORAMA DA FORMAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

O município de Jacuizinho tem seu nome originário do rio que o atravessa: o Rio Jacuizinho²⁰, que recebeu esta denominação em virtude da presença de uma ave muito comum na região, o jacu, acrescido de Y, que em tupi-guarani quer dizer rio.

²⁰ O Rio Jacuizinho, que atravessa o município de mesma denominação, tem uma extensão de aproximadamente 160 km, nasce no município de Júlio de Castilhos e deságua no Rio Jacuí, próximo ao município de Cachoeira do Sul. O rio é utilizado para abastecimento de água para a população local e para irrigação das lavouras, sendo também utilizado para a prática de pesca. Além disso, o Rio Jacuizinho tem grande importância histórica e cultural para a região, sendo citado em diversas obras literárias e músicas que retratam a cultura gaúcha.

Localiza-se na mesorregião Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, como ilustra a Imagem 1, a 303 km da capital Porto Alegre e sua extensão é de 338.535 km², o que representa o percentual de 0,12% do território gaúcho.

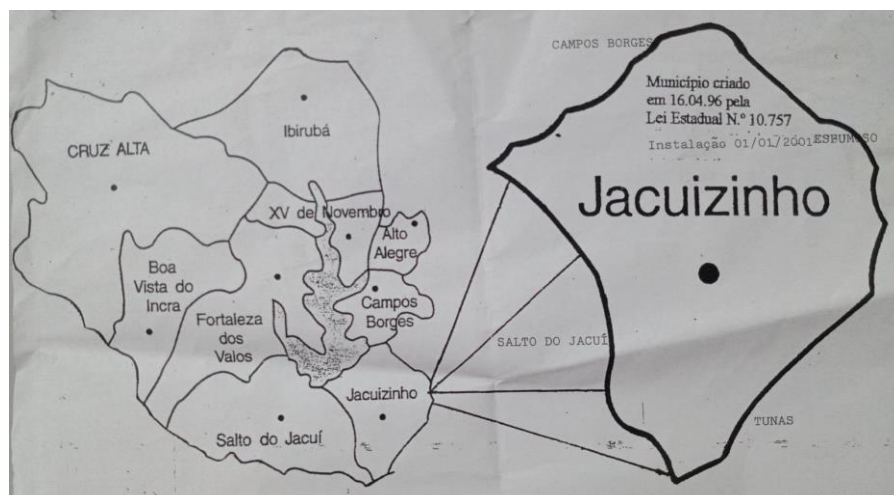
Imagem 1 - Localização do Município de Jacuizinho



Fonte: Google Maps

A Imagem 2, integrante do histórico municipal encontrado na Escola Leonel de Moura Brizola, retrata as divisas do município de Jacuizinho após sua emancipação:

Imagem 2 - Divisas do município de Jacuizinho após emancipação



A vegetação predominante no município são os campos limpos e mistos, usados para a criação de gado. O relevo também favorece as lavouras, usadas para a monocultura da soja e do trigo, nas propriedades maiores, e para o fumo e culturas de subsistência, nas propriedades menores. A hidrografia é outro aspecto favorável: Jacuizinho é banhado por 02 rios, 07 lajeados e também pelo maior lago artificial do Rio Grande do Sul²¹.

Sua população, de acordo com dados do SEBRAE (2017, p. 05) é de 2.561 habitantes, o que corresponde a 0,02% do contingente populacional do Rio Grande do Sul. Os dados revelam que desse total, 1915 moradores residem na zona rural, 74,78% da população municipal, e 562 na zona urbana, 25,22% da população municipal.

Estes moradores estão distribuídos nos distritos de Bela Vista, Rincão dos Costa, Rincão São Luiz, Novo Horizonte, Oralina, Serra dos Engenho, Campo Comprido, Flecha Azul, Linha Pereira, Linha São Jorge, Borboleta, Pantaninho, Esquina Madril, Bangu, Linha Schneider, Quilombola e sede municipal.

Porém, tão ou mais importante do que saber a localização de um município, suas características naturais e aspectos gerais de sua população, é conhecer seu processo de formação. É tal processo que permite o entendimento da situação hodierna da região. Por isso, o subcapítulo que segue traz um breve panorama do povoamento de Jacuizinho, desde a década de 34 até os dias atuais.

5.1.1 Processo de colonização e emancipação

No início da colonização do Rio Grande do Sul, quando havia apenas quatro municípios, Jacuizinho pertencia a Rio Pardo. Em 1934, quando Cruz Alta tornou-se município, o território, hoje jacuizinhense, tornou-se cruz-altense. Em 1875, tal território passou a compor o município de Soledade (GHUZI, 2012).

Os primeiros registros históricos do município datam de 1877, quando iniciou

²¹ O Alagado do Passo Real fica localizado no Rio Jacuí, com uma extensão de aproximadamente 30 km e desempenha um papel significativo na produção de energia elétrica. A barragem construída no Rio Jacuí, que deu origem ao alagado, é utilizada para abastecer usinas hidrelétricas da região, que produzem eletricidade a partir da força da água em movimento.

seu processo de colonização. Habitantes de cidades vizinhas, sobretudo Santa Cruz do Sul, Cruz Alta, Soledade e Cachoeira do Sul fixaram residência na localidade, que em 1883 teve construída sua primeira igreja, a Igreja Católica Menino Deus, cujo altar recebeu a imagem do Menino Jesus esculpida em madeira (SMECD, 2014). Relatos orais dizem que a imagem foi trazida de São Paulo por carreteiros e há indícios de que possa tratar-se de uma obra do escultor Aleijadinho.

Por volta de 1888, começaram a chegar ao município pessoas com ofícios definidos: escrivão, comissário, subdelegado, subintendente, tenente-coronel. Assim, a composição local deu-se com essas autoridades e com agropecuaristas, que exerciam poder, autoridade e eram muito respeitados (NOGUEIRA, 2005).

Assim, Jacuizinho ganhou notoriedade regional. Em 1891 já tinha Cartório e Tabelionato, casas comerciais, fábrica de móveis, farmácias, olarias, fábrica de engarrafamento de água, hotéis, restaurantes, clube, grupo escolar e hospital (SMECD 2014).

Em 1952, Jacuizinho fez, sem êxito, sua primeira tentativa de emancipação. Em 1991 o território já havia sido distrito de Espumoso e já pertencia a Salto do Jacuí. Então, novamente iniciou um movimento emancipatório, porém a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul entendeu que não havia uma estrutura urbana suficiente para que Jacuizinho pudesse constituir-se como território administrativo independente (NOGUEIRA, 2005).

Em 1993, uma nova tentativa de emancipação político-administrativa teve início, tendo como lema “Jacuizinho, um município de futuro”. Constavam no processo, entre outros detalhes, que a localidade tinha 1884 eleitores, 172 residências no perímetro urbano e 255 propriedades rurais (NOGUEIRA, 2005). A autora destaca que “os motivos para a emancipação eram ter acesso ao Fundo de Participação Municipal e outras fontes transferidas e aproximar o contribuinte da gestão pública local” (NOGUEIRA, 2005, P. 16).

Em 1995, a consulta popular através de plebiscito sobre a emancipação foi autorizada pela Assembleia Legislativa, porém foi vetada pelo governador. A Assembleia então derrubou o veto e o plebiscito foi aprovado e sancionado pelo governador. Todavia, Jacuizinho não atingiu o número exigido de 1800 eleitores e as comissões emancipacionistas entraram com um mandado de segurança, saindo

vencedoras, dado o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral de que para ser eleitor não seria necessária a residência física no local. (NOGUEIRA, 2005).

Em 1996, aconteceu o plebiscito de emancipação. 71% dos eleitores votaram favoravelmente ao processo. Entretanto, o governador, bem como o presidente, na época Fernando Henrique Cardoso, vetou a eleição, que aconteceu somente no ano 2000 e, mediante a falta de acordo para a formação de uma chapa única, montou-se duas coligações, sendo feita a distribuição dos cargos da administração em ambas as chapas (NOGUEIRA, 2005)

Em 2001, foi instalado o município, com aproximadamente 3600 habitantes. Porém, as opiniões sobre a emancipação ter sido um processo acertado divergiam. Pinheiro alerta para o fato de que “não há declarações que reúnam motivos para emancipar. Ao invés de elaborá-las, a comissão de emancipação optou por reunir declarações favoráveis firmadas por vários prefeitos” (PINHEIRO, 2002, P. 752). Conforme o autor, não havia racionalidade objetiva no processo de emancipação, que constituía mais um jogo de interesses políticos do que a busca pela real melhoria quanto às necessidades dos munícipes. Já o deputado Giovani Cherini apresentou outro entendimento, afirmando que “as emancipações no Rio Grande do Sul são responsáveis por boa parte da melhora da qualidade de vida, tanto das comunidades emancipadas, como seus municípios de origem e regiões ao redor” (CHERINI, 2001, p. 36).

Nogueira, por sua vez, corrobora com Pinheiro, afirmando que a busca pela emancipação de Jacuizinho representou “o desejo de alguns em ampliar seu poder, de estarem na elite política (NOGUEIRA, 2005, P. 30), “constata-se que o povo não estava tão receptivo à ideia (...), tanto que dos 1779 eleitores que poderiam votar, apenas 1298 foram às urnas” (idem, p. 49). Ou seja, os 922 votos favoráveis não representam somente 51,82% do total de eleitores que poderiam ter votado.

Utilizando o método de análise prosopográfica²², a autora analisou o grupo emancipacionista, composto por 19 pessoas, constatando que havia homogeneidade

²² A análise prosopográfica é uma técnica de análise de dados qualitativos que se concentra na identificação e classificação das proposições, ou seja, as unidades de significado contidas em um texto ou discurso. Segundo Moraes e Galiazzi (2007), a análise prosopográfica envolve a identificação das proposições presentes no texto e a organização dessas proposições em categorias, que permitem a interpretação dos dados e a formulação de conclusões. Essa técnica é particularmente útil em estudos que envolvem a análise de discursos políticos, jurídicos, acadêmicos.

quanto à questão religiosa, pois todos eram católicos, quanto à descendência, pois descendiam das primeiras famílias que compuseram Jacuizinho, quanto à questão econômica e também quanto ao posicionamento ideológico, uma vez que prevalecia a ideologia autoritária do Castilhanismo/Borgismo²³, com a historiografia de glorificação do gaúcho. Conforme a autora, esta homogeneidade configurou um quadro de coronelismo (NOGUEIRA, 2005).

A autora explica que, em relação à escolaridade, o grupo emancipacionista era formado majoritariamente por membros com Ensino Fundamental incompleto (10 membros). Apenas um membro possuía curso superior completo (Medicina Veterinária). Quanto à profissão, 15 emancipacionistas eram agropecuaristas, 01 era proprietário de posto de combustíveis, 01 era médico veterinário e 03 eram funcionários públicos.

Analisando o viés partidário, a autora registra que 06 emancipacionistas eram filiados ao Partido Progressista, atual Progressistas (PP), 06 eram filiados ao Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, atual MDB), 03 ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e 04 ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A autora destaca que “os partidos políticos são organizações que vão defender interesses políticos, econômicos e sociais de um determinado setor, e estes devem ter um projeto para toda a sociedade” (NOGUEIRA, 2005, P. 39).

Os dados apresentados revelam que a emancipação de Jacuizinho foi um processo lento e complicado, que divide opiniões. Ao passo que o foco daqueles que exerciam influência foi direcionado à emancipação, talvez não tenha sido dada a devida atenção a aspectos básicos, como por exemplo a oferta de emprego, e, dessa forma, o empobrecimento da população e o êxodo rural continuaram avançando, como veremos adiante, o que pode explicar o fato de que o município, como consta nos dados do censo de 2010 e em SEBRAE (2017), que em 2001 possuía 2183 habitantes, número que em 2007 passou para 2619, em 2015 foi de 2561, ou seja, a cada 100 habitantes, entre 2007 e 2015, 03 deixaram o município.

Porém, houve avanços em alguns aspectos, como será analisado posteriormente. Entre esses avanços está a conquista de um Polo UAB de

²³ O Castilhanismo/Borgismo foi uma ideologia política que exaltava a figura do líder, centralizava o poder político e investia pesadamente na infraestrutura do estado, em detrimento de outras áreas como a educação e a saúde" (Silva, 2015, p. 62).

Educação²⁴, que é referência na região, com a oferta de cursos de graduação e cursos técnicos (SMECD, 2014), possibilitando que os munícipes jacuizinhenses ampliem sua formação escolar, podendo concluir inclusive o ensino superior sem migrarem para outros locais.

O processo de constituição do município de Jacuizinho requer, para que possa ser compreendido de forma mais completa, a análise dos aspectos socioeconômicos locais, que são, simultaneamente, causa e consequência da forma como se compôs a localidade. Por isso, o próximo subcapítulo trata desse importante componente para que se conheça de forma mais profunda um município.

5.1.2 Aspectos socioeconômicos

Em virtude de sua formação histórica e também pelas condições naturais, a agropecuária desempenha um importante papel econômico no município de Jacuizinho, onde há predomínio das pequenas propriedades, cuja maioria se localiza em áreas de terreno acidentado, o que dificulta a mecanização (GHUZI, 2012).

A autora traz dados levantados pelo IBGE no Censo Agropecuário de 2006 para elucidar o perfil das propriedades agropecuárias no município:

Tabela 4 - Propriedades agropecuárias de Jacuizinho (2006)

Estabelecimentos	Número	Equivalência em hectares
Até 10 hectares	230	1069
De 10 a 20 hectares	141	2012
De 20 a 50 hectares	75	2272
De 50 a 100 hectares	29	1880
De 100 a 500 hectares	41	7551
Mais de 500 hectares	12	12177

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 (in GHUZI, 2012, p. 32)

²⁴ De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a UAB é "um programa que visa expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país, por meio da modalidade de educação a distância, integrando as universidades públicas brasileiras." (BRASIL, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2021).

Os números revelam que, do total de 26961 hectares, 45% estão concentrados em 12 propriedades, enquanto 230 pequenas propriedades equivalem a menos de 4% da área destinada à agropecuária. Desse total, 20885 hectares são de área cultivada, com 77,6% destinada à soja (SEBRAE, 2017). Isso demonstra que há uma notória disparidade econômica, uma vez que 12 proprietários, com propriedades superiores a 500 hectares, detém praticamente a metade de toda a área cultivada, enquanto 230 proprietários somam apenas 4% desse total, com apenas 22,4% do território cultivado sendo destinado à culturas de subsistência.

Essa desigualdade é um dos fatores que contribuem decisivamente para o processo de êxodo rural no município. As famílias residentes em pequenas propriedades acabam por não mais conseguirem prover o próprio sustento com a produtividade de subsistência e, assim, muitas optam, principalmente os jovens, por migrarem para outros municípios em busca de melhores condições de vida.

Ghuzi relata um caso comum na realidade jacuizinhense:

O casal Silva mora em Linha São Jorge, interior de Jacuizinho, em uma propriedade de 19 hectares; tem dois filhos e duas filhas. Segundo a mãe, os rapazes saíram da propriedade por falta de renda suficiente para o sustento de toda a família. Em conjunto com os pais, concluíram que não havia condições de prosperar na pequena propriedade dos pais, além da dificuldade de locomoção, ou seja, distante da sede do município, estradas em más condições, e a família não tinha meio de transporte próprio. Nessa época, a renda da família era de R\$350,00. Os filhos até tentaram ficar no meio rural, adquirindo uma propriedade através do Banco da Terra, mas algumas exigências deste programa do governo impossibilitaram o negócio. Os dois rapazes foram, então, morar em Tapera (RS). Um dos rapazes trabalha há cinco anos em uma cooperativa desta cidade e o outro, há dois anos, em uma metalúrgica. Conforme a mãe, os filhos ajudam os pais; compraram um carro simples e deram para os pais e as irmãs usarem, o que melhorou as condições de vida para a família. Além disso, ajudaram a comprar sete vacas leiteiras (GHUZI, 2012, p.35).

O casal e as duas filhas, que permanecem no município, têm sua renda a partir da venda de mel e da produção leiteira, o que representa uma renda média mensal de R\$850,00, que representa R\$212,50 por integrante da família. Plantam produtos para o consumo próprio e estão iniciando, com a ajuda da EMATER, o cultivo de um pomar, na tentativa de aumentar a rentabilidade familiar (GHUZI, 2012).

Números do IPEA divulgados em 2012 revelaram que a renda média per capita do brasileiro era de R\$871,77. Comparando-se a renda per capita da família

Silva, constata-se que ela era 75,6% inferior à média nacional e, ao observar o custo de vida local, é notório que a família encontra dificuldades para manter-se e que a ajuda financeira dos filhos que trabalham em outro município é essencial para que consigam ter atendidas necessidades básicas. Ghuzi relata outro caso, também no município de Jacuizinho:

O casal Costa mora no interior, na divisa entre os municípios de Jacuizinho e Salto do Jacuí, em uma pequena propriedade de 6 hectares. Tiveram quatro filhos (todos do sexo masculino) que migraram há seis anos, e nenhum deles pensa em voltar. Dois deles moram e trabalham em Salto do Jacuí; um foi para Passo Fundo e outro para Porto Alegre. O motivo da saída foi o desejo de estudar e conseguir um emprego que fosse capaz de proporcionar uma renda melhor que a obtida com a agricultura. Hoje os rapazes ganham em torno de dois salários-mínimos cada um em seus empregos. Quanto aos pais, na época em que os dois filhos migraram, a renda da família girava em torno de um salário-mínimo. Atualmente estão aposentados e juntos recebem dois salários-mínimos. Mesmo assim, plantam mandioca, feijão, amendoim, cultivam uma horta e cuidam de um pomar, tudo para consumo próprio. Se eventualmente há excedente na produção, vendem (GHUZI, 2012, p. 37).

Observa-se que novamente trata-se de pequenos agricultores que não conseguiram manter-se na zona rural com a produtividade de sua área de cultivo. Cabe atentar-se também ao fato de que, sendo o salário mínimo em 2012 de R\$622,00, a renda per capita do casal Costa era de R\$311,00, o que representa uma discrepância de 64,3% em relação à média da renda nacional naquele ano. A autora relata ainda um terceiro caso:

O casal Pereira mora na propriedade familiar de 14 hectares. Cuidam de árvores frutíferas e plantam gêneros básicos para o consumo próprio. Os dois filhos (sexo masculino) partiram em busca de estudo e porque a renda familiar obtida com a agricultura era muito baixa, em torno de R\$ 400,00. Um dos filhos está em Espumoso (RS), há oito anos, onde trabalha em uma cooperativa; o outro está em Passo Fundo (RS), há quatro anos, onde trabalha numa firma de implementos agrícolas (Semeato). Nenhum deles tem intenção de voltar, pois recebem em torno de 1,5 salário-mínimo cada um. Atualmente, a principal atividade na propriedade rural é a produção de leite, o que rende ao casal Pereira em torno de R\$1.000,00 mensais. (GHUZI, 2012, p.38)

Percebe-se que, apesar da propriedade ser maior do que as duas citadas anteriormente, a renda per capita da família era ainda menor do que os dois casos anteriores. A família, composta por pais, mãe e dois filhos, obtinha, anteriormente ao ano de 2012, uma renda de R\$400,00, o que representa R\$100,00 para cada

membro da família. Em 2012, a renda do casal, que permaneceu em Jacuizinho, era de R\$500,00 per capita, isto é, 42,6% inferior à média nacional. Os filhos, que foram embora em busca de melhores condições, recebiam em média R\$933,00, o que representa um acréscimo superior apenas 4% em relação à média da renda nacional.

Os três casos, pesquisados 11 anos após a instalação do município, em plena fase de expansão da economia brasileira, denotam que, como citou Nogueira (2005), o processo emancipatório poderia ter tido um viés mais preocupado com os anseios da comunidade local, que necessitava de condições para poder progredir. Enquanto dados do Pnad (IBGE 2012) mostravam que a renda média do brasileiro havia crescido em 8% e que a renda dos mais pobres havia tido um crescimento de 14% em relação a 2011, a situação dos pequenos agricultores, que representam a maioria da população jacuizinhense, continuava precária.

Essa situação de dificuldade financeira não se resume ao meio rural. Em relação ao potencial de consumo urbano, em 2017, Jacuizinho ocupava a 5161ª posição no ranking nacional, que compreende 5570 municípios. Já no ranking estadual, o município tinha o 461º potencial de poder de consumo urbano, o que, num total de 497 municípios, significa que apenas 36 municípios gaúchos tinham poder de consumo menor (SEBRAE, 2017). Tais dados evidenciam que tanto na área rural quanto na área urbana a situação econômica é preocupante.

No ano de 2017, 203 famílias residiam na sede municipal. Desse total, 63 famílias, o que representa 31%, foram classificadas nas classes D e E de acordo com seus rendimentos. Outros 30%, 61 famílias, foram classificados como classe C2. Apenas 3 famílias, equivalendo a 1%, foram classificadas na classe A. Isso escancara a baixa rentabilidade da população urbana do município. Ao considerar que a média de renda do brasileiro em 2017 foi de R\$1268,00, nota-se que a rentabilidade dos moradores da zona urbana de Jacuizinho segue sendo marginal. Vale ainda considerar o fato de que o estudo apresentado pelo SEBRAE não estabelece a divisão entre as classes D e E, sendo, portanto, impossível explicitar de forma mais exata o comparativo entre renda e número de famílias.

A Fundação Getúlio Vargas explica como se dá a divisão por classes, definidas a partir dos rendimentos familiares per capita:

Tabela 5 – Classificação por classe conforme renda familiar

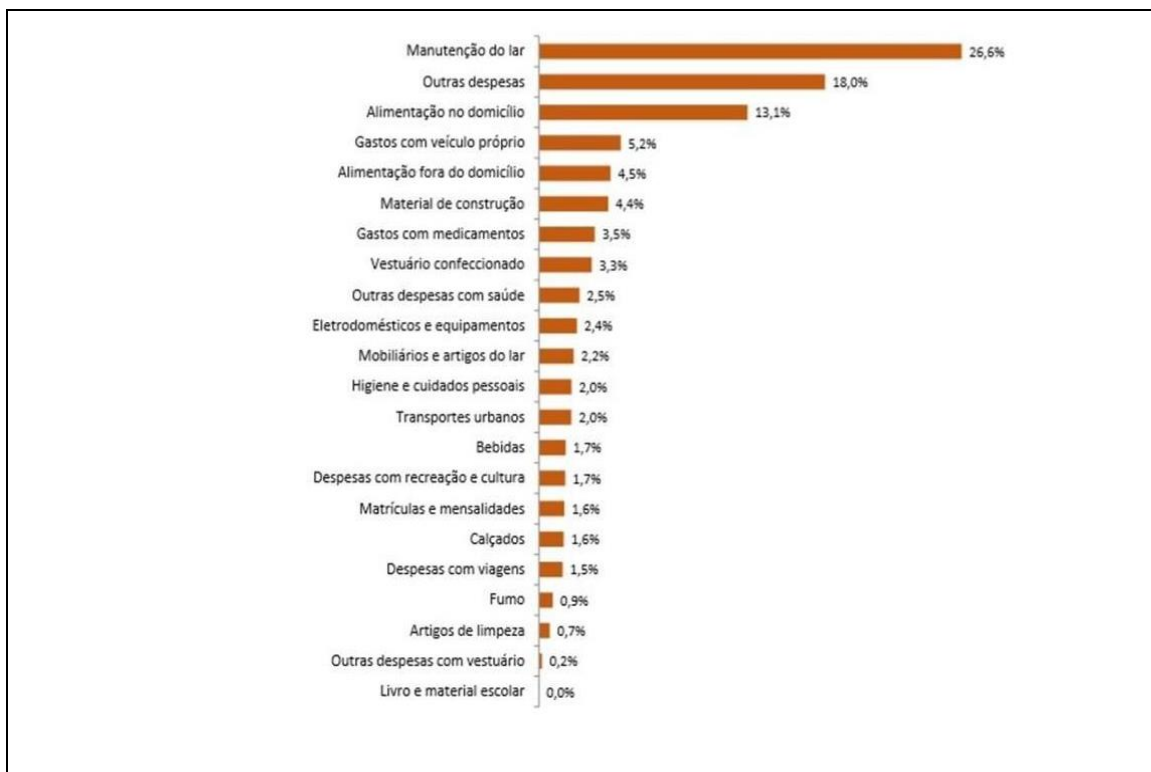
Classe	Limite inferior	Limite superior
A	R\$11262,00	-
B	R\$8641,00	R\$11261,00
C	R\$2005,00	R\$8640,00
D	R\$1255,00	R\$2004,00
E	R\$0	R\$1254,00

Fonte: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <http://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes>

Outro fator preocupante em relação ao potencial de consumo das famílias residentes na área urbana de Jacuizinho é que o maior percentual da renda é destinado a despesas de manutenção do lar, alimentação e locomoção. Um pequeno percentual é investido em recreação, cultura e estudos.

O gráfico que segue ilustra essa descrição:

Gráfico 1 – Potencial de consumo urbano por tipo de despesa no município de Jacuizinho (2017)



Fonte: SEBRAE (2017, p. 05)

Todo esse contexto socioeconômico contribuiu para que Jacuizinho, no período compreendido entre 1991 e 2010, atingisse o Índice de Gini de 0,725, enquanto a média nacional nesse mesmo período foi de 0,547. O alto coeficiente pode ser explicado por Marx, pois, conforme ele, “os capitalistas monopolizam os meios de produção” (SOUZA,2009, p.13). Sendo a terra o maior meio de produção em Jacuizinho e estando ela dividida desproporcionalmente, há como identificar um dos fatores, senão o maior, desse alto índice.

Em 2009, o Brasil ocupava a 75ª posição, entre os 182 países, no quadro de classificação dos países conforme o coeficiente de Gini²⁵. Em tal período, o coeficiente a nível nacional era de 0,55. Nos anos seguintes, houve redução do mesmo (SOUZA, 2009). Isso aponta para o fato de que, sendo o Brasil um dos países mais desiguais do mundo, Jacuizinho, com um índice 32,5% superior ao nacional, apresentou, no período, uma situação de extrema desigualdade. Nessa abordagem, o autor destaca a questão educacional:

A desigualdade se agrava no nível da educação, pois alguns indivíduos decidem não estudar a fim de receber no presente a renda que lhes é oferecida, abdicando de estudar e da busca por uma melhor renda que receberia futuramente. Com maior grau de escolaridade, gradualmente a desigualdade de renda se tornaria mais homogênea. (SOUZA, 2009, p. 15).

Um dos vieses para a diminuição do índice de Gini em Jacuizinho seria, portanto, a escolarização da população. Porém, esse aspecto também denota um considerável atraso. A escolaridade da população jacuizinhense, em 2010, pode ser observada na tabela abaixo:

Tabela 6 – Escolaridade da população jacuizinhense (10 anos ou mais) – 2010

Escolaridade	População	Percentual
Sem instrução ou Ens. Fund. Incompleto	1599	73%
Fundamental completo e Médio incompleto	297	13%

²⁵ O índice de Gini é um dos indicadores mais utilizados para medir a desigualdade de renda entre os indivíduos de uma sociedade, sendo que valores mais próximos de 1 representam uma maior concentração de renda entre os mais ricos, enquanto valores mais próximos de zero indicam uma distribuição mais igualitária (MEDEIROS E SOUZA, 2015).

Médio completo e Superior incompleto	191	09%
Superior completo	104	05%

Fonte: SEBRAE, 2017, p. 13

O mesmo estudo revela que, entre 1991 e 2010, o índice de analfabetismo no município foi de 10,8%, acima da média nacional, que ficou em 9,63. Além disso, enquanto o percentual nacional de jovens entre 15 e 17 anos no Ensino Fundamental em 2010, foi de 27,11%, em Jacuizinho foi de 40,14%, evidenciando que um considerável número de jovens possui uma distorção de dois ou mais anos em relação à idade/série (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL).

A taxa de reprovação escolar no Ensino Fundamental, em 2015, foi de 10%. Já no Ensino Médio foi de 26,9%. De um total de 507 alunos, 59% estavam matriculados na Rede Municipal e 41% na Rede Estadual. Apenas 20% desse contingente frequentava o Ensino Médio no referido ano e 10% frequentavam a Educação de Jovens e Adultos (SEBRAE, 2017).

Diante do baixo percentual de jacuizinhenses com Ensino Superior Completo, convém registrar que o município possui Polo EaD desde o ano de 2009, com cursos de graduação e cursos técnicos, ofertados por universidades federais, entre as quais Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com a oferta de cursos superiores como Pedagogia, Letras, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Administração.

Há, portanto, a perspectiva de mudança nesse contexto, uma vez que, anterior à construção do Polo EaD, as universidades mais próximas a Jacuizinho eram a Universidade de Passo Fundo (UPF), a aproximadamente 140 Km, a Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), a aproximadamente 100 km, e a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), a aproximadamente 150 km, todas particulares. A universidade federal mais próxima era a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a aproximadamente 200 km.

Considerando que a maioria da população é de baixo poder aquisitivo, como mostrado na Tabela 5, e que a maior parte da renda é usada em despesas primárias, como mostrado no Gráfico 1, seria difícil conseguir manter-se em uma universidade particular. Além disso, como o maior percentual da população reside na

zona rural, trabalhando na agricultura, e muitas famílias dependem do trabalho/renda de todos os integrantes para poder sobreviver, para muitos a opção de mudar-se para uma cidade que ofertasse uma universidade federal talvez fosse inviável.

Logo, é importante que esse aspecto continue sendo analisado, para que se observe a evolução quanto à escolarização no município de Jacuizinho mediante a oferta local de formação básica, técnica e superior. É necessário também que o poder público municipal realize estudos prosopográficos locais, pressupondo a valorização das opiniões populares. A partir disso, é necessário que o município prime por ofertar melhores condições socioeconômicas a todos os munícipes, através de políticas públicas com foco no combate da desigualdade social e da pobreza.

Por fim, apesar de não haver registro nas fontes historiográficas oficiais da administração pública de Jacuizinho, há de mencionar-se a presença da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões, cuja história antecede a emancipação do município em mais de seis décadas e, ao citar-se a questão educacional, emerge a problemática da evasão escolar dos membros da comunidade.

Anjos (2009, p.19) denuncia que “versões tradicionais da história local postulam que a região teria sido efetivamente ocupada por levas de imigrantes de origem europeia, desconsiderando a significativa contribuição e antiguidade da presença negra e indígena”. Conforme o autor, esses discursos desconsideram, invisibilizam e diminuem a importância da presença negra na região, atribuindo a formação local a criadores de gado e a imigrantes europeus, contradizendo, assim, os fatos reais cuja veracidade é possível comprovar através de fontes documentais e também da vasta produção acadêmica contemporânea, que revela, com base científica, os aspectos da formação dos diversos territórios que constituem o Rio Grande do Sul.

Ao excluir o povo negro do histórico da formação socioeconômica, ocorre a invisibilização desse contingente populacional, incorrendo na formação de uma lacuna na historicidade local. Convém refletir sobre o fato de que

A invisibilidade do negro é um dos suportes da ideologia do branqueamento, podendo ser identificada em diferentes tipos de práticas e representações. A noção de invisibilidade, utilizada por vários autores para caracterizar a

situação do negro, foi utilizada pela primeira vez na literatura ficcional por Ellison (1990) para descrever o mecanismo de manifestação do racismo nos Estados Unidos, sobretudo quanto à entrada de ex-escravos e seus descendentes no mercado de trabalho assalariado e a relações sociais decorrentes de sua nova condição e status. Ellison procura demonstrar que o mecanismo da invisibilidade se processa pela produção de um certo olhar que nega sua existência como forma de resolver a impossibilidade de bani-lo totalmente da sociedade. Ou seja, não é que o negro não seja visto, mas sim que ele é visto como não existente. É interessante observar que este mecanismo, posteriormente percebido também no Brasil, ocorre em diferentes regiões e contextos, revelando-se como uma das principais formas de racismo a se manifestar. Como um dispositivo de negação do Outro, muitas vezes inconsciente, é produtor e reproduzidor do racismo. (LEITE, 1996, p.41)

Nota-se, três décadas após a observação de Ellison, que a invisibilização negra continua ocorrendo e não se trata de histórias de ficção, trata-se do retrato fiel de uma realidade secular perpetuada até a contemporaneidade. Ao considerar-se inexpressiva a contribuição negra para a formação dos atuais contornos dos diversos territórios que compõem o sul do Brasil, é deturpar a verdadeira história e negar a etnografia que é base da constituição de todos os aspectos da atualidade (LEITE, 1996).

A partir dessas informações e mediante a inexistência de fontes de pesquisa bibliográfica sobre o contexto educacional da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões, incorreu a necessidade de estabelecer como marco inicial do percurso investigativo a pesquisa de campo com os professores que lecionam nas etapas nas quais há evasão: ensino fundamental (séries finais) e médio.

5.2 PRÁTICAS EDUCATIVAS E SUAS INTERFACES: A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES JACUIZINHENSES

(...)

*Para a infância negra
construiremos um mundo diferente
nutrido ao axé de Exu
ao amor infinito de Oxum
à compaixão de Obatalá
à espada justiceira de Ogum*

*Nesse mundo não haverá
trombadinhas
pivetes
pixotes
e capitães-de-areia*

A construção de um mundo diferente para a infância negra, com amor, compaixão e justiça, tal qual versifica Abdias do Nascimento (1980) é intrinsecamente atrelada à ideia de que a ruptura das estruturas de exclusão negra está diretamente vinculada à educação. Assim, é importante averiguar aspectos relacionados à visão/conhecimento dos professores quanto à Educação Escolar Quilombola.

Para isso, realizou-se uma pesquisa de campo com professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonel de Moura Brizola e Escola Estadual de Ensino Médio Menino Jesus, ambas situadas na zona urbana e sendo os locais nos quais os estudantes quilombolas têm a oportunidade de concluir a educação básica.

A opção por incluir os professores da EMEF Leonel de Moura Brizola e da EEEM Menino Jesus no mesmo procedimento investigativo ocorreu em virtude de que a maioria dos professores trabalham em ambas as escolas. Outro aspecto que foi considerado foi o fato de que a evasão, em muitos casos, inicia já nas séries finais do Ensino Fundamental, não sendo, portanto, realidade apenas da escola de Ensino Médio.

Acerca da contextualização das referidas escolas, é importante destacar que a Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonel de Moura Brizola situa-se na sede do município de Jacuizinho e, em 2018, a escola contava com 20 professores, 8 funcionários, 2 monitores, 1 psicopedagoga e 150 alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Apesar de situar-se na zona urbana, 70% (setenta por cento) dos alunos são da zona rural, tendo por base da economia familiar a agricultura. Boa parte dos alunos possui banheiro, água encanada e luz, porém uma minoria ainda carece desses recursos (EMEF Leonel de Moura Brizola, 2018).

A maioria mora com o pai e a mãe, sendo que grande parte dos membros da família possui apenas o ensino fundamental incompleto, mas apesar da pouca escolaridade, 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos pretendem continuar seus estudos, pois tanto eles quanto os pais veem a escola como uma base, considerando-a uma complementação da família, onde oferece oportunidades de aprendizagem para um futuro profissional melhor (EMEF Leonel de Moura Brizola,

2018).

Quando não estão na escola, os alunos geralmente ajudam os pais nos trabalhos de casa ou da lavoura, sendo que tanto no interior quanto na cidade a família costuma reunir-se à noite para conversar e uma minoria costuma encontrar-se nos finais de semana (EMEF Leonel de Moura Brizola, 2018).

Quanto ao IDEB, a educação no Município apresenta IDEB²⁶ 4,9 segundo dados de 2017. A Escola Leonel de Moura Brizola apresenta IDEB de 6,0 para o 5º ano do Ensino Fundamental, segundo dados de 2015. Em 2017, a Escola não realizou a Prova do SAEB por não ter o número suficiente de alunos. Para as turmas de 9º ano não existem dados informados, pois a Escola não atingiu o número suficiente de alunos (EMEF Leonel de Moura Brizola, 2018).

A Filosofia da escola é “Promover uma educação para a construção de habilidades e competências indispensáveis ao desenvolvimento humano e convívio social”, sua missão é “Oferecer um ensino de qualidade, garantindo a participação ativa da comunidade escolar contribuindo para a formação integral dos alunos, para que eles possam agir construtivamente na transformação do seu meio”. Como visão, a escola busca “ser uma escola reconhecida no município pela excelência das práticas educativas, pelo trabalho participativo comprometido, criativo e inovador de toda a equipe escolar e pelo respeito dispensado aos alunos, pais e comunidade escolar” (EMEF Leonel de Moura Brizola, 2018, p. 08).

Entre os objetivos da escola, analisados com enfoque voltado ao fato de que é nela que se oportuniza aos estudantes quilombolas a conclusão do Ensino Fundamental, não há especificações referentes à Educação Escolar Quilombola. Os objetivos listados que podem ser relacionados à EEQ são: Proporcionar práticas que envolvam os valores humanos e socioculturais: valorizar recursos, conhecimentos e identidade histórico-cultural da comunidade; oferecer programas educacionais adequados de acordo com os interesses, necessidades e possibilidades dos

²⁶ O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é uma avaliação do desempenho do sistema educacional brasileiro que considera as taxas de aprovação e as médias de desempenho nas avaliações do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) aplicadas a cada dois anos pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Em 2021, data de divulgação da última avaliação do SAEB, o IDEB brasileiro das séries iniciais do ensino fundamental foi de 5,8 pontos, das séries finais do ensino médio foi de 5,1 pontos e de 4,2 pontos para o ensino médio. Mais dados podem ser encontrados em <http://portal.inep.gov.br/ideb>.

educandos (EMEF Leonel de Moura Brizola, 2018, p. 09).

Na seção destinada ao registro das concepções da escola acerca dos elementos que compõem o universo pedagógico, também não há menção à Educação Escolar Quilombola e não há referência à CRQ de Rincão dos Caixões, diferentemente do Regimento Escolar, reelaborado em 2019, e que traz uma seção que trata das Etapas e Modalidades da Educação Básica.

Nesta referida seção, constam os dispositivos legais que normatizam o ensino de História e cultura afro-brasileira, africana e dos povos indígenas no currículo das escolas públicas e privadas de todo o território brasileiro e uma reflexão de que

(...) de nada adianta o extenso material legal que sustenta a obrigatoriedade do tema da Educação das Relações Étnico-raciais no currículo das escolas em todos os níveis e modalidades da Educação brasileira, sem o entendimento da adequada forma que o referido tema deve ser tratado nos mesmos, bem como nas práticas metodológicas e cotidianas das escolas.

A organização metodológica do ensino nada mais é do que um caminho, um meio pelo qual objetiva-se um fim. Assim, espera-se que as escolas, bem como os sistemas a que pertencem, realizem a revisão curricular necessária para a implantação da temática Étnico-racial, uma vez que possuem a liberdade para ajustar seus conteúdos e contribuir no necessário processo de democratização do espaço escolar, da ampliação do direito de todos e todas à educação, e do reconhecimento de outras matrizes de saberes da sociedade brasileira.

O ensino-aprendizagem voltado apenas para a absorção de conhecimento e que tem sido objeto de preocupação constante de quem ensina deverá dar lugar ao ensinar a pensar, saber comunicar-se e pesquisar, ter raciocínio lógico, fazer sínteses e elaborações teóricas, ser independente e autônomo; enfim, ser socialmente competente, aceitando que a igualdade está apenas no campo dos direitos e que o exercício da diferença deve ser entendido enquanto prática de alteridade e do reconhecimento da equidade enquanto possibilidade de tratamento. (EMEF LEONEL DE MOURA BRIZOLA, 2019, p.09)

É de fundamental relevância essa reflexão acerca da necessidade de uma adequada operacionalização, nas escolas, dos marcos legais que determinam o trabalho com a História e Cultura Afro-brasileira, Africana e dos Povos Indígenas. O pensar discente autônomo, capaz de compreender o direito à igualdade concomitante ao direito à heterogeneidade requer que educadores e educandos pensem sobre os saberes políticos, saberes identitários e saberes estéticos, num processo dialético entre rejeição/aceitação, com base na historicidade etnográfica que compõe o ser negro no Brasil no passado e no presente (GOMES, 2008).

O Regimento Escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonel de Moura Brizola, ao esclarecer que, De acordo com a Resolução CNE/CEB 08/12, em

seu art.9, Educação Escolar Quilombola é compreendida como Escolas Quilombolas e Escolas que atendem a estudantes oriundos de territórios quilombolas. Por escolas quilombolas entende-se aquelas localizadas em territórios quilombolas. Assim, sendo o educandário responsável pela oferta das séries finais do Ensino Fundamental aos estudantes da CRQ de Rincão dos Caixões, é intrínseco aos seus documentos norteadores contemplar a Educação Escolar Quilombola. Sobre isso, consta que

Neste sentido, é fundamental o desenvolvimento de um currículo construído a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, considerando que é urgente garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais oriundos das comunidades remanescentes de quilombos e das suas formas de produção, contribuindo para o seu reconhecimento, valorização e continuidade, já que as escolas, que estão dentro destas características, não se reconhecem como tal e desconhecem, em sua maioria, a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana ou têm experiência consistente em educação das relações étnico-raciais. O importante aqui é a possibilidade de uma apropriação conceitual acerca do tema, com leituras de mundo e de imagens/textos que ofereçam um embasamento teórico a gestores e professores de escolas em territórios de quilombos ou que recebem estudantes oriundos de comunidades remanescentes, no sentido da apropriação, dos princípios e da metodologia que emana do conceito da Pedagogia Griô e da filosofia de vida quilombola culturalmente constituída. EMEF LEONEL DE MOURA BRIZOLA, 2019, p.09)

Observa-se, portanto, que o Regimento Escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonel de Moura Brizola não apenas contempla a lei Nº 10.639/03 como também ressalta aspectos pontuais sobre sua operacionalização. Nota-se, contudo, que o Projeto Político Pedagógico ainda não está ajustado de forma linear ao Regimento, sendo necessário, portanto, que sejam feitas as devidas adequações. Segundo a direção escolar, tais alterações já estão sendo realizadas, com acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto do município de Jacuizinho e também do Conselho Municipal de Educação.

A EEEM Menino Jesus também localiza-se na área urbana do município de Jacuizinho, próxima ao Centro Administrativo. Em 2018, ano da última reestruturação do Projeto Político Pedagógico, a escola funcionava nos três turnos – manhã, tarde e noite, ofertando Ensino Fundamental a partir do 4º ano, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Contudo, a partir do início de 2022, a escola passou a ofertar apenas o Ensino Médio, com três turmas no diurno e três turmas no

noturno (1ª ano, 2º ano e 3º ano). Atualmente, a escola atende a 109 estudantes, contando com um quadro de 25 professores (incluindo supervisão e orientação escolar e atendimento educacional especializado) e sete funcionários.

Quanto aos estudantes que estudam na EEEM Menino Jesus, a caracterização socioeconômica é a mesma descrita quanto aos estudantes que estudam na EMEF Leonel de Moura Brizola, uma vez que todos estão inseridos na mesma comunidade e uma escola oferta sequência à outra. No Projeto Político Pedagógico da EEEM Menino Jesus, há uma observação que cabe, aqui, ser transcrita:

A população é composta por pequenos agricultores, empregados e empregadores, sendo uma clientela diferenciada. Algumas famílias não têm acesso aos meios de comunicação mais comuns, dificultando o acompanhamento e motivação para que os filhos valorizem e deem continuidade aos estudos. Sendo assim, alguns alunos apresentam problemas de rendimento escolar, de relacionamento e baixa estima devido à proveniência de famílias desestruturadas, tanto economicamente quanto socialmente. (EEEM Menino Jesus, 2018, p. 08)

Tal descrição encontra amparo na seção que, anteriormente, abordou o panorama do município de Jacuizinho, evidenciando a desigualdade social existente. Vale analisar que, mediante tal constatação, tanto os documentos que relatam a história municipal quanto o PPP escolar não mencionam as questões raciais, quer seja como caracterização da formação, quer seja como fator de desigualdade.

Nesse cenário cujo aspecto citado é de heterogeneidade, o PPP cita que

Os alunos veem a Escola como um ponto de encontro, lazer e convivência e também a consideram como uma opção de melhoria na qualidade de vida e busca do saber. Além da tarefa de transmitir conhecimentos científicos, em muitos casos, as famílias transferem para a escola a responsabilidade, quanto à educação para a vida em sociedade, e assim há um acúmulo de atribuições, em função da realidade e da necessidade social e cultural da Comunidade em que a Escola está inserida. (EEEM Menino Jesus, 2018, p. 08)

Ao explicitar que os educandos veem a escolarização como opção de melhoria na qualidade de vida, o documento evidencia o caráter emancipatório que a escola representa, sendo uma referência no percurso formativo da localidade. Assim, mesmo estando inserida em uma comunidade de baixa escolaridade, a escola mantém sua característica de ser capaz de proporcionar a ascensão através do

conhecimento, contemplando sua Filosofia, que diz que a escola visa a “Proporcionar condições para que o aluno seja capaz de envolver-se na busca de objetivos e soluções dos problemas existentes sendo agente transformador e construtor de sua história e da história da comunidade” (EEEM Menino Jesus, 2018, p. 09).

A visão referencial também corrobora com os dois objetivos gerais previstos: “Desenvolver o senso crítico, possibilitando ao educando a análise da realidade e tornando-o capaz de agir e interagir no meio em que vive, como cidadão responsável, para uma sociedade mais justa, humana e democrática e “Proporcionar a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e organização social, política, econômica e cultural” (EEEM Menino Jesus, 2018, p. 10). Sobre a metodologia, o documento esclarece que

A metodologia é pautada por reflexões sobre a realidade, oportunizando ao aluno sua auto-organização que possibilite a construção de sua autonomia a partir do autoconhecimento, (re)leitura de mundo, ressignificando sua vida e o meio em que vive, com aulas dialógicas, de produção e interação, através da interdisciplinaridade, da pesquisa pedagogicamente estruturada, do trabalho como princípio educativo, elaboração de projetos e resolução de problemas contextualizados. As concepções de escola e ensino devem levar em conta a prática social e a teoria, que devem contribuir para uma ação transformadora da realidade. A Escola busca consolidar o trabalho pedagógico com base numa tendência dialética e interacionista, que democratize o conhecimento e esteja fundamentada em valores humanistas, entre os quais: solidariedade, justiça social, honestidade, responsabilidade e respeito às diferenças, como condição social do conhecimento. A tendência pedagógica histórico-crítica dos conteúdos é a que mais se aproxima deste ideal. (EEEM Menino Jesus, 2018, p. 10).

O Regimento Escolar da EEEM Menino Jesus embasa o que preconiza o PPP, acrescentando os aspectos normativos da escola. Em ambos os documentos norteadores, não há menção à oferta de educação escolar quilombola. É possível depreender, partindo-se das reiteradas referências ao caráter social, crítico e dialógico do processo educacional desenvolvido no educandário, que possa haver a sistematização da Lei Nº 10.639/03 nos Planos de Estudos e Planos de Trabalho dos professores, de maneira a contemplar a filosofia e os objetivos estabelecidos pelos documentos e também pela normatização estabelecida pela Base Nacional Comum Curricular.

Dando seguimento ao processo de compreensão da realidade educacional no

que tange à Educação Escolar Quilombola no município, é necessário ressaltar que pressuposto básico para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico comprometido tanto com o caráter técnico quanto com os aspectos humanos do processo educacional é que o professor tenha conhecimento acerca dos parâmetros norteadores de sua prática. Toda a sociedade brasileira é plural em seus aspectos étnico-raciais, o que torna necessário que os professores conheçam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-racial. Então, a primeira pergunta da entrevista versou sobre este tema.

Quadro 1 – Resposta à pergunta: O que você entende por relações étnico-raciais e qual a importância delas para o sucesso escolar dos estudantes?

Docente 1	A importância de trabalhar questões étnico-raciais com as crianças, adolescentes, jovens, adultos e terceira idade é o momento de explicar sobre a construção da identidade, onde eles começam a perceber e acreditar no seu próprio potencial .
Docente 2	Entendo que seja as relações que temos com as pessoas de origem afrodescendente, as quais convivem e fazem parte do nosso meio.
Docente 3	As relações étnico-raciais são todo movimento de interação entre os diferentes grupos étnicos, sempre respeitando as diferenças e valorizando sua cultura e participação em nossa sociedade. Para o sucesso escolar dos estudantes o principal é o respeito às diversidades e valorizar o que cada um traz consigo da sua cultura, de seus costumes.
Docente 4	Acredito que se os educandos e educadores saberem a importância dessas relações com respeito à importância de cada um na nossa sociedade, tudo fluirá melhor. Não podemos separar pessoas por sua raça, cor ou cultura. Somos todos humanos.
Docente 5	São as relações entre pessoas de diferentes etnias e raças e são importantes para o sucesso escolar dos estudantes porque, quando trabalhadas, estimulam a formação de uma identidade positiva, com autoestima.
Docente 6	Penso que sejam as diferentes formas de convívio entre negros, brancos e outras raças. É preciso um bom convívio entre todos para que os estudantes obtenham êxito.
Docente 7	Relações étnico-raciais são as relações entre pessoas de etnias diferentes e somente num ambiente com respeito às diferenças todos os estudantes conseguem aprender.
Docente 8	Relação étnico-racial é quando várias raças e etnias convivem.
Docente 9	São o resultado da inclusão de todos na escola e o sucesso escolar dos estudantes depende da harmonia entre todos.
Docente 10	São as variadas formas de convivência entre negros, brancos e índios. Para que o aluno tenha sucesso na escola, ele precisa se sentir valorizado e respeitado.

As respostas evidenciam que os professores entrevistados conhecem o conceito de relações étnico-raciais e reconhecem sua importância em âmbito escolar, estando o sucesso escolar do aluno vinculado à maneira como ele é acolhido na escola, sentindo-se ou não parte importante do todo, pois a identidade negra é

(...) uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos. Ela implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/ racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela a nossa própria identidade (GOMES, 2002, p.38).

É a partir das relações étnico-raciais que o olhar citado pelo autor é construído, numa dinâmica de conhecer ao outro e a si próprio, reconhecendo o outro em si e também se reconhecendo no outro. Neste conhecimento recíproco, há a construção da identidade, pré-requisito para que o sujeito se reconheça como parte do todo e se aproprie de seus espaços.

O processo de ensino e aprendizagem é indissolúvel do sentimento de pertencimento, pois somente o aluno que se sente parte da escola é capaz de exercer sua autonomia e, sem autonomia, não há aprendizagem, o máximo que pode haver é mecanização do saber. O saber mecanizado, pautado somente na sistematização de conteúdos de uma matriz curricular, foge ao que prevê a Base Nacional Comum Curricular, que determina como a décima das dez competências a ser desenvolvidas pelo aluno a capacidade de “Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (BNCC, 2017, p.10).

A ação coletiva preconizada pela BNCC, numa sociedade heterogênea, sobretudo em escolas como a EEEM Menino Jesus e a EMEF Leonel de Moura Brizola, que têm em seu corpo discente integrantes da comunidade quilombola local, requer que o trabalho sobre as relações étnico-raciais permeie permanentemente as práticas pedagógicas, estando o sucesso escolar dos estudantes atrelado às metodologias comprometidas com a pluralidade da sala de aula.

Sobre isso, corroboram Dourado e Oliveira (2009), que alertam:

(...) a satisfação e o engajamento ativo da comunidade escolar e, sobretudo, do estudante e do professor no processo político-pedagógico e, fundamentalmente, no processo de ensino-aprendizagem são fatores de fundamental importância para a melhoria do desempenho escolar e sucesso do estudante com qualidade na escola (DOURADO e OLIVEIRA, 2009, p. 212).

Além do conhecimento sobre relações étnico-raciais e sua relevância para a promoção do sucesso escolar dos estudantes, os professores foram questionados sobre seus saberes acerca da Educação Quilombola, conforme mostra o Quadro 2:

Quadro 2 – Resposta à pergunta: O que você sabe sobre Educação Escolar Quilombola?

Docente 1	Nunca trabalhei em escola quilombola.
Docente 2	São grupos com identidades cultural própria e formaram-se por meio de um processo histórico que começou nos tempos da escravidão no Brasil. Eles mantêm sempre as suas ligações com suas histórias, preservando costumes e culturas deixados por seus ancestrais .
Docente 3	Educação quilombola para mim significa troca de conhecimentos e vivências.
Docente 4	A educação quilombola quer mostrar, valorizar e principalmente evidenciar a importância dos afrodescendentes, ela deve ser debatida em qualquer momento, não só em novembro. Só com o conhecimento, importância das contribuições que vamos valorizar e respeitar as diferenças
Docente 5	É fazer um resgate das origem desse povo que foi tão importante para a formação da nossa sociedade.
Docente 6	É a educação direcionada ao povo quilombola, em escolas próprias para eles ou em escolas regulares.
Docente 7	É educar para o respeito entre negros e brancos.
Docente 8	Educação quilombola é a escola saber incluir os alunos quilombolas.
Docente 9	É a educação que respeita as raízes afrodescendentes.
Docente 10	É quando há alunos de origem quilombola na escola e, como previsto na BNCC, é preciso conhecer e estudar a realidade dos alunos.

Fonte: própria autora

Dando ênfase ao ato de “Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural”, a competência número três da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017, p.10) evidencia a necessidade de educar para a

diversidade. As respostas dos professores entrevistados sobre Educação Quilombola demonstram que há o conhecimento básico tanto sobre a BNCC quanto sobre as DCNEEQ, a qual tem como objetivos:

- Orientar os sistemas de ensino da União dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação de seus projetos educativos;
- Orientar os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando garantir a Educação Escolar Quilombola na diferentes etapas e modalidades, da Educação Básica, sendo respeitadas as suas especificidades;
- Assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino-aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico;
- Assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes oriundos desses territórios considere o direito de consulta e a participação da comunidade e suas lideranças, conforme o disposto na Convenção 169 da OIT;
- Fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na oferta da Educação Escolar Quilombola;
- Zelar pela garantia do direito à Educação Escolar Quilombola às comunidades quilombolas rurais e urbanas, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais; Subsidiar a abordagem da temática quilombola em todas as etapas da Educação Básica, pública e privada, compreendida como parte integrante da cultura e do patrimônio afro-brasileiro, cujo conhecimento é imprescindível para a compreensão da história, da cultura e da realidade brasileiras (LOPES, s.d., online).

Nota-se que as DCNEEQ objetivam garantir, de igual maneira, direitos relativos às particularidades da cultura afrobrasileira quer seja nas Escolas Quilombolas, quer seja nas escolas que atendem estudantes provenientes de comunidades quilombolas. Portanto, tais diretrizes não dizem respeito exclusivamente às escolas de EEQ e devem ser de conhecimento de todos os docentes que acompanham os estudantes quilombolas.

O Quadro 3 mostra o número de estudantes quilombolas com os quais os docentes entrevistados trabalharam em 2021, especificando a etapa de ensino.

Quadro 3 – Resposta à pergunta: Com quantos alunos quilombolas você trabalhou em 2021? (Especifique se são do EF ou EM)

Docente 1	Um – EM
Docente 2	Três – EM

Docente 3	Um – EM
Docente 4	Três – EM
Docente 5	Três – EM
Docente 6	Vinte – EF
Docente 7	Vinte – EF
Docente 8	Vinte – EF
Docente 9	Vinte – EF
Docente 10	Vinte – EF

Fonte: própria autora

Observa-se que o número de estudantes oriundos do território quilombola frequentadores do Ensino Fundamental é superior ao número de estudantes deste território frequentadores do Ensino Médio. Esta disparidade remete a diversos questionamentos, entre eles: por que estes alunos não chegam ao Ensino Médio? Quais as medidas adotadas pelo poder público municipal para mudar este panorama? Onde estão estes alunos que desistem dos estudos?

Sobre isso, é interessante considerar o Quadro 4:

Quadro 4 – Resposta à pergunta: Você já pensou sobre a evasão dos estudantes quilombolas no município de Jacuizinho? Se sim, a que conclusão chegou?

Docente 1	Sim, muitos dos jovens estudantes do quilombo têm a evasão escolar por motivos de ajudar no sustento da família, muito preocupante. Mas também tem aqueles que conseguem terminar os estudos e entrar numa universidade usando suas cotas .
Docente 2	Sim. Observo a grande dificuldade de aprendizagem trazida pela maioria deles, penso que isso seja um fator relevante para a desistência.
Docente 3	Os estudantes quilombolas acabam por evadir seja no fundamental ou médio por não verem um atrativo nos estudos. Eu considero que são vários fatores que vão desde se sentirem excluídos até a nossa cultura local, que não privilegia a continuação dos estudos..
Docente 4	Sim, acredito que seja pelas dificuldades que eles encontram até mesmo de aceitação.
Docente 5	Sim. Alguns evadem no ensino fundamental, outros evadem no ensino médio. A maioria nem chega ao ensino médio. Penso que seja por questões culturais essa evasão: os pais não estudaram, os filhos também preferem trabalhar em serviços braçais do que estudar.
Docente 6	Sim. Boa parte não conclui o 9º ano e poucos vão para o médio.
Docente 7	Sim, a maioria desiste dos estudos.
Docente 8	Sim. Muitos não veem vantagem em estudar.
Docente 9	Sim, poucos se formam.

Docente 10	Sim, raros estudantes quilombolas concluíram o ensino médio. O município e as escolas precisam tomar providências para mudar essa realidade. Precisamos falar mais sobre isso, pois na correria do dia a dia isso acaba passando despercebido e a gente só nota no final do ano, quando não adianta mais, o aluno já está reprovado e já não quer mais estudar.
------------	---

Fonte: própria autora

Os professores entrevistados afirmam já terem pensado sobre a evasão dos estudantes oriundos da CRQ de Rincão dos Caixões e citam como possíveis causas a falta de aceitação, a necessidade de trabalhar, as dificuldades de aprendizagem e a falta de uma cultura de valorização dos estudos. Apesar do Docente 1 afirmar que alguns estudantes de origem afrobrasileira concluem a Educação Básica e ingressam no Ensino Superior através do sistema de cotas raciais, esta não é a realidade do município em Estudo, pois até o final de 2021 não havia, conforme informações da EMATER, nenhum membro da CRQ frequentando a universidade, tampouco algum com formação superior concluída.

Acerca da dificuldade de aprendizagem mencionada, vale atentar ao fato de que

Alguns estudos publicados vêm demonstrando sistematicamente que os negros obtêm piores resultados que os brancos nos indicadores educacionais. Proporcionalmente, maior número de escolares negros evade da escola ou apresenta atraso escolar, seja pela entrada tardia na instituição, seja devido às contínuas repetências (SOUZA, MOTTA, 2002, p. 43).

Os índices de abandono/evasão escolar no Brasil são altos, sobretudo no Ensino Médio. Porém, há uma queda ainda maior no número de matrículas ao tratar-se de estudantes negros:

No Ensino Médio, o sistema educacional brasileiro segue incluindo mais jovens, mas ainda está longe da meta. Apesar de 91,5% dos jovens de 15 a 17 anos de idade estarem na escola, apenas 68,7% estão no Ensino Médio. A desigualdade social é marcante. A diferença na taxa líquida de matrículas entre brancos e pretos chega a 12 pontos percentuais (ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2019, p.12)

Mesmo com a garantia constitucional, reforçada pela LDB 9394/96, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica e pela BNCC, o acesso de estudantes negros, sobretudo quilombolas, ao Ensino

Médio continua sendo baixo.

Relativo à citação dos professores sobre uma das supostas causas da evasão ser por se sentirem excluídos, o Quadro 5 aborda a questão do racismo e do preconceito racial no ambiente escolar:

Quadro 5 – Resposta à pergunta: Considerando suas vivências no ambiente escolar, em sua visão, há discriminação racial em seu local de trabalho? Se sim, caso você deseje, conte um episódio e como foi o desfecho (se a situação foi resolvida, como foi resolvida, se continua acontecendo...).

Docente 1	Nunca presenciei uma situação assim.
Docente 2	Sim. A escola tem um papel fundamental na busca por uma educação justa e consciente para fazer com que alunos compreendam melhor este assunto étnico-racial. Por isso sempre trabalhamos juntos, professores e equipe da coordenação pedagógica da escola, com palestras , conversas, dialogando da melhor forma .
Docente 3	O que mais me chama a atenção é o preconceito que vem do próprio quilombola devido a sua cor de pele em relação ao homem branco, mas há episódios de preconceito sim.
Docente 4	Em sala de aula ocorrem os preconceitos sutis, aquele que você tenta esconder mas sempre acaba demonstrando por uma fala, um gesto, a diferença com o outro.
Docente 5	Sim. Já foi bem pior, agora há mais aceitação, mas ainda há momentos de preconceito na sala de aula. Lembro de um episódio onde uma aluna disse que ia passar carvão para ver se ganhava tudo grátis do governo. Então parei a aula e debatemos sobre a história negra e os motivos da ajuda do governo.
Docente 6	Muitas vezes os próprios alunos quilombolas se afastam, então toda a escola busca incluí-los.
Docente 7	Sempre há, em toda a sociedade. Podemos notar em piadas racistas, por exemplo. Sempre converso com as turmas sobre a importância do respeito entre todos.
Docente 8	Sim
Docente 9	Sim
Docente 10	Há preconceito. Atualmente o convívio entre os alunos está melhor, bem mais calmo, mas já tivemos muitas brigas e agressões verbais e físicas, sendo necessário intervenção da direção para resolver a situação.

Fonte: própria autora

Dos dez professores entrevistados, nove relataram haver situações de discriminação racial na escola, desde episódios sutis até episódios menos velados, realidade corroborada por Carreira (2013), que denuncia que

Nas creches e escolas, a discriminação racial acontece entre crianças e

estudantes, profissionais de educação e familiares. Ela se concretiza por meio de atitudes ativas (como agressões e humilhações, como piadas, xingamentos, apelidos, violência física) ou de forma mais “sutil”, por meio da distância social, da falta de reconhecimento e de estímulo, da negação, da desatenção, da distribuição desigual de afeto e da baixa expectativa positiva com relação ao desempenho de pessoas negras (CARREIRA, 2013, p.33).

Isso elucida que é necessário ir além das questões legislativas: a escola precisa atuar na construção de uma mentalidade coletiva diferente da que foi construída historicamente, calcada na segregação do negro, desenvolvendo um plano de ensino interdisciplinar comprometido com a pluralidade cultural que constitui o corpo escolar e da sociedade como um todo (PCN, 2001).

O professor é figura protagonista na tarefa de romper o ciclo discriminatório e

Aqui se coloca a sensibilidade em relação ao outro. Compreender que aquele que é alvo de discriminação sofre de fato, e de maneira profunda, é condição para que o professor, em sala de aula, possa escutar até o que não foi dito. Como a história do preconceito é muito antiga, muitos dos grupos vítimas de discriminação desenvolveram um medo profundo e uma cautela permanente como reação. O professor precisa saber que a dor do grito silenciado é mais forte que a dor pronunciada (PCN, 2001, p. 55).

No exercício do protagonismo docente comprometido com a missão de fazer ecoar o grito outrora silenciado e a incentivar a verbalização de dores que somente quem as sente é capaz de narrar com propriedade, urge a adoção de metodologias e recursos que promovam a valorização dos estudantes quilombolas. Sobre isso, versa o Quadro 6:

Quadro 6 – Resposta à pergunta: Quais metodologias/recursos você adota em sua prática docente para promover a valorização cultural da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões?

Docente 1	Pesquisas, visitas na localidade, entrevistas com os líderes mais velhos, trabalho com a valorização da cultura, desde danças , comidas , filmes e muita socialização .
Docente 2	Socialização de experiências quanto à cultura trazida por eles.
Docente 3	Com os pequenos eu já fiz atividades ligadas a uma história infantil onde eu trazia para a nossa realidade, com apresentação, conhecimento da cultura, modo de vida. Com os alunos maiores já realizei vários projetos tanto do conhecimento cultural quanto das leis ligadas e o debate sobre as mesmas..
Docente 4	Ainda não fiz trabalho de campo apenas sala de aula com bastante debates.

Docente 5	Sempre valorizando as histórias trazidas pelos alunos quilombolas e mostrando que eles são protagonistas, assim como os demais. Para isso, gosto muito de conversar sobre celebridades negras, mostrando histórias de sucesso, mas sem deixar de incluir debates sobre as dificuldades causadas pelo racismo.
Docente 6	Debates sobre o negro na sociedade, sobre respeito.
Docente 7	Busco sempre conhecer a história do aluno, para entender suas atitudes e saber trabalhar melhor com ele.
Docente 8	Leituras, filmes, conversas, trabalhos sobre consciência negra.
Docente 9	Conversas sobre a cultura afro.
Docente 10	Sempre busco valorizar a história da comunidade e promover seu conhecimento por todos os alunos, pois através deste conhecimento é que surge o respeito e a valorização.

Fonte: própria autora

Ao conhecer o aluno, sua história, as especificidades de sua comunidade e debater sobre esses aspectos, promovendo uma análise do contexto local e, progressivamente, expandindo-a para contexto regional, estadual, nacional e mundial, o professor está contribuindo para que este aluno se sinta parte de um todo e seja capaz de compreender melhor, a partir da visão holística, sua identidade.

Ao compreender a si mesmo, num misto de sentimentos de singularidade e de pluralidade, o aluno tem a oportunidade de desenvolver um novo olhar, pois

O cotidiano da escola permite viver algo da beleza da criação cultural humana em sua diversidade e multiplicidade. Partilhar um cotidiano onde o simples “olhar-se” permite a constatação de que são todos diferentes, traz a consciência de que cada pessoa é única e, exatamente por essa singularidade, insubstituível (PCN, 2001, p. 53).

Portanto, as relações étnico-raciais são “uma temática de suma importância para trabalhar na escola. Quando damos abertura ao diálogo sobre este assunto, os alunos ficam curiosos com as histórias e os alunos quilombolas contribuem com seus relatos vividos na comunidade”. Esta foi a contribuição do Docente 3 no espaço ofertado a comentários espontâneos após as questões que compuseram a entrevista.

Ao relatarem suas vivências em comunidade, os estudantes quilombolas estão contribuindo para a ampliação do conhecimento sobre os costumes resultantes das culturas de matrizes africanas, configurando um trabalho pedagógico baseado

numa metodologia ativa, capaz de promover o conhecimento, a reflexão, a (re) construção de saberes e, assim, conduzir a uma transformação na forma como os estudantes da CRQ de Rincão dos Caixões veem e são vistos nos espaços escolares de Jacuizinho.

5.3 POLÍTICAS PÚBLICAS: A ATUAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL JACUIZINHENSE NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

A educação escolar quilombola constitui uma importante vertente do sistema educacional brasileiro, uma vez que visa à valorização da cultura e identidade dos povos quilombolas, bem como preconiza o combate à exclusão e objetiva promover a equidade no acesso à educação. Nesse contexto, os municípios desempenham um papel fundamental na garantia dos direitos educacionais das comunidades quilombolas, pois possuem competência constitucional para oferecer a educação básica em seus territórios.

É crucial que a União elabore políticas e diretrizes para a implementação da educação escolar quilombola, porém é fundamental reconhecer que a efetivação dessas políticas depende diretamente da atuação dos municípios. Não basta apenas a elaboração de documentos e normas por parte do governo federal, é imprescindível que os municípios assumam a responsabilidade de efetivar e colocar em prática tais diretrizes.

Os municípios desempenham um papel central na implementação da educação escolar quilombola, pois são eles que estão mais próximos das comunidades e têm conhecimento das suas particularidades e necessidades locais. É nos municípios que as políticas educacionais se concretizam, por meio da criação de escolas quilombolas, da adequação dos currículos, da formação de professores e da articulação com as lideranças e representantes das comunidades quilombolas.

Além disso, os municípios possuem autonomia para destinar recursos financeiros e humanos para a educação escolar quilombola, adaptando-os às demandas específicas de cada território. Essa autonomia permite a implementação de ações afirmativas que promovam a inclusão e o fortalecimento das comunidades quilombolas, como a oferta de transporte escolar adequado, a garantia de merenda nutritiva e culturalmente apropriada, entre outras medidas que garantam a qualidade da educação.

É importante ressaltar que a educação escolar quilombola não pode ser tratada como uma mera política simbólica, mas sim como um compromisso efetivo com a equidade e a justiça social. Os municípios devem se comprometer ativamente com a implementação de ações que assegurem o acesso igualitário à educação para as comunidades quilombolas, superando desigualdades históricas e promovendo a valorização das identidades culturais.

Assim, conhecer o trabalho dos gestores municipais é fundamental para buscar construir uma linha de raciocínio rumo a uma melhor compreensão dos fenômenos referentes à Educação Escolar Quilombola e, no caso específico deste estudo, referentes às causas da evasão escolar dos estudantes provenientes da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões. Por isso, através de uma entrevista semi-estruturada, a equipe da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo do município de Jacuizinho fez alguns apontamentos da problemática em estudo.

Segue a transcrição dos questionamentos com as respectivas respostas que, conforme a Coordenação Pedagógica da SMECDT de Jacuizinho, foram elaboradas conjuntamente pela equipe do setor. Os diálogos realizados entre a pesquisadora e a equipe entrevistada auxiliam na composição dos apontamentos que compõem a análise de cada questionamento.

Questionamento 1: Qual a percepção da Secretaria sobre a Educação Escolar Quilombola?

Resposta: “A Educação Quilombola deve ser adequada às especificidades da cultura quilombola. Temos a noção de que ainda não nos adequamos na íntegra, porém percebemos que já atingimos algumas metas e tivemos avanços significativos, pois os alunos têm merenda de qualidade, transporte escolar, aulas de reforço em turno inverso, atendimento especializado, não temos grandes problemas de infrequência e evasão escolar.”

Entre as metas às quais a equipe faz referência está a reestruturação do Projeto Político Pedagógico de cada escola da rede municipal, incluindo aspectos relacionados à Educação Escolar Quilombola, à Educação Antirracista e à Lei Nº 10.639. Para isso, a presente pesquisa serviu como embasamento para a formulação de indicadores a serem contemplados no documento.

Através de diversos diálogos presenciais e também via virtual entre a autora desta pesquisa e Coordenação Pedagógica da SMECDT de Jacuizinho, criou-se um roteiro para revisão dos PPPs, o que foi discutido em reunião com Direção e Coordenação Pedagógica das Escolas. Fez parte da pauta a questão da necessidade do documento retratar de forma fidedigna a comunidade escolar, sendo, portanto, imprescindível a participação das famílias em sua elaboração, bem como a escuta ativa²⁷ da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões.

Através da escuta ativa, a forma de ouvir durante uma interação envolve prestar atenção total ao que o interlocutor está dizendo, demonstrando interesse genuíno e empatia. Para isso, além de ouvir apenas as palavras, inclui também observar a linguagem corporal, a entonação da voz e as emoções expressas pelo falante. O objetivo dessa escuta é obter uma melhor compreensão da mensagem e transmitir ao interlocutor que ele está sendo ouvido e valorizado.

Assim, é importante que essa forma de escuta seja utilizada na elaboração dos PPPs, pois ela permite uma contextualização mais completa da realidade de inserção dos estudantes. O uso de questionários escritos pode tornar-se pouco eficiente no caso de famílias analfabetas ou semi-analfabetas, como é o caso de alguns membros da comunidade quilombola e, além disso, não promove uma aproximação entre os interlocutores, o que é essencial para a criação de vínculos entre famílias e escola, de forma que construa-se um ambiente de confiança entre ambas, o que pode servir de estímulo para a livre expressão do pensamento.

²⁷ A teoria da escuta ativa é um conceito utilizado na comunicação interpessoal que enfatiza a importância de ouvir com atenção e empatia. Ela foi desenvolvida pelo psicólogo Carl Rogers e é amplamente utilizada em diversos contextos, como terapia, aconselhamento, coaching e comunicação organizacional. Os três pilares da escuta ativa, de acordo com a teoria de Carl Rogers, são:

Compreensão empática: Envolve a capacidade de se colocar no lugar do outro e compreender seus sentimentos, perspectivas e experiências. A escuta ativa requer empatia genuína, ou seja, a habilidade de se conectar emocionalmente com o interlocutor e compreender sua realidade subjetiva.

Aceitação incondicional: Consiste em acolher e aceitar o interlocutor de forma completa e incondicional, sem julgamentos ou críticas. Isso cria um ambiente seguro e encorajador, no qual a pessoa se sente à vontade para se expressar livremente e compartilhar suas preocupações, pensamentos e sentimentos.

Congruência: Refere-se à autenticidade e sinceridade do ouvinte. A congruência implica em estar presente e engajado na conversa, demonstrando interesse e preocupação genuínos. Quando o ouvinte se mostra congruente, suas palavras, expressões faciais e linguagem corporal estão alinhadas, transmitindo uma mensagem coerente ao interlocutor. (Fontgalland & Moreira, 2012).

Outro avanço de grande relevância foi a formação de um grupo de estudos com gestores e docentes municipais para tratar da Educação Escolar Quilombola. Dessa forma, os professores passam a exercer uma importante vertente da docência: a pesquisa. Sobre isso, nota-se que

Ao se falar em formação docente, pensa-se imediatamente nas competências e saberes necessários para o professor ter uma boa atuação em sala de aula. Normalmente este saber é relacionado apenas aos conteúdos das disciplinas como História, Língua Portuguesa, Matemática, etc. Contudo, as Diretrizes Curriculares para a formação inicial dos professores vão além dessa abordagem conteudista, apontando outros ingredientes também importantes no processo de formação inicial, entre eles, o exercício da pesquisa. (OLIVERI et al, 2010, p. 295)

É de extrema importância o docente sair da posição de receptor e reproduzidor de saberes técnicos e passar a exercer seu protagonismo na construção coletiva de saberes alicerçados em seu contexto de atuação, contexto esse que nem sempre é abarcado pela formação acadêmica. A LDBEN (1996) estabelece que a educação deve permear todos os aspectos da vida humana, incluindo as manifestações culturais. Assim, é preciso que o professor assuma-se como pesquisador para ser capaz de compreender quem é o estudante com quem ele trabalha. A observação, a identificação de problemas, o levantamento de hipóteses e o estabelecimento de percursos formativos são essenciais para que possa haver aprendizagem significativa (OLIVERI et al, 2010).

A educação quilombola é uma educação que reconhece a história e a cultura dos quilombolas, e que promove a igualdade e a justiça social. É uma educação que ajuda os quilombolas a se conhecerem, a se respeitarem e a orgulharem-se de sua herança. Então, o professor é um agente fundamental na transformação do processo educativo, proporcionando aos seus educandos acesso ao conhecimento e à pluralidade cultural. Para isso, é necessário que ele saia da posição de reproduzidor de saberes técnicos e passe a exercer seu protagonismo na construção coletiva de saberes alicerçados em seu contexto de atuação, o que torna-se mais viável mediante o suporte da mantenedora, tanto na orientação e construção de itinerários formativos, quanto no acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos.

Questionamento 2: A Secretaria de Educação tem a percepção de que são altos, no decorrer da última década, os índices de evasão escolar na Comunidade quilombola? Ao longo dos anos, há registro de alguma ação de

enfrentamento a essa problemática?

Resposta: “Atualmente todos os alunos em idade escolar, desde a creche até a conclusão do Ensino Fundamental, etapas as quais competem ao município, estão frequentando as aulas e recebendo atendimento especializado nos casos de necessidades especiais e dificuldades de aprendizagem.”

A análise refere-se ao período atual e, por isso, não contempla o recorte temporal questionado e denota o foco nas crianças e jovens em idade escolar, o que não contribui de forma efetiva para a possibilidade de retorno dos evadidos ao longo da década. É notoriamente positivo o fato de, no momento, não haver situação de evasão escolar entre crianças e jovens entre cinco e dezessete anos, contudo, é necessário questionar: estes estudantes são incentivados a concluir a educação básica? Conhecem as ações afirmativas de ingresso ao ensino superior (o que pode servir como motivação para cursarem o ensino médio e também a buscarem o desenvolvimento de uma efetiva aprendizagem)?

Além disso, é importante destacar a relevância de compreender-se o porquê das evasões anteriores com vistas à identificação das causas para que seja possível atuar na raiz da problemática. Nesse sentido,

(...) deve-se sempre avaliar três pontos cruciais para o estudo da evasão escolar: o aluno, a escola, e o sistema educacional. Na Avaliação do aluno, devem ser observadas as questões socioeconômicas, ou seja, as condições financeiras e forma de vida da família, pois só se consegue intervir nesse setor através de políticas públicas de distribuição e incentivo nas rendas das famílias estimulando a manutenção dos filhos na escola. Já para o fator “escola” o governo pode intervir diretamente, pois no ato da matrícula já é possível diagnosticar motivos de uma futura evasão desse aluno, podendo reverter esse quadro antes que aconteça. (MIRA e PINTO, 2023, p.123)

O acompanhamento do aluno através de atendimento especializado para contemplar suas necessidades de aprendizagem é de fundamental importância e necessidade, porém é preciso ir além. O desenvolvimento das habilidades mínimas para o ano cursado, visto de forma isolada das questões relacionadas à construção identitária, pode não representar uma aprendizagem capaz de promover o empoderamento dos sujeitos.

Ao avaliar o aluno, há de se levar em conta que sua identidade como membro de uma comunidade remanescente de quilombo é fator importante para a compreensão de sua situação socioeconômica. A história de resistência e luta negra

contra a escravidão no Brasil, ao passo que trouxe a alforria legal, tem, até os dias atuais, marcas de desigualdade socioeconômica. Isso pode influenciar o desempenho escolar e o engajamento dos alunos quilombolas na sala de aula e requer, portanto, um olhar além da aprendizagem dos objetos do conhecimento em si.

A avaliação da escola, concomitante à avaliação do aluno, expande a análise das condições de aprendizagem que permeiam o contexto de inserção dos sujeitos. Se é preciso observar a aprendizagem do aluno além da obtenção de uma média escolar que simboliza a condição de aprovação, é preciso também que a escola observe a si mesma: há a presença de uma pedagogia de inclusão e valorização da cultura quilombola, capaz de ofertar condições ao desenvolvimento integral do educando?

É significativo pontuar que a BNCC estabelece com terceira competência o repertório cultural. Assim, tão imprescindível quanto aos saberes comuns é o conhecimento das matrizes culturais que formam as especificidades locais, a começar pelo conhecimento histórico da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões. A partir desse saber em construção, é possível ir enriquecendo os estudos com as diferentes manifestações artísticas que formam a vertente cultural da comunidade, bem como aspectos da vida cotidiana, histórias orais e também registradas, festividades, dentre outros.

Sendo o Repertório Cultural a base da formação identitária da comunidade e o elo que liga o presente ao passado, ele pode ser explorado também como caminho para chegar-se às demais competências estipuladas pela BNCC. Tais competências não serão discutidas isoladamente aqui, contudo é oportuno registrar a estreita ligação entre o Repertório Cultural e a Competência VI da BNCC, Trabalho e Projeto de vida, o que está diretamente vinculado a esta pesquisa, uma vez que o estímulo à conclusão da educação básica pode ser compreendido como sinônimo de construção de condições para a efetivação de um projeto de vida que inclua boas condições de trabalho. Essa competência objetiva que o estudante seja capaz de

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2017, p.8)

O objetivo descrito pelo documento de abrangência nacional é claro ao interligar os aspectos culturais à compreensão da dinâmica do mundo do trabalho e à capacidade de escolhas capazes de serem exitosas tanto ao indivíduo quanto à coletividade. Nota-se, assim, que ao trabalhar a base identitária do estudante, a escola está criando condições para que o processo de ensino e aprendizagem possa ser realmente um processo de construção cidadã.

De forma análoga, pode inferir-se que tal trabalho é de extrema importância para que os estudantes de origem quilombola vejam os estudos escolares como instrumentos essenciais para a ruptura de estruturas de exclusão histórica. Essa percepção é primordial para que haja o desejo de concluir a educação básica e até mesmo avançar a níveis superiores de escolarização.

A BNCC, que aborda estes e os demais aspectos da educação básica, constitui um dos pilares do terceiro ponto a ser avaliado num contexto de evasão escolar: o sistema educacional, no qual

Observa-se que as medidas são voltadas para um todo, onde têm sido empregadas várias metodologias nos últimos anos, que têm por objetivo melhorar a qualidade de ensino e manter esses alunos na escola até a conclusão dos anos iniciais de estudo. (MIRA e PINTO, 2023, p. 124)

Ao preconizar o desenvolvimento de práticas pedagógicas comprometidas com o reconhecimento da cultura afrobrasileira, ofertando subsídios para a efetivação da Lei Nº 10.639/03, a BNCC revela-se um potente recurso no que tange aos avanços do sistema educacional brasileiro rumo à construção da equidade étnico-racial em âmbito escolar. No topo da pirâmide dos documentos norteadores da educação básica, ela embasa a construção e aplicação das matrizes curriculares estaduais e, por fim, municipais. Isso possibilita que as escolas, quer sejam federais, estaduais, municipais ou privadas, tenham objetivos comuns entre si.

Ademais, o detalhamento de cada uma das dez competências deixa explícita a importância das metodologias ativas em sala de aula e o conhecimento construído a partir da realidade dos educandos. É importante que isso faça parte das estratégias de enfrentamento à evasão escolar, pois

Mais um ponto a ser discutido sobre a avaliação da evasão escolar, é a análise do número de matrículas um ano subsequente ao outro, pois o aluno só é contabilizado nos índices de abandono escolar quando o mesmo não

cumpra o ano letivo, e não se matricula no ano seguinte, desse modo, nos dados do INEP (2021), observou-se que foram contabilizados 47,3 milhões de matrículas, 179 mil em escolas de educação básica, com cerca de 579 mil matrículas a menos que em 2019, esse relatório aponta também que essa evasão ocorre a partir do 6º ano do Ensino Fundamental, tendo um aumento bem significativo na 1ª série do Ensino Médio, o que pode mostrar alguma ligação desse problema com os fatores econômicos da família, condizente com os dados de Unicef (2018) que demonstram que os alunos têm forte evasão nessa transição de ensino, talvez pela dificuldade de adaptação. Dessa forma, há a necessidade de ser revista a forma e a metodologias que ocorrem nessa transição, que podem estar sendo impactantes na vida do aluno, de tal forma que ele não esteja conseguindo acompanhar e se manter no sistema educacional (MIRRA e PINTO, 2023, p. 126)

Logo, o enfrentamento à evasão escolar quilombola em Jacuizinho requer, concomitante a outras ações, o acompanhamento das práticas pedagógicas, de forma a minimizar os impactos das rupturas vivenciadas pelos estudantes ao longo das etapas escolares. No caso específico da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões, estas rupturas são ainda maiores se considerar-se que as séries iniciais do Ensino Fundamental são cursadas em uma escola, as séries finais em outra e o Ensino Médio em uma terceira escola. É preciso, portanto, que a BNCC seja realmente seguida, promovendo a intersecção de saberes e a valorização cultural de maneira que o estudante sinta-se parte essencial do sistema e do processo educacional.

Questionamento 3: Em 2023, há meninos quilombolas no Ensino Médio. A Secretaria está fazendo algum tipo de acompanhamento com vistas a incentivar a permanência até a conclusão da Educação Básica, visto que, até o momento, nenhum menino da Comunidade Remanescente e Quilombo de Rincão dos Caixões? Comente.

Resposta: “O município acompanha os alunos e monitora até a conclusão do Ensino Fundamental, porém tem-se informações que atualmente cerca de 4 alunos meninos quilombolas frequentam a escola estadual de forma regular.”

Ao considerar-se o restrito número de estudantes quilombolas concluintes do Ensino Médio, é interessante citar, nesse caso, a possibilidade da formação de uma RAE (Rede de Apoio às Escolas) para que haja um efetivo acompanhamento dos estudantes da rede escolar de Jacuizinho, independente da escola ser municipal ou estadual. Um exemplo de município a adotar esse recurso é Passo Fundo - RS, que explica, em seu site oficial, como é constituída a Rede, sua função, objetivos e

instituições amparadas:

Funções da RAE : A RAE tem por objetivo o trabalho em rede e a busca de soluções coletivas de alternativas para diminuir a evasão e outros problemas que interferem direta ou indiretamente no processo ensino-aprendizagem e/ou na socialização do educando.

Objetivo da RAE: Subsidiar professores e diretores de escolas na tarefa diária de combater a evasão, oferecendo parceria e apoio por meio de capacitações aos educadores formais; ações conjuntas de promoção dos direitos à educação; mapeamento de alunos infrequentes e com histórico de violência no ambiente escolar, e atuação junto ao professor na abordagem com os núcleos familiares mapeados. (Prefeitura Municipal de Passo Fundo)

A RAE fortalece a escola no que tange aos métodos adotados para compreender e combater a evasão escolar. O histórico de evasões de uma comunidade é um forte indicativo de que é necessário uma política pública de enfrentamento à problemática e, nessa tarefa, quanto mais órgãos/instituições estiverem envolvidos, mais eficientes e eficazes poderão ser os resultados obtidos. No caso do município de Passo Fundo, ela é composta por:

CRAS da região, CAIS e/ou ESFs da região, Escolas municipais da região, Escolas estaduais da região, Conselho Tutelar, Associações dos bairros da região, Religiões da região, Brigada Militar, Promotoria Regional e Educação, Secretaria Municipal de Educação, 7ª Coordenadoria Regional de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social e Coordenadoria das Associações de Bairros. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO)

Percebe-se, no município de Passo Fundo, a mobilização de agentes tanto do serviço público municipal quanto estadual e também membros da sociedade em geral com o intuito de monitorar o cenário educacional e evitar a evasão. Isso denota uma organização comprometida com a transformação social e que, através de ações coordenadas e concretas, identifica fragilidades dos contextos de inserção dos estudantes e age sobre elas.

É interessante, aqui, fazer-se uma breve retrospectiva nesta pesquisa e reiterar que, historicamente, a população negra teve negado o acesso à educação e que, mesmo após a conquista do direito legal a esse acesso, as condições socioeconômicas seguiram dificultando a permanência e o sucesso escolar. Assim, essa estrutura de exclusão arraigada secularmente no sistema educacional brasileiro, requer a soma de esforços para ser rompida.

A realidade social objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na inversão da práxis, se volta sobre eles e os condiciona a transformar a realidade opressora, é tarefa histórica, é tarefa dos homens. (FREIRE, 2005, p.41)

Estando a problemática da não conclusão da educação básica atrelada às questões históricas geradas por relações de dominação social, é tarefa da própria sociedade organizar-se para corrigir incongruências praticadas durante séculos. Se, pela primeira vez na história da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões, há meninos com indicativos de sucesso escolar, é importante que tais alunos sejam acompanhados e que sejam vistos como possíveis incentivadores, dentro da comunidade, da escolarização.

Questionamento 4: No decorrer da pesquisa, houve a constatação de que o registro da EMEF Tomás Antônio Gonzaga é como escola quilombola. O que a Secretaria está fazendo ou pretende fazer para contemplar tal particularidade?

“Atualmente contamos com um número reduzido de alunos vindos da Comunidade Quilombola e que estudam na escola Tomás Antônio Gonzaga, portanto a escola recebe apoio financeiro diferenciado para alimentação escolar sendo que no ano de 2022 este foi de R\$2.860,00 e no ano de 2023 R\$3. 988,40. Além disso, a comunidade escolar, com apoio da SMECDT está realizando a adequação do PPP das escolas da rede municipal, em especial da escola Tomás Antônio Gonzaga, com o objetivo de melhor organizar o trabalho pedagógico nas escolas buscando uma maior atenção à cultura afrodescendente dentro do contexto escolar.”

Em 2023, a escola Tomás Antônio Gonzaga conta com um total de 17 estudantes matriculados, dos quais 6 são provenientes da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões, o que corresponde a um total de 35,3%. A escola situa-se a cerca de três quilômetros da CRQ e oferta desde o pré-escolar até o 4º ano do Ensino Fundamental. Vale destacar que sua construção deu-se, conforme relatos da SMECDT, anteriormente ao reconhecimento da comunidade quilombola e desapropriação das terras.

Ainda conforme relatos da SMECDT, até o ano de 2023 não havia o registro,

nos documentos escolares, do comprometimento da escola quanto ao trabalho com as temáticas referentes à Educação Escolar Quilombola. Isso está sendo revisto através da reelaboração do Projeto Político Pedagógico, que contou, em sua fase inicial, com o auxílio da presente pesquisa.

Através do diálogo com a Secretaria de Educação sobre metodologias da Educação Escolar Quilombola, realizou-se uma pesquisa e apresentou-se, a partir disso, passos sucintos para a elaboração de um PPP com vistas à aplicabilidade prática, incluindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e também a Lei Nº 10.639/2003. A primeira orientação diz respeito quanto à participação efetiva dos membros da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões na elaboração do documento, bem como a averiguação da realidade da comunidade.

Objetiva-se que, ouvindo-se e estudando-se a comunidade, os PPPs e demais documentos explicitem a presença de estudantes quilombolas e quais são as estratégias utilizadas para que eles obtenham sucesso escolar. Para isso, uma sugestão de material de leitura foi o Trabalho de Conclusão de Curso da pedagoga Angélica da Silva Pinto, da Comunidade Remanescente de Quilombo de Júlio Borges, Salto do Jacuí (município ao qual Jacuizinho pertenceu anteriormente à sua emancipação). Ela explica:

Minhas motivações para realizar esta pesquisa vêm da ausência de conteúdos relacionados, não só à educação étnico-racial, mas sobretudo à história das comunidades quilombolas nas escolas que atendem aos alunos que pertencem a cultura, havendo uma grande lacuna entre os saberes tradicionais e os acadêmicos. (PINTO, 2018, p. 2)

É importante a realização de leituras cujos autores estejam em seu lugar de fala²⁸ para que seja possível o estudo do contexto da Educação Escolar Quilombola

²⁸ Foucault abordou temas relacionados ao poder, discurso, conhecimento e identidade, que têm alguma relação com discussões sobre lugares de fala. Assim, apesar de ser um termo contemporâneo, utilizado principalmente pelo movimento feminista, é possível, através da intersecção de conceitos, aproximar os termos “dispositivo”, usado pelo autor, e “lugar de fala”. O conceito de “dispositivo” em Foucault se refere a um conjunto de práticas, discursos, instituições e estruturas sociais que operam para exercer o poder e produzir conhecimento. Dentro desse contexto, pode-se fazer uma conexão com a ideia de “lugar de fala” ao pensar em quem detém o poder para falar, definir conceitos e determinar o que é considerado legítimo ou válido. Contudo, não trata-se de uma estrutura de poder, mas de uma estrutura de conhecimento empírico na qual os sujeitos formam-se a partir de suas próprias vivências.

a partir da visão de quem vê sua realidade desconsiderada no processo de ensino e aprendizagem devido às lacunas citadas por Pinto (2018). Sobre a importância da autoria construída do lugar de fala, é válido destacar o trecho no qual a autora explica sobre sua construção identitária:

Para início de conversa, gosto sempre de frisar dentro e fora da academia que, antes de ser cidadã brasileira, sou mulher, negra, nascida em uma comunidade quilombola, a qual tem grande influência na formação da pessoa que sou hoje, visto que “saber-me negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas” (SOUZA, 1983, p. 17-18). (PINTO, 2018, p. 3)

Através da leitura de uma autora cuja pesquisa ocorre no meio onde foi criada, além do conhecimento acadêmico é possível entender um pouco mais sobre o panorama de suas vivências, de seus anseios, o que embasa com concretude a problemática sobre a qual ela escreve. Isso não significa desqualificar as pesquisas realizadas por pesquisadores não afro-descendentes, muito pelo contrário: significa a oportunidade de ampliar a base teórica e alicerçá-la em saberes resultantes da união entre academia e vivências pessoais.

Na perspectiva freiriana adotada pela autora, a leitura da realidade de inserção e o profundo enraizamento no local de origem são fatores essenciais para o desenvolvimento de uma leitura do mundo e uma “mundialização” (Pinto, 2018). Além disso, a autora dá ênfase, ainda na abordagem freiriana, à questão do local de fala do oprimido, pois “(...) ninguém melhor que estes oprimidos para querer lutar por liberdade de expressão, de pensamento, de religião entre outros que são fundamentais para que o homem se sinta pertencente ao meio no qual está inserido” (PINTO, 2018, p.7).

Assim, entende-se que a construção identitária, de fato, é o ponto de partida para todas as demais construções. Dessa forma, uma pesquisadora quilombola escrevendo sobre Educação Escolar Quilombola/ Pedagogia Quilombola é de valor grandioso e sua produção pode ser um subsídio para o aprofundamento dessa

Foucault é conhecido por suas ideias sobre a relação entre poder e conhecimento, destacando como o poder opera através do controle do discurso e da produção de conhecimento. Ele argumentou que as estruturas de poder moldam o que é considerado verdadeiro ou aceitável em uma sociedade, influenciando como as pessoas percebem a realidade e se relacionam com ela.

temática.

Pinto (2018), ao contar sua trajetória de escolarização, narra semelhanças com as vivências dos estudantes jacuizinhenses provenientes da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões. A primeira delas é quanto ao fato das mudanças de escola a cada etapa da educação básica: a passagem por três escolas até concluir o Ensino Médio, iniciando em uma pequena escola municipal na comunidade e encerrando em uma escola estadual localizada na cidade.

A segunda semelhança diz respeito à ausência de um currículo escolar que contemple, em caráter contínuo, as especificidades da Educação Escolar Quilombola. Sobre isso, a autora comenta:

(...) nunca tive a oportunidade de estudar a cultura quilombola durante toda a minha educação básica, tampouco no Ensino Superior. Assim, uma das inquietações que me levaram a realizar esta pesquisa é no sentido da falta de valorização da cultura quilombola nos currículos escolares, bem como a escassez de estudos em relação à efetivação de uma Pedagogia Quilombola em muitas comunidades remanescentes. (PINTO, 2018, p. 4)

O Estado da Arte, descrito no início deste estudo, corrobora com o problema da insuficiência de pesquisas sobre a temática da Pedagogia Quilombola ao revelar a escassez de produções acadêmicas sobre a evasão escolar quilombola. Ao não atentar-se à generalização desta problemática, perde-se a oportunidade de somar-se esforços no sentido de promover a construção de uma nova visão sobre a relevância da adoção de uma Pedagogia Quilombola.

Seguindo nessa linha de raciocínio e considerando-se que a SMECDT informou a diferenciação no recebimento da verba para aquisição de merenda escolar em virtude do fato de que a escola tem a particularidade do registro como Escola Quilombola, urge questionar: educandos e educadores da EMEF Tomás Antônio Gonzaga têm esclarecimento sobre o porquê da adoção dessa singularidade na política pública de repasse de verba?

O entendimento do contexto de desenvolvimento das ações afirmativas é importante para que os estudantes quilombolas sintam-se, de forma progressiva, sujeitos ativos no cenário educacional. Esse processo de compreensão, por requerer a retomada da história do negro no Brasil, no Rio Grande do Sul e na localidade específica, configura mais um ponto importante na construção identitária dos

estudandes quilombolas.

Freire (1982), alertou que “não basta saber ler mecanicamente que Eva viu a uva, é necessário compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para para produzir uvas e quem lucra com esse trabalho”. De forma análoga, é possível dizer que não basta saber que escolas quilombolas recebem verbas diferenciadas. É necessário compreender o porquê dessa diferença, o processo de construção da equidade como forma de reparo, ainda que tardio, das desigualdades históricas no que tange aos direitos e oportunidades das pessoas negras, bem como as relações de poder que mantiveram a estrutura da escravidão e como isso reflete hodiernamente.

Essa compreensão requer que saberes acadêmicos e populares sejam tratados como indissociáveis. Para isso, a voz da comunidade quilombola precisa ser reconhecida como fator indispensável na construção das concepções pedagógicas adotadas pela escola e,

Para tanto, é necessário que os professores que atuam nas escolas das comunidades quilombolas tenham uma formação que lhes possibilite ter conhecimento sobre a cultura local em que estão inseridos. No que tange à formação dos professores para atuarem em escolas quilombolas, vê-se que os cursos de formação, como por exemplo, a Pedagogia, não valorizam em sua grade curricular questões como as relações étnico-raciais, tampouco sobre a cultura das comunidades remanescentes de quilombo. (PINTO, 2018, p. 8)

Sendo a escola Tomás Antônio Gonzaga composta por um terço de estudantes quilombolas, os apontamentos de Pinto (2018) indicam a necessidade de um olhar diferenciado ao currículo escolar. Sendo a escola autônoma para elaborar Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico conforme suas especificidades, é imprescindível que tal autonomia seja utilizada em prol da caracterização dos espaços escolares e das práticas pedagógicas conforme a comunidade de inserção. A BNCC, através de seu desmembramento em Documento Territorial do Município de Jacuizinho, oferta as condições teóricas para esse processo, sendo necessário, então, a transposição da teoria à prática.

Portanto, é incumbência do município a formação continuada de professores e demais profissionais da educação, a fim de capacitá-los para atuarem de forma adequada e sensível à realidade das comunidades quilombolas. Essa formação deve contemplar o conhecimento e respeito à cultura quilombola, a utilização de práticas

pedagógicas inclusivas e a adoção de metodologias que valorizem a oralidade, a história e as tradições desses povos. A narrativa de um membro da Comunidade Remanescente de Quilombo de Júlio Borges destaca o valor da formação docente:

“Eu enquanto quilombola acho importante que os professores tenham um curso profissional pra dá aula da nossa cultura, da nossa história na escola, porque a gente vê que as professora que vem aqui dá aula, não sabe nada da nossa cultura e nem o que é um quilombola, nós tinha que te uma professora quilombola assim cumo os índios têm. As professora tinha que ensina pras criança o que é um quilombola, que nós não semo mais escravo, porque as criança até têm vergonha de dize que é quilombola, por isso que nós achemo importante as professora faz uma parceria com pessoas aqui da comunidade pra ir na escola ensina pras criança como se cuida uma horta, os nosso chá, como que planta e pra serve, os benzimento que aprendemo com nossos pais e bisavós e principalmente nossos modo pra sobrevivência”. (PINTO, 2018, p. 19)

Mais uma vez, a narrativa a partir do local de fala mostra-se como ponto de partida para um melhor entendimento do que precisa constar no currículo da Educação Escolar Quilombola. Os saberes populares, tão valorizados pela comunidade, são tão relevantes quanto os saberes acadêmicos e o professor, sem formação contínua e sem um currículo no Ensino Superior voltado às especificidades quilombolas, pode ter dificuldades para desenvolver sua práxis de maneira que atenda aos anseios deste grupo.

Para isso, o município, com vista à promoção de formação contínua de professores, pode buscar parcerias com instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil e outros atores relevantes, visando o fortalecimento da educação escolar quilombola. Essas parcerias podem envolver a realização de pesquisas, o desenvolvimento de materiais didáticos específicos, a implementação de políticas de permanência e acesso ao ensino superior, entre outras ações que contribuam para a valorização e promoção da educação quilombola, a partir da consciência de que

Educador e educandos, co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-lo e, assim ganhar o seu conhecimento racional ou a sua razão, mas também de recriar este conhecimento. Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes. Deste modo, a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudo-participação, é o que deve ser: engajamento (Freire, 2013, p. 63).

O engajamento dos estudantes quilombolas está atrelado ao encontro de representatividade nas práxis pedagógicas e o histórico de luta por liberdade, território e acesso à educação precisa permear os ambientes escolares. Logo, o município tem o desafio de implementar políticas públicas que assegurem a formação docente e a oferta de uma educação escolar quilombola de qualidade, em consonância com as diretrizes nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação. Isso implica em ações afirmativas que garantam o acesso dessas comunidades a escolas regulares, respeitando suas especificidades culturais, linguísticas e pedagógicas.

5.4 IMERSÃO NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE RINCÃO DOS CAIXÕES: UM RETRATO ATRAVÉS DA PESQUISA DOCUMENTAL

(...)
*Meu sonho jamais faz silêncio
 É a lança brilhante de Zumbi*
 (...)
*Meu sonho não faz silêncio
 E não é apenas promessa*

*Planta em mim mesmo, na alma
 Palmares, Palmares, Palmares
 Pelo que de belo, pelo que de farto
 Muitos Palmares*
 (...)
*Ergue Quilombos, aqui, ali
 Em cada mente, em cada face
 Impávidos como Palmares, impávidos Ilês
 Em todos os lugares
 (José Carlos Limeira)*

Apesar dos versos de José Carlos Limeira²⁹ ilustrarem o desejo pela expansão da territorialidade e, com ela, toda a cultura negra, a história do Rio Grande do Sul foi contada, durante muitas décadas, partindo da prevalência da cultura branca, com a supremacia da colonização europeia, negligenciando-se o protagonismo negro na formação socioeconômica do estado. Soma-se a isso a exclusão da população afrodescendente quanto ao direito à terra, uma vez que, ao tratar-se do povo negro, a luta por reconhecimento e pela valorização dos aspectos

²⁹ Fundador do GENS, Grupo de Escritores Negros de Salvador, José Carlos Limeira deixou poemas e contos publicados. Mais informações sobre o autor podem ser acessadas em <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autores/293-jose-carlos-limeira>

sociais é indissolúvel da luta pelo direito territorial. Rubert (in SILVA et al, 2010, p. 166) explica que

As repercussões do Artigo 68 da Constituição Federal (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) no RS ensejaram um primeiro levantamento dos territórios negros com possibilidades de autoidentificação como remanescentes de quilombos, empreendido no ano de 1995 pelo Núcleo de Estudos sobre Identidades e Relações Interétnicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Esses levantamentos, associados a intervenções políticas de organizações da sociedade civil, especialmente o Movimento Negro, resultou na introdução de alguns pleitos das comunidades na agenda político-administrativa de órgãos públicos estaduais e federais.

A autora esclarece que, nesse processo de autoidentificação, surgiu uma questão quanto à semântica do termo “remanescentes de quilombos”, havendo uma convergência entre o Movimento Negro e Quilombola, representantes políticos e profissionais com estreito envolvimento com essa temática, como legisladores, antropólogos e historiadores. Para esse grupo, não poderia ser considerada Comunidade Remanescente de Quilombo apenas as comunidades formadas nos quilombos originários, os esconderijos de escravos, comprovados através de vestígios arqueológicos. Dessa forma,

Os territórios dos remanescentes das comunidades de quilombos do RS foram constituídos a partir de processos contraditórios, que abarcam, concomitantemente, a operacionalização de mecanismos de segregação racial e estratégias de resistência ao preconceito e ao aprisionamento da força e tempo de trabalho após a abolição. A gênese desses territórios aponta para um complexo conjunto de estratégias de territorialização: o tradicional esconderijo/refúgio; doação testamental do parte do antigo(a) senhor(a) estancieiro(a); compra com pagamento não só em dinheiro, mas também com trabalho e/ou outros bens, especialmente gado; simples apossamento de terrenos impróprios às atividades produtivas dominantes; recompensa por participação em revoluções. Tais estratégias de territorialização não são mutuamente excludentes e ocorreram sob a égide de intrincadas relações entre dependência e antagonismo por parte das famílias negras para com os setores com os quais interagem e ainda interagem (RUBERT in SILVA et al, 2010, p. 168).

Sobre as doações, a autora enfatiza que não representam, necessariamente, uma relação amigável entre senhores e escravos. Em considerável parcela dos casos, trata-se de do reconhecimento parcial da paternidade de filhos concebidos através da prática de abuso sexual de escravas por seus senhores, ou de “filhos de criação”, crianças negras criadas pelos senhores sem usufruto dos mesmos direitos dos irmãos (RUBERT in SILVA et al, 2010).

As Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado do Rio Grande do Sul, além da diferenciação através dos mecanismos de reconhecimento territorial, diferem também pelas especificidades econômicas e pelas interações com as demais etnias com as quais convivem cotidianamente. Dessa forma, há, no RS, as CRQ da Região do Litoral/Lagunas, CRQ da Região Metropolitana e Serrana, CRQ da Região dos Pampas e Antigas Charqueadas, CRQ da Região da Depressão Central e CRQ da Região do Planalto Médio/Alto Uruguai (RUBERT in SILVA et al, 2010). O total, em 2020, era de 146 comunidades quilombolas com identificação, sendo que, deste total, 90% já possuem certificado emitido pela Fundação Palmares e se encontram em fase de regularização. No entanto, apenas duas são tituladas, e três possuem titulação parcial”, conforme aponta o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

A Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões está localizada na Região do Planalto Médio/Alto Uruguai e foi reconhecida pelo INCRA em 2010, conforme Portaria publicada no dia 27 de dezembro de 2010 no Diário Oficial da União. Assim, a comunidade, naquela época, formada por 12 famílias, passou a ter o usufruto de 226 hectares de terra, área destinada a culturas de subsistência.

A Imagem 3 mostra a localização do distrito de Novo Horizonte, onde está localizada a comunidade. Retrata também a proximidade com a Tabajara e Júlio Borges, distritos de Salto do Jacuí com comunidade quilombola e com o Sítio, distrito de Arroio do Tigre onde há a Comunidade Remanescente de Quilombo da Linha Fão.

Imagem 3 – Localização do distrito de Novo Horizonte



Fonte: Google Maps

O processo de reconhecimento foi embasado pelo relatório sócio-histórico-antropológico³⁰ elaborado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O documento, cujo acesso é permitido apenas na própria comunidade, é datado de janeiro de 2009 e visa a

(...) evidenciar como a vida do passado dialoga com a vida do presente, como um território étnico marcado por modelos singulares de apropriação do espaço resiste às pressões históricas e dialoga com o atual pleito quilombola, num movimento circular entre as determinações do presente e uma historicidade que tona as marcas evidentes de um processo de abolição inacabado. (ANJOS, 2009, p.4)

Conforme o autor, há cinco décadas a comunidade está instalada em Rincão dos Caixões, ocupação iniciada através de uma doação verbal à matriarca, Senhora Erocilda dos Santos, numa dinâmica social permeada, ao longo deste período, por desigualdades. A ruptura desse processo de exclusão iniciou a partir do reconhecimento externo das particularidades étnicas do grupo, o que culminou com a demanda por regularização fundiária (ANJOS, 2009).

À época da escrita do relatório, a Senhora Erocilda estava com 78 anos. O documento registra, com base em relatos, que os ancestrais da matriarca teriam sido escravos de um proprietário de terras chamado Pedro Simão e que, após a abolição, enfrentaram situações de trabalho extremamente precárias. Muitos permaneceram nas terras de Pedro Simão e, posteriormente, receberam a doação de terras na região denominada Linha Fão ou Sítio, município de Arroio do Tigre (ANJOS, 2009).

A doação de terras a escravos libertos foi uma prática comum no Rio Grande do Sul. Os trabalhadores negros recebiam pequenos lotes de terras onde viviam com seus familiares e praticavam agropecuária de subsistência e, em troca, prestavam serviços sem remuneração regular, sendo chamados de “posteiros” (ANJOS, 2009).

Contudo, o recebimento de terras pelos trabalhadores negros na Linha Fão foi resultado, de acordo com relatos da comunidade, de uma permuta fraudulenta de terras. Os trabalhadores estavam estabelecidos, anteriormente, em uma área plana, de terra fértil com alto potencial produtivo. Edoilde Xavier da Silva, conhecida como

³⁰ De acordo com Geertz (1989), a antropologia busca entender o mundo social a partir de uma perspectiva interpretativa, ou seja, por meio da análise dos significados e valores atribuídos pelos indivíduos às suas experiências e práticas cotidianas. Nesse sentido, um relatório sócio-histórico-antropológico é um documento que leva em consideração as diferentes perspectivas e visões de mundo presentes em uma comunidade, a fim de evitar uma análise superficial ou etnocêntrica. Ele pode incluir informações sobre a economia, a política, a religião, a língua, as relações de gênero, as tradições e costumes, entre outros aspectos relevantes para a compreensão da dinâmica social.

Dona Funé, prima da Senhora Erocilda e residente na linha Fão, contou que sua mãe foi enganada mediante a oferta de uma casa e, dessa forma, trocou a área de terra por outra de qualidade inferior, com cerros e afloramentos rochosos, onde a comunidade reside até hoje (ANJOS, 2009).

A comunidade sofreu ainda outros processos de expropriação, como por exemplo medições que acabavam por avançar deliberadamente sobre as divisas e apropriações indevidas em virtude de não haver documentação, entre outros. Isso fez com que vários integrantes deixassem o local em busca de melhores condições. Muitos deles migraram para o distrito de Tabajara³¹, dando início a uma nova comunidade remanescente de quilombo (ANJOS, 2009).

Nesse período, no início de 1960, a Senhora Erocilda deixou sua comunidade e partiu em busca de melhores condições. Dona Funé explicou, em entrevista realizada por Sailani e Oliveira no dia 17 de maio de 2008, sobre a prima: “Ela casou com um tio meu, o falecido Mariaco, ela casou, aí ela passou muito trabalho... Daí que ela foi pra lá. (...) Até porque era apertado, não tem espaço pra todo mundo trabalhar” (ANJOS, 2009, p. 14).

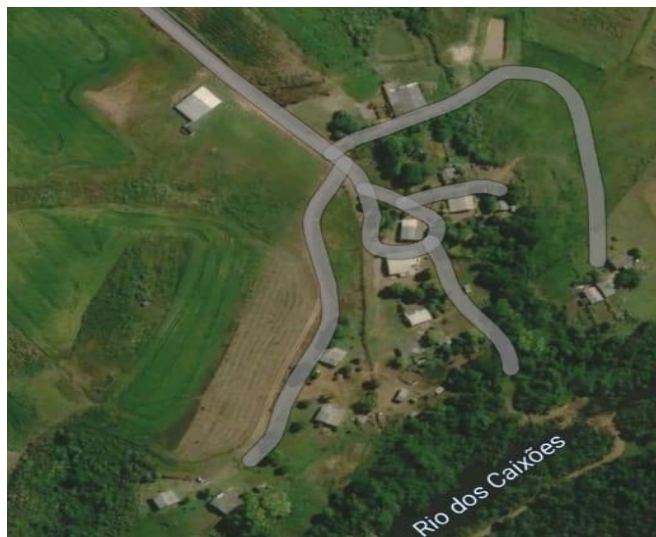
Todavia, a Senhora Erocilda seguiu passando por dificuldades. Ao conseguir trabalho, não havia garantia de permanência, pois os proprietários das terras costumavam solicitar a desocupação da área logo que acabava a temporada de serviço (plantio, colheita ou outro trabalho específico). Anjos (2009) explica que essa prática, marcada por injustiças, foi pesquisada mais aprofundadamente por Mattos e Rios (2005), que denominaram o processo de campesinato negro itinerante.

A violência com os trabalhadores negros era habitual e, entre os milhares de negros por ela marcados, está a Senhora Erocilda: “Na última propriedade que trabalhou nessa condição, Dona Erocilda foi expulsa, tendo inclusive sido alvo de violência por parte do proprietário (ANJOS, 2009, p. 15). Foi assim que ela, o esposo e filhos estabeleceram-se, de forma rudimentar em um abrigo feito com recursos da natureza, onde formou-se a Comunidade Quilombola de Rincão dos Caixões. A Imagem 4 retrata a exata localização da comunidade, às margens do Rio Caixão. A

³¹ A denominação posteiros refere-se ao fato de que as terras doadas aos trabalhadores negros eram nas extremidades das grandes propriedades, configurando postos de observação e proteção das terras do patrão. Assim, os postos eram “mecanismo de defesa de limites da propriedade e ao mesmo tempo fonte de fornecimento de mão-de-obra barata (dívida moral), bem como o estabelecimento de pequenos lavradores que pudessem suprir as necessidades agrícolas e alimentares dos proprietários.

construção que aparece acima, à direita, é o salão comunitário.

Imagem 4 - Localização da comunidade Quilombola de Rincão dos Caixões



Fonte: Google Maps

Nesse abrigo, a família foi encontrada pelo proprietário da terra, Régis Fiuza, que, em entrevista concedida no dia 13 de maio de 2008 a Salaini e Oliveira, narrou sobre a situação de completa vulnerabilidade que presenciou:

Régis Fiuza: Eu ouvi os gritos (...), era quase meio dia (...) eu ouvi lá em baixo, no Rio Caixão, um choro: “Ai, ai, ai! Socorro!”(...). Eu me assustei. Como isso aí? É dentro da minha propriedade e eu vou ver, aí quando escorei o cavalo, fui, vi um casal com os filhos e grávida ainda e com outro no colo, amamentando, aí eu digo: Mas o que houve? (...), “O outro fazendeiro, o dono da terra, tocou nós, surrou nós, espancou nós e colocou nós pra fora de lá e nós não temos pra onde ir”. (ANJOS, 2009, p. 16)

Na sequência, o entrevistado conta que abrigou a família na casa de sua tia enquanto providenciou a construção de uma casa de madeira e que, após isso, deu-lhe uma fração de terras, naquele local, para que fosse possível garantir a sobrevivência e criar os filhos. Assim, a Senhora Erocilda, com sua família, estabeleceu-se na terra doada, doação essa sem regularização, dando início à atual Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões (ANJOS, 2009), cuja vista panorâmica, no ano de 2009, é retratada na Imagem 5:

Imagem 5 - Vista panorâmica da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões



Fonte: Anjos (2009, p. 103)

O Relatório Sócio, Histórico e Antropológico da Comunidade Quilombola de Rincão dos Caixões detalha a cronologia desde a chegada da Senhora Erocilda às margens do Rio Caixão até o ano de 2008, evidenciando o processo de luta da comunidade para fazer valer a doação oral da terra. A trajetória, iniciada em uma época de agricultura rudimentar e de vasta vegetação, passou pelo período dos campos de criação de gado e chegou à era da soja, na qual foi contaminada a nascente da qual a comunidade dependia e acirraram-se as tentativas de desocupação da área.

Entretanto, essa sequência da historicidade comunitária não será explorada nesse estudo, cabendo apenas destacar alguns pontos. O primeiro deles é quanto à preservação das raízes identitárias: mesmo com o avanço da monocultura da soja, a comunidade quilombola continuou, até 2008, dedicando-se às práticas de subsistência. Além disso, outra marca identitária diz respeito ao cultivo de ervas em todas as residências, bem como pequenas hortas. Dessa forma, mesmo com a redução da paisagem original devido à abertura de lavouras, a comunidade encontrou formas de remodelar as formas de cultivo, ainda que em escala menor.

Outro ponto a destacar-se é quanto à manutenção do hábito dos “puxirões”, como são chamados os momentos em que todos os moradores unem-se para realizar determinada tarefa, sobretudo plantio e colheita. Foi através de um puxirão que a comunidade iniciou o reflorestamento do olho d’água localizado em seus domínios.

É importante registrar também que, em 2008, a comunidade era “formada por

um grupo de parentesco cognático distribuído em vinte famílias de doze filhos vivos, cinquenta e nove netos e vinte e nove bisnetos de Dona Erocilda” (ANJOS, 2009, p. 80). No primeiro casamento, ocorrido na Linha Fão, a Senhora Erocilda teve cinco filhos. Três anos após viuar, casou-se novamente com um integrante da comunidade quilombola da Linha Fão e teve onze filhos. Deste total, quatro filhos faleceram e uma filha é considerada desaparecida.

Essa constituição da comunidade denota um aspecto de grande relevância: a matricentralidade, a qual não se resume à genética mas sim estabelece a figura da matriarca como “figura de referência moral, afetiva, política, laboral, espacial e territorial” (ANJOS, 2009, p.80),

5.5 COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE RINCÃO DOS CAIXÕES: A HISTÓRIA CONTADA POR SEUS PRÓPRIOS AUTORES

Malakê
Obrigado por me legar esta vontade
De contar as Coisas do nosso povo
Nossas Sendas
Pelo gosto de nossa história, contos e lendas...
José Carlos Limeira

Ao passo que Limeira (2001) agradece por desejar contar sobre africanidades, Ribeiro (2019), explica que as narrativas (auto)biográficas são uma forma importante de documentar a história oral das comunidades quilombolas e preservar sua memória coletiva (RIBEIRO, 2019). Além disso, essas narrativas podem ajudar a empoderar os próprios quilombolas, permitindo que eles falem por si mesmos e definam suas próprias identidades. Dessa forma, as narrativas (auto)biográficas se tornam uma ferramenta importante para uma pesquisa mais justa e empática com as comunidades quilombolas (NASCIMENTO, 2016).

Com base nestas concepções, pode-se aferir que as narrativas autobiográficas podem ajudar a fornecer uma compreensão mais profunda da vida cotidiana nas comunidades quilombolas, bem como das questões sociais, políticas e culturais que afetam essas comunidades. Elas podem fornecer informações importantes sobre a vida comunitária, as relações entre os membros da comunidade, as tradições culturais e a luta pela terra e pelos direitos dos quilombolas.

Estes aspectos podem representar uma forma de empoderar os próprios quilombolas, permitindo que eles falem por si mesmos e definam suas próprias

identidades. Isso é especialmente importante em contextos em que as comunidades quilombolas são frequentemente estereotipadas³². Eles podem ajudar a evitar a armadilha do "outro exótico", em que há uma visão dos quilombolas como diferentes ou exóticos, em vez de como indivíduos com suas próprias histórias, culturas e perspectivas únicas.

A opção pelas narrativas conduz simultaneamente ao desenvolvimento pesquisa in loco, ou seja, a pesquisa realizada no local onde os eventos estão ocorrendo ou onde as pessoas e comunidades estão vivendo suas experiências, o que é de extrema importância, pois permite uma visão mais abrangente do ser humano em sua complexidade social, cultural, política e histórica. Pierre Bourdieu enfatiza a importância da pesquisa de campo ao afirmar que "o pesquisador deve fazer o possível para colocar-se em situação de ter um conhecimento direto e pessoal dos fenômenos e das realidades que pretende conhecer" (2007, p. 43). Nesse sentido, a pesquisa in loco é fundamental para que o pesquisador possa compreender de forma mais aprofundada os fenômenos sociais e culturais que está estudando.

Geertz (2008) complementa tal consideração ao afirmar que "o pesquisador deve mergulhar na vida social dos sujeitos e captar suas perspectivas, concepções e valores a partir da observação atenta e das interações com os mesmos" (GEERTZ, 2008, p. 22). Ao mencionar o valor desta ação na antropologia interpretativa, o autor corrobora com os objetivos desta pesquisa, que busca compreender uma situação atual a partir do diálogos instrumentalizados de diferentes maneiras, incluindo visitas ao contexto de inserção dos sujeitos.

Ao vivenciar e observar diretamente, in loco, as práticas, valores, crenças e comportamentos dos indivíduos e comunidades estudadas além de ter a possibilidade de uma compreensão mais ampla e aprofundada dos fenômenos sociais e culturais, há a possibilidade de identificação de nuances e particularidades que seriam impossíveis de serem detectadas através de outras metodologias. Assim, esta fase do estudo é de sumo valor, pois embasa os apontamentos que direcionam ao entendimento tanto das causas quanto das consequências da problemática em

³² Segundo Santos (2016), as estereotípias que recaem sobre as comunidades quilombolas podem ser divididas em dois tipos principais: as que os retratam como preservadores de uma cultura exótica e atrasada, e as que os descrevem como vítimas passivas do sistema. Em ambos os casos, há uma simplificação e redução da complexidade da realidade dessas comunidades.

pauta e, para que possa haver uma maior clareza acerca das relações e vivências entre os sujeitos constituintes da pesquisa.

Sendo assim, ao dar voz livre aos integrantes da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões, há a intencionalidade de concretizar o protagonismo destes sujeitos, pois ninguém é capaz de definir melhor do que eles quais são os pontos principais de suas vivências. Desta maneira, coube a esta pesquisadora a tarefa de registrar falas ricas de diferentes saberes e, a partir delas, tecer alinhavos entre histórias individuais e a história coletiva, numa dinâmica que transita entre a subjetividade das narrativas e a objetividade que uma pesquisa científica demanda.

No primeiro momento, há a descrição da primeira visita à comunidade e a conversa com a Senhora Erocilda e algumas de suas filhas. No segundo momento, a narrativa segue sem sua personagem principal³³, pois a Senhora Erocilda faleceu em novembro de 2022.

Contudo, mesmo *in memoriam*, a matriarca segue protagonizando o enredo, fato que evidencia que seus ensinamentos sobrevivem, latentes, em seus descendentes.

5.5.1 A voz de Dona Erocilda, matriarca da comunidade

*Na face do velho
As rugas são letras,
Palavras escritas na carne,
Abecedário do viver.*

*Na face do jovem
O frescor da pele,
O brilho dos olhos
São dúvidas.*

*Nas mãos entrelaçadas
De ambos
O velho tempo
Funde-se ao novo,
E as falas silenciadas
Explodem.*

³³ Segundo Bontempo e Almeida (2014), as matriarcas desempenham um papel fundamental na preservação da identidade cultural dos quilombos, transmitindo conhecimentos e valores para as gerações mais jovens. A matriarca é, portanto, uma figura central na comunidade quilombola, que exerce um papel fundamental na preservação da cultura e da tradição, além de contribuir para a resolução de conflitos e a tomada de decisões importantes para o grupo.

*O que os livros escondem,
As palavras ditas libertam.
E não há quem ponha
Um ponto final nesta história.*

[...]
(*EVARISTO in SANTOS et al, 2005, p. 72*)

As palavras de Conceição Evaristo definem, com precisão, o que foi possível experienciar durante a primeira visita à Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões.

Desde que esta pesquisadora começou a lecionar no município de Jacuizinho, em 2012, trabalhou com alguns estudantes oriundos da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões e, conjuntamente com outros professores, organizou e participou de muitas atividades com vistas a promover um maior conhecimento sobre a cultura quilombola. Contudo, nunca teve a oportunidade de ir conhecer a comunidade, seu modo de vida, sua realidade.

Porém, o dia 25 de março de 2022 foi diferente. Em vez de receber a visita dos integrantes da CRQ, foi a vez de visitá-los. A convite da extensionista da Emater de Jacuizinho, Salete Rejane da Rosa, tornou-se viável participar de uma expedição investigativa dos estudantes do 5º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonel de Moura Brizola, sob coordenação da professora Luciana Sebenello da Silva, para conhecer a comunidade. Dois estudantes da turma são quilombolas: Kauan Lutz Fernandes, que não reside mais na comunidade, e Daniel Lutz Fernandes, que reside no local de origem.

A viagem de micro-ônibus durou aproximadamente 30 minutos, percorrendo um trajeto cercado majoritariamente por lavouras de soja, com esparsas residências, em uma estrada empoeirada e com razoáveis condições de trafegabilidade. Os estudantes mostravam-se curiosos e os dois meninos de origem quilombola mostravam-se orgulhosos por estarem indo mostrar sua comunidade.

Ao adentrar-se em território já demarcado, cujas terras são destinadas ao sustento dos membros da CRQ de Rincão dos Caixões, de imediato notou-se a diferença de temperatura, a qual foi caindo progressivamente: descia-se rumo às margens do Rio dos Caixões. Não tardou a ser avistada a mata e, à frente, as moradias e o salão comunitário.

A recepção, feita por um grupo de mulheres, foi com muita alegria. Elas

organizaram a acomodação no salão e foram buscar a Senhora Erocilda dos Santos Fernandes, conhecida localmente como Tia Fia, a matriarca da comunidade. Dona Erocilda, com seus 86 anos de luta, resistência e também de resiliência, mostrou-se simpática e acolhedora. A Imagem 6 retrata dois momentos da visita: Dona Erocilda recebendo da extensionista da Emater o livro “Mulheres Quilombolas, interseccionalidades e políticas públicas” e, após, com a obra em mãos.

Imagem 6 - Momentos da visita à Dona Erocilda



Fonte: própria autora

Dona Erocilda, após acomodar-se entre o grupo e interrogar de forma bastante empática se estavam todos bem, iniciou sua narrativa: “Eu nasci lá em Bento³⁴ e, de lá, o pai veio para a *colonha* do Tigre³⁵. Eu me criei aí, na região da *colonha* do Tigre. Daí comecei a *trabaiá, trabaiá*... Minha mãe era muito pobre...”. Através de gesto com a mão, ela indica a direção de Arroio do Tigre, município vizinho, onde também há comunidade quilombola.

Apesar da proximidade entre Arroio do Tigre e Jacuizinho, as comunidades quilombolas dos dois municípios estão situadas em regiões diferentes. Conforme visto anteriormente, a CRQ de Rincão dos Caixões faz parte da Região do Planalto Médio/Alto Uruguai. Já a comunidade situada em Arroio do Tigre, denominada Comunidade Remanescente de Quilombo do Sítio Novo, faz parte da Região da Depressão Central, que

³⁴ Bento Gonçalves, município localizado na serra Gaúcha.

³⁵ Colônia de Arroio do Tigre, município gaúcho.

[...] colonizada inicialmente por portugueses, que estabeleceram sesmarias onde predominava a atividade de pecuária, a região passou a ser ocupada por levas de colonos europeus – principalmente italianos – nas últimas décadas do século XIX [...]. Os conflitos pela apropriação das terras passíveis de mecanização, bem como o marcante grau de segregação racial propiciada pela entrada de imigrantes de ascendência europeia, ocasionaram uma forte tendência à expropriação territorial das comunidades negras situadas nesta região (RUBERT in SILVA et al, 2010, p. 172).

Assim, Dona Erocilda foi procurar trabalho em outro local, chegando, aos dezanove anos, na atual localidade:

“Eu vim sozinha. Era mato tudo essa área aqui. A senhora vê uns *calípio lá na incruziada*? De lá pra cá tudo era mato! Eu fiz uma *lavorinha* e daí comecei abrir. Daí depois abriram uma estrada aqui. O proprietário arrumou uma estrada aqui com o esteira e foram desmatando, foram desmatando... daí ele disse pra mim, ele me chamava Nega: Nega, tu vai *prantando aí arguma* coisa, pode *prantá*. Se tu *pricisá* de *arguma* coisa, tu fala pra mim, que eu dô uma mão pra ti. E ele muito me ajudô, coitado do *véio*. Pessoa fina que era!”

Ela refere-se ao Senhor Idalino Vendrúsculo, proprietário, naquela época, de parte das terras onde, hoje, localiza-se a comunidade.

Dona Erocilda segue contando sobre suas condições de vida na nova localidade:

“Eu não tinha casa. Eu acho que a senhora deve entendê o que eu vou falá... Uns pedaço de...Como é que se diz? Tipo brasilit, mas era um papelão preto. Daí o falecido Idalino arrumo umas trinta foia e me deu pra mim fazê um barraquinho pra botá a cama debaixo. A gente já dormia mal, e se moiando... Né?”

Durante o relato, as filhas permaneceram ao lado da mãe, auxiliando quando sua memória deixava escapar alguma informação, demonstrando conhecer cada instante da história materna. Uma das filhas lembrou do fato de que Dona Erocilda fez seus próprios partos, dezessete o todo. Ela, com ar de orgulho por sua coragem, contou que “Sempre dos meu fio e por fora eu fiz muito parto. Fios meu foi só comigo, com a graça de Deus. Deus sempre teve comigo. Era café pequeno pra mim fazê um parto”.

Mas logo o olhar mudou e a matriarca confessou: “E eu não tinha nada! Às vez eu dava um pedaço de pão de mio puro, de farinha de mio, e saía, trabaiava, pra trazê pra meio dia eles comê”. Tal relato demonstra que Dona Erocilda e sua família enfrentaram o isolamento econômico, “porque seus membros vivem a

condição do subemprego ou do desemprego “ (PEREIRA, 2010, p. 45). Além desse isolamento, é válido registrar que a contribuição quilombola para a formação do município de Jacuizinho não foi encontrada nas fontes pesquisadas no decorrer deste estudo, indicativo de isolamento histórico, “porque as trajetórias destas famílias permanecem fora dos registros oficiais” (PEREIRA, 2010, p. 45).

Contudo, mesmo enfrentando sérias dificuldades, Dona Erocilda fez questão de ofertar educação escolar aos filhos: “Eu botei minhas criança num coleginho fraco, ali, do outro lado. Pra cá não tinha. Tinha uma escolinha ali... daí eles aprenderam um poquinho, ao menos assiná o nome... Não era fácil...”. Uma filha interrompeu: “Nóis ia ali, né? Nóis ia a pé. Nóis tinha um par de congá. Não sei se arguém aqui conhece congá, aqui dessas criança...” Outra filha complementou:

“Nós só estudemo até a quarta série. Eu estudei até a quarta série e não pude estuda mais. Só tinha até a quarta série. A gente tinha vontade de estuda... Hoje as criança tem toda oportunidade e tem alunos que não querem estudar. A gente queria, mas não tinha. A gente ia a pé, no inverno, mal vestidos. Não é fácil. Dá quatro quilômetro. Nem uma mochila a gente não tinha... Que nem hoje, todos têm mochila, a gente carregava os caderno num saquinho de plástico, e ia bem facero e tinha vontade... A gente não saía, era só aqui, né? A gente tinha vontade de ir no colégio pra sair.”

Percebe-se, nestes trechos da narrativa da matriarca e de suas filhas, a valorização da escola como ambiente de aprendizagem e de socialização. Sobre isso, Pereira, (2010) cita o poeta Lino Guedes, que relacionava o fato desta valorização da educação, somada à valorização da retidão de caráter, à busca por um caminho para a ascensão social, como registrou no poema:

“Negro preto cor da noite”,
 Nunca te esqueças do açoite
 Que cruciou tua raça.
 Em nome dela somente
 Faze com que nossa gente
 Um dia gente se faça!
 Negro preto, negro preto,
 Sê tu um homem direito
 Como um cordel posto a prumo!
 E só do teu proceder
 Que, por certo, há de nascer
 A estrela do novo rumo!
 (GUEDES in PEREIRA, 2010, p. 201).

Aqui, há a intersecção entre a poesia, o relato da matriarca e a histórica luta do Movimento Negro pelo direito à educação escolar. A poesia “Novo Rumo”, de Lino Guedes, transcrita acima, é datada de 1932 e “denuncia as condições de vida do negro estigmatizado pela escravidão e marginalizado pela ordem social do período pós-abolicionista (PEREIRA, 2010, p. 201), com a necessidade de inserção nos padrões sociais, o que requeria o acesso à leitura e escrita. Vê-se, portanto, que, independente da localização geográfica e do período temporal, o povo negro, participando ou não de movimentos, buscava e continua a buscar oportunidades de ter acesso ao ensino formal.

Essas oportunidades que, aos olhos de alguns, são inerentes a todas as crianças, tornam-se um desafio quando o contexto no qual a criança está inserida é de pobreza. Sobre isso, Dona Erocilda contou:

“Eu criei meus fio com sacrifício. Manda na escola todo dia, trabaíá de dia pra comê de noite, trabaíá pra compra uma mudinha de ropa pra cada um... uma mudinha só... Eu levava ele lá no riu pra lavá as ropinha deles... Eu botava eles lá, com um paninho, e estendia a ropinha deles nos gaio pra enxuga e eles botá e ir pra casa. Eu criei eles com sacrifício.”

O poeta Luís Carlos de Oliveira, na obra *O negro em versos*, denunciou que “A escravatura não foi abolida; foi distribuída entre os pobres” (SANTOS et al, 2005). Percebe-se, no relato da matriarca quilombola, ao reiterar o sacrifício passado na criação dos filhos, a falta de acesso ao básico necessário à dignidade humana. Percebe-se, também, sua força, pois, mesmo com todas as adversidades, as crianças frequentavam a escola e também aprendiam a trabalhar: “Minhas criança aprenderam trabaíá. Os guri de tratorista, tudo ele trabaíam, até de máquina, tudo eles... São cinco. Aprenderam com o véio lá (refere-se ao Senhor Idalino Vendrúsculo). Ele ensinô. E tem um fio meu que trabaia até hoje lá”.

Novamente entrelaçando-se à realidade dos demais brasileiros de origem quilombola, a luta pelo sustento e pela escolaridade vinculou-se à luta territorial. Sobre isso, a matriarca transcorreu:

“Daí quando começaram lidar com essa área aí, eu disse pro INCRA; óia, eu não entrei bsolutamente, eu entrei porque o proprietário mandô. E é vivo esse proprietário? É vivo! E é vivo até hoje. E mora lá em Soledade. Mais de tão veinho que ele tá assim (faz um gesto com a mão mostrando alguém de baixa estatura). Daí eu fui lá com eles. Comemo um churrascão lá com ele. Ele ficou muito contente comigo que o depoimento que eu dei pros homi ele

deu a mesma coisa e comprovô, tanto o meu como o dele. Daí eu disse pro INCRA: Eu quero fica aqui. E ele disse: Nós vamo ajeitá uma área pra coloca voceis. Eu disse: O senhor me descurpe, ou sô analfabeta, mais eu passei muito trabaio aqui, criei meus fio aqui, tô criando, e eu quero fica aqui, porque eu não entrei... Assim... Aqui! E eu quero fica aqui! Não vô arretirá daqui! Daí ele concordo comigo. Tô aqui, tô aqui! E se nós tivesse ajuda do governo conforme é preciso, como otros quilombo ganham, nós tava muito mió, porque tudo sabe trabaia, só menos as criança pequena.”

Esse relato mostra que, apesar de ganhar o direito de viver e produzir no território, há a necessidade de um olhar mais atencioso ao quilombo pelo poder público. A garantia da terra não implica, de forma natural, em condições para produzir. Por isso,

“O debate político, jurídico e acadêmico que se segue à identificação das comunidades quilombolas demanda que sejam viabilizadas políticas públicas com vistas a estimular formas de desenvolvimento, sob uma perspectiva democrática e solidária, como tentativa de fazer com que a pobreza e a miséria diminuam no contexto rural.” (SILVA, in SILVA et al, 2010, p. 187)

A partir da identificação das comunidades quilombolas, é necessário que sejam implementadas políticas públicas que possam ajudá-las a se desenvolver de forma sustentável e democrática. Essas políticas devem ser formuladas a partir de um diálogo entre as comunidades quilombolas e o Estado, de modo a garantir que as necessidades e demandas dessas comunidades sejam atendidas. É importante ressaltar que essas políticas devem ser solidárias, ou seja, devem considerar as particularidades e necessidades específicas de cada comunidade.

A implementação de políticas públicas adequadas pode contribuir para a diminuição da pobreza e da miséria no contexto rural. As comunidades quilombolas enfrentam diversas dificuldades, como falta de acesso a serviços básicos de saúde e educação, dificuldades para comercializar sua produção e ameaças de conflitos com grandes proprietários de terras. Nesse sentido, a implementação de políticas que incentivem o desenvolvimento econômico e social dessas comunidades pode ser uma forma de enfrentar essas dificuldades e garantir o pleno exercício de seus direitos.

Verifica-se, então, que ao citar o estímulo ao desenvolvimento das comunidades, depreende-se que, paralelamente aos aspectos econômicos, invista-se também nos aspectos sociais, sendo a escolarização o principal deles. É através da educação que a comunidade poderá tornar-se cada vez mais independente.

5.5.2 As vozes dos descendentes de Dona Erocilda

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

(...)

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.*

Conceição Evaristo

O poema *Vozes-mulheres*, de Conceição Evaristo, retrata a diáspora africana desde o passado até a atualidade, com a voz feminina resiliente e cada vez mais forte, que ultrapassou gerações até ser ouvida. Se, outrora, a voz moldada pelas dores de um processo de objetificação de corpos negros foi calada, na contemporaneidade ela pode ecoar livremente, denunciando os ainda presentes resquícios do colonialismo.

Neste eco, soma-se à voz de Dona Erocilda as vozes de seus descendentes, homens e mulheres, que, com raízes no ontem, constroem o agora. A Imagem 7 retrata uma das visitas à comunidade, durante a qual foi possível ouvir as narrativas de quatro filhas, duas netas, uma bisneta e também uma nora da Senhora Erocilda.

Imagem 7 - Filhas, netas, bisneta e noras da Senhora Erocilda



Fonte: própria autora

Chimamanda³⁶, de 63 anos, filha de Dona Erocilda, iniciou sua fala contando sobre sua infância: “Naquela época que nós fumo criado, a gente era muito pobre, tinha que trabaiá. Eu sou das mais véia...” Ela lembra que, por isso não foi alfabetizada: “Eu não cheguei ir no colégio aqui. Fui uns dia só, lá na Tabajara” . Essa narrativa denota que, desde o início do estabelecimento da família às margens do Rio Caixão, o trabalho era constante e, estando Almeri entre os filhos mais velhos, enfrentou dificuldades tanto quanto seus pais quanto ao atendimento das necessidades básicas da família.

Mostrando-se bastante religiosa, Chimamanda citou em alguns momentos a proteção divina referente à superação das dificuldades e contou: “A mãe sempre ensinô nós a rezá, ter fé na Nossa Senhora”. Questionada sobre o conhecimento de religiões de matriz africana, ela disse em tom efusivo: “Deus me livre! Eu chego me arrepiá! Nós semo católico, uns são crente, mais aquilo lá não é coisa de Deus! Aquilo lá é coisa do capeta!”

³⁶ Nome fictício utilizado para proteger a identidade da narradora e que se popularizou especialmente por causa da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. Conforme o site www.dicionariodenomespropios.com.br, esse nome tem origem na Nigéria, e significa “meu Deus não me faltará”. Toda essa seção utilizará pseudônimos de origem africana quando se referir aos descendentes da Senhora Erocilda.

O grupo de mulheres passou, então, a conversar entre si, de forma desordenada: “Deus é um só”, “o que importa é a intimidade de cada um com Deus”, “uns falam com Deus através do padre, outros falam direto com ele”. Então, cunhada da Senhora Erocilda, narrou sobre a realização de cultos evangélicos no salão comunitário. Conforme ela, a prática teve início com a passagem de duas noites de orações, com a presença do pastor, em virtude da saúde da Senhora Erocilda e também de um de seus filhos. Então, como há a ocorrência de missas no salão, iniciaram também os cultos. Instigado a contar sobre o que conhecia acerca das religiões de matrizes africanas, o grupo argumentou que nunca houve curiosidade, pois como Dona Erocilda não ensinou sobre esse assunto e nunca houve algum trabalho sobre isso nas escolas ou na comunidade, não surgiu interesse.

Tais falas denotam indícios de um processo de aculturação iniciado ainda na Linha Fão, ou até mesmo anterior ao estabelecimento da comunidade negra naquele território, processo esse que ocorreu não apenas nas comunidades remanescentes como também, ainda no período escravocrata, entre os próprios escravizados, os quais não tinham liberdade para vivenciar sua religiosidade de forma idêntica às cerimônias e crenças de suas raízes étnicas. Por isso, foram sendo criadas alternativas correlatas, mesclando-se aspectos das religiões de matriz africana e aspectos da religião católica, forjando-se, com isso, um sincretismo religioso. (PRANDI in SANTOS, 2009).

Durante o diálogo, foi possível constatar que não há nenhum saber consolidado a partir do estudo das raízes religiosas africanas, tampouco a partir do conhecimento acerca da postura adotada pela Igreja Católica durante o período escravocrata. Dependente de recursos provenientes majoritariamente de atividades vinculadas à práticas esvagistas, a igreja foi conivente com o processo de dominação (SILVA, 2022). Além disso,

A ideia de pertencer à uma única religião verdadeira promoveu a convicção de que os não pertencentes – isso é os seus vizinhos territoriais – deviam ser justamente escravizados: Cada guerra se converteu numa guerra religiosa na qual o homem lutava não apenas pelo lucro ou para se defender, mas também por uma ideia especial e exclusiva de verdade e sobrevivência além-túmulo. Estas guerras de agressão e escravização eram, num amplo sentido, similares às guerras de religião entre cristãos e muçulmanos, ou protestantes e católicos. Converteram-se numa maneira, não apenas justificada e lícita, mas mesmo necessária, de tratar os não crentes com o mesmo tipo de fria e ativa perseguição com que os europeus, por sua parte, haviam tratado os heréticos e os pagãos. Só havia salvação

dentro do próprio grupo; o resto da humanidade, não importa qual a cor da sua pele, estava fora do número dos eleitos (FREITAS in SILVA, 2022, p.31).

Acentua-se, aqui, a relevância das escolas promoverem o conhecimento sobre as religiões de matriz africana. Em termos de preservação cultural, essa ação é imprescindível, pois através dela é possível fazer uma retomada histórica da religiosidade do povo negro, mediando-se a análise dos processos que levaram à reprodução das religiões católica e evangélica.

A BNCC prevê como a primeira das dez competências gerais a capacidade de

“Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BNCC, 2017)

Sendo assim, depreende-se que o estudo da construção da religiosidade na comunidade quilombola é um dos eixos principais para a compreensão da etnografia do grupo. Isso não se refere, no entanto, apenas às pesquisas acadêmicas com vistas a compreensão dessa questão, mas também, e principalmente, ao estudo nas escolas de educação básica do município de Jacuizinho, com valorização das narrativas tanto dos alunos provenientes da comunidade quilombola quanto de seus familiares, simultaneamente aos estudos teóricos.

A naturalização de um sincretismo religioso ocorrido como ramificação de processos colonizadores calcados na supremacia branca é contraposta pela BNCC, que define o Ensino Religioso “como um currículo de base científica e de parte constitutiva das ciências humanas, ou seja, um currículo fundado no paradigma das Ciências da Religião onde o fenômeno religioso é seu objeto de análise” (SILVA, s.d., p.138). Logo, esse componente curricular que, durante séculos, foi dotado de caráter catequizador, alicerçado no proselitismo religioso, é peça fundamental na montagem de um quebra-cabeças que ilustra a cultura religiosa da comunidade quilombola, aspecto esse que alastra-se a vários outros aspectos culturais do grupo ao longo de sua constituição. Ressalta-se que

O Ensino Religioso tem, assim, o compromisso de desmistificar conceitos naturalizantes, que ao longo da história foram instituídos por interesses políticos e de grupos religiosos. Diante de tudo isso, o professor de Ensino Religioso tem o desafio de contribuir na formação de indivíduos críticos e

reflexivos, preparando-os para o exercício de uma sociedade mais democrática. (SILVA, s.d., p.139)

Ao analisar-se as Matrizes de Referência da rede estadual de educação do Rio Grande do Sul, nota-se que a tarefa de promover a reflexão acerca dos aspectos da formação religiosa das comunidades quilombolas não se restringe ao professor de Ensino Religioso. Contemplando a Lei Nº 10639/2003, as Matrizes abordam, de diferentes maneiras, a cultura afrobrasileira. Tais abordagens estão presentes nas diversas áreas do conhecimento, com sugestões de habilidades para os temas transversais.

Um exemplo de habilidade a ser trabalhada em Língua Portuguesa no 1º ano do Ensino Fundamental é possível citar “conhecer diferentes literaturas de origem africana, afro-brasileira e indígena, conhecendo sua história” (Rio Grande do Sul, 2023, p.7). A partir da literatura, é possível realizar inferências voltadas à religiosidade, proporcionando o conhecimento das diferentes crenças e, com isso, desmistificando tabus formados em torno de religiões de matriz africana.

O Documento Curricular Territorial do município de Jacuizinho é outro importante norteador no trabalho com a religiosidade dos povos afrodescendentes. Elaborado a partir do Referencial Curricular Gaúcho (RCG) que, por sua vez, foi elaborado a partir da BNCC, esse documento preconiza o desenvolvimento de habilidades a partir da realidade local. Então, havendo Comunidade Remanescente de Quilombo no município, é natural que haja o estudo de sua etnicidade ao longo de sua história, a qual tem como marco inicial o tráfico negreiro e o processo de escravização e aculturação.

Tão importante quanto o compromisso escolar com a cultura religiosa plural é o compromisso com a cultura artística. Chimamanda contou que há algum tempo existia aula de capoeira na cidade, mas que não há mais. As causas para o fim desse trabalho ela desconhece.

A capoeira é um dos maiores símbolos de resistência do povo negro. Mescla de dança e luta, ela é representação latente da identidade cultural de um povo que, mesmo espalhado por várias regiões do território brasileiro e enfrentando um sistema de repressão, foi capaz de manter, até a atualidade, essa prática que surgiu como mecanismo de defesa, com o potencial de tornar o corpo uma arma, e que transformou-se em gingado rítmico presente em momentos de descontração

(PALMEIRO, 1997).

As mesmas diretrizes aplicadas ao estudo da religiosidade precisam ser aplicadas ao estudo da capoeira. Os documentos norteadores da educação, quer sejam eles nacionais, estaduais ou locais, são enfáticos ao destacar a importância da preservação e valorização da pluralidade cultural que permeia o território brasileiro e, apesar da BNCC trazer uma nova abordagem das habilidades a serem desenvolvidas, as memórias dos povos há muito são patrimônio a ser estudado na escola. Sobre isso, pode-se questionar:

“ Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou são ensinadas na escola brasileiras?” (NASCIMENTO, 1978, pág. 95)

Os questionamentos multiplicam-se à medida que se propõe a reflexão sobre o “branqueamento cultural” na região que circunda a Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões: por que não cita-se a etnia afro na descrição da composição étnica do município? Por que não há a presença da comunidade quilombola na elaboração do Projeto Político-Pedagógico das escolas onde há alunos quilombolas? Por que não há esforços para a desmistificação acerca das religiões de matriz africana? Onde está o reconhecimento das danças, artesanato e outras manifestações culturais características do povo afrodescendente?

Considerando-se a educação a base da consciência e a consciência a base da memória e do futuro, promover o reavivamento de raízes culturais étnicas é promover a construção de um futuro democrático, com todas as cores da cultura local. Esse processo inclui horizontalmente todos os munícipes e, aqui, pode-se voltar a mencionar a interseccionalidade, pois há uma intersecção cultural rica e que pode favorecer a expansão das práticas locais através da diversificação do repertório das manifestações culturais.

Nessa diversificação, há de citar-se a culinária, aspecto de imensa relevância na identidade de um povo. Na sequência da conversa com a Senhora Almeri, com participação de mais mulheres da comunidade, sua cunhada, casada com o presidente da comunidade, falou sobre o sonho de poderem produzir alimentos beneficiados, num modelo de agroindústria familiar. O grupo contou sobre a alegria

que é reunir-se no salão comunitário para cozinhar, sobretudo quando é para a festa realizada em novembro, mês da Consciência Negra.

Esse aspecto é bastante significativo ao considerar-se o caráter plural da educação, uma vez que a gastronomia desenvolvida pelos povos afrodescendentes é rica e representa a capacidade de adaptação cultural de acordo com os ingredientes disponibilizados. Ou seja, a gastronomia é uma síntese do potencial de um povo de reinventar maneiras de sobreviver e adaptar até mesmo pratos relacionados à religiosidade (MEIRELES, 2021). Consequentemente, além da culinária em si, é possível a realização de diversas análises a partir dela, iniciando com suas contribuições na gastronomia local até o debate sobre a resistência à aculturação através da incorporação de novos alimentos conforme a disponibilidade dos mesmos. Isso é de extrema significância na construção identitária dos membros da comunidade quilombola.

A atual etnografia da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões é resultado tanto do processo de exclusão quanto do processo de reconhecimento iniciado a partir da definição territorial realizada pelo INCRA (ANJOS, 2009). Chimamanda, com a narrativa corroborada pelas demais mulheres presentes no diálogo, contou que inicialmente todos sentiam-se constrangidos ao serem chamados de quilombolas: “A gente não gostava, não tava acostumado... Depois a gente foi entendendo o que era isso, essa palavra. Agora a gente tem orgulho de sê quilombola, tem orgulho de vivê aqui”.

Sobre esse estranhamento, Arruti (in SILVA, 2022, p. 43) explica que “Comunidade remanescente de quilombo é categoria social recente e representa força, relevante no contexto rural brasileiro, apresentando nova tradução ao que era conhecido como comunidades negras rurais”. Assim, a fala da Senhora Almeri reflete a transição entre uma época na qual ela e seus familiares moravam de favor em uma área de terra, chegando à contemporaneidade, com a identidade quilombola vinculada ao histórico étnico associado ao trabalho e à territorialidade.

Esse autorreconhecimento, chamado por Silva (2022) de afirmação étnica, teve grande participação da Emater de Jacuizinho e da Cáritas Cruz Alta, ambas lembradas em diferentes etapas da conversa, incluindo a mostra de fotos de diversos momentos de compartilhamento de experiências. Conforme o grupo, esses momentos, sendo um deles registrado pela imagem que segue, são importantes e

motivadores, pois a comunidade sente-se valorizada e tem a oportunidade de aprender mais sobre suas próprias capacidades.

Imagem 8 - Reunião do grupo quilombola



Fonte: Arquivo da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões

É interessante refletir sobre a fala do grupo acerca do reconhecimento do próprio potencial a partir de intervenções externas. Denota-se, com tal narrativa, a importância de um movimento de desconstrução da hegemonia branca, o qual não precisa ocorrer em forma de embate cultural, muito pelo contrário: ele ocorre naturalmente a partir do fortalecimento da autoestima e do sentimento de pertencimento de cada membro da comunidade. Esse movimento reverso é significativo, pois

Historicamente, a sociedade brasileira constituiu suas visões, a partir da construção de mitos que justificam a dominação e o controle social por determinado grupo. Às vezes, as maneiras de contar a história justificam a opressão que determinados grupos sociais exercem sobre outros. No caso brasileiro, a história sob a perspectiva eurocêntrica, amplamente difundida, justifica e determina o lugar de cada um no processo de construção do País, elevando a categoria dos brancos e cristãos ao patamar mais alto que na pirâmide étnica, de uma história única, apresenta. A versão dominante da história faz questão de esconder a importância da população negra e suas significativas contribuições para a constituição da história e identidade nacional. (SILVA, 2022, p.36)

Ao orgulhar-se de ser chamada de quilombola, Chimamanda demonstra ter ressignificado sua história, a história de seus antecessores e cria, assim, condições para a escrita de novas histórias através de seus sucessores. Porém, há ainda alguns entraves a essa escrita, entre eles o acesso ao trabalho e à educação.

Conforme a narradora e seu grupo, os jovens da comunidade não têm muitas perspectivas de emprego. Entre os adultos, dois homens trabalham em granjas no próprio município, os outros trabalham nas terras comunidade. Alguns plantam soja, com o trator e plantadeira comunitários, mas a colheita é paga, pois eles não dispõem de colheitadeira e caminhão, o que aumenta os gastos e, conseqüentemente, diminui o lucro. Sobre isso, Anjos (2009) registrou que

Ficou claro, durante as incursões realizadas durante o ano de 2008 que a Comunidade Quilombola de Rincão dos Caixões tem dificuldade no acesso ao diálogo frente às instituições locais que gerenciam as linhas de créditos destinadas ao plantio. Assim, é candente a continuidade de algum tipo de assessoria que possa instruir a comunidade no sentido do acesso a linhas de crédito federais, sendo que, no espaço das relações locais, o grupo encontra-se numa situação desfavorável no acesso a tais linhas de crédito. (ANJOS, 2009, p.112)

É notório, portanto, que o reconhecimento territorial e demarcação da área de terras não foi suficiente para tornar a comunidade independente quanto ao cultivo da agricultura voltada à rentabilidade e que, mesmo após transcorridos 14 anos, ainda não foi solucionado tal impasse.

Essa não resolução permeia o cotidiano da comunidade em todos os aspectos, refletindo na realidade dos mais velhos, que se veem com dificuldades para manter suas famílias, até os mais jovens, que acabam deixando o local em busca de oportunidades. Outro aspecto relativo a essa problemática é que

A comunidade narra que antes do pleito quilombola, os proprietários de terras vizinhos chegavam de carro para buscar as mulheres para limparem suas casas e para fazer comida para a "peonada". Os homens também trabalhavam sistematicamente nas lavouras de soja vizinhas. Após o caminhar do pleito quilombola, esse quadro de relações de trabalho foi alterado drasticamente, sendo que tanto os homens do grupo quanto as mulheres possuem acesso dificultado ao mundo do trabalho do entorno. (ANJOS, 2009, p. 36)

Soma-se a isso o agravante da questão previdenciária. Em virtude da informalidade dos serviços prestados, os membros da comunidade, sem carteira assinada e também sem bloco de produtor rural, permaneciam desamparados quanto à aposentadoria e também quanto aos demais benefícios previdenciários (ANJOS, 2009).

Transcorridos seis anos desde o início da demarcação fundiária, no registro a

seguir, do site racismoambiental.net.br, datado de 04 de julho de 2016, a Senhora Erocilda, com sua filha Chimamanda e outros filhos, acompanha o representante do Incra na imissão de posse da área total e comemora: “A gente têm uma terra onde botar a mão para trabalhar!”

Imagem 9 - Dia da assinatura da demarcação fundiária



Fonte: <https://racismoambiental.net.br/2016/07/04/imissao-na-posse-pelo-incrars-assegura-totalidade-de-territorio-quilombola/>

Na sequência da reportagem, há o comentário da descendente sobre o fato de que, até aquele momento, a única forma de sobrevivência da família era o trabalho de “peão” para os outros e que, com a posse, isso seria diferente. Seguindo, uma neta da Senhora Erocilda também comemora: “Agora nossos filhos conseguem estudar”.

Essas falas registram a interligação entre territorialidade, trabalho e educação como valores basilares da comunidade. Entretanto, a legalização fundiária, desprovida do acompanhamento de políticas públicas suficientes para dar suporte à emancipação produtiva e sem estímulo à permanência dos jovens no ambiente escolar, não promoveu todas as mudanças almejadas pela matriarca e seus descendentes.

Não será discutida aqui a questão da produtividade, mas sim a questão da dicotomia entre a busca pela independência financeira, aliada a outras particularidades, e a dedicação aos estudos, cujo resultado é a não conclusão

sequer da Educação Básica.

Dayo, de 29 anos, neta de Dona Erocilda, revelou através de suas falas aspectos de grande relevância no que tange à identificação dos fatores causais que culminam com a evasão escolar dos membros da comunidade. Ela concluiu o ensino médio e não mora mais em seu local de origem, foi buscar emprego em uma cidade maior, onde casou e teve filhos e explicou:

O ensino médio foi importante. Que bom que eu acabei! Quando eu entrei no mercado de trabalho, para procurar serviço, o mínimo exigido era o ensino médio completo e por causa disso foi muito bom eu ter terminado. No momento eu não estou trabalhando nem estudando, mas quero fazer cursos , quero me especializar. No momento eu tô em casa porque tenho filho pequeno.

Dayo foi pioneira na comunidade ao concluir a educação básica. Anterior a ela, nenhum outro estudante proveniente do local concluiu sequer o primeiro ano do ensino médio. Ela destacou a importância do apoio familiar para que pudesse chegar até o final e explicou que, devido ao trabalho, seus irmãos não concluíram a educação básica:

Eu fui criada pelo meu pai e minha mãe aprendendo que em primeiro lugar os estudos, por isso que eu concluí o ensino médio, e o meu pai sempre trabalhou pra isso, pra gente estudar. Meus irmãos mais velhos não tiveram a oportunidade de estudar, começaram a trabalhar com doze, treze anos. Eu tive porque meu pai já tinha um emprego melhor, a gente tinha uma condição de vida melhor, então eu estudei pra sair daquela vida, a gente foi muito sofrido, viu?

A necessidade de trabalhar para contribuir com a renda familiar muitas vezes faz com que os meninos quilombolas abandonem os estudos precocemente, o que pode impactar negativamente em seu desenvolvimento educacional e futuro profissional (PINTO, 2019). A mesma inferência é feita por Silva (2017), que alerta que

(...) muitos jovens quilombolas enfrentam dificuldades financeiras e têm a responsabilidade de contribuir com o sustento de suas famílias, o que pode levar ao abandono dos estudos e à busca de trabalho remunerado como forma de auxiliar nas despesas domésticas" (SILVA, 2017, p. 56).

Tal realidade pode ser resultado do contexto de exclusão e marginalização enfrentado pelas comunidades quilombolas ao longo da história, que muitas vezes

têm acesso limitado à educação de qualidade, oportunidades de trabalho digno e condições adequadas de vida. As demandas econômicas e familiares podem levar alguns meninos quilombolas a priorizar o trabalho em detrimento da continuidade dos estudos, impactando negativamente em seu acesso à educação e oportunidades futuras.

Essas hipóteses são embasadas por mais evidências na sequência do diálogo com Dayo, que explicou sobre a necessidade dos meninos de trabalhar para poder manterem-se e também para contribuírem com a família:

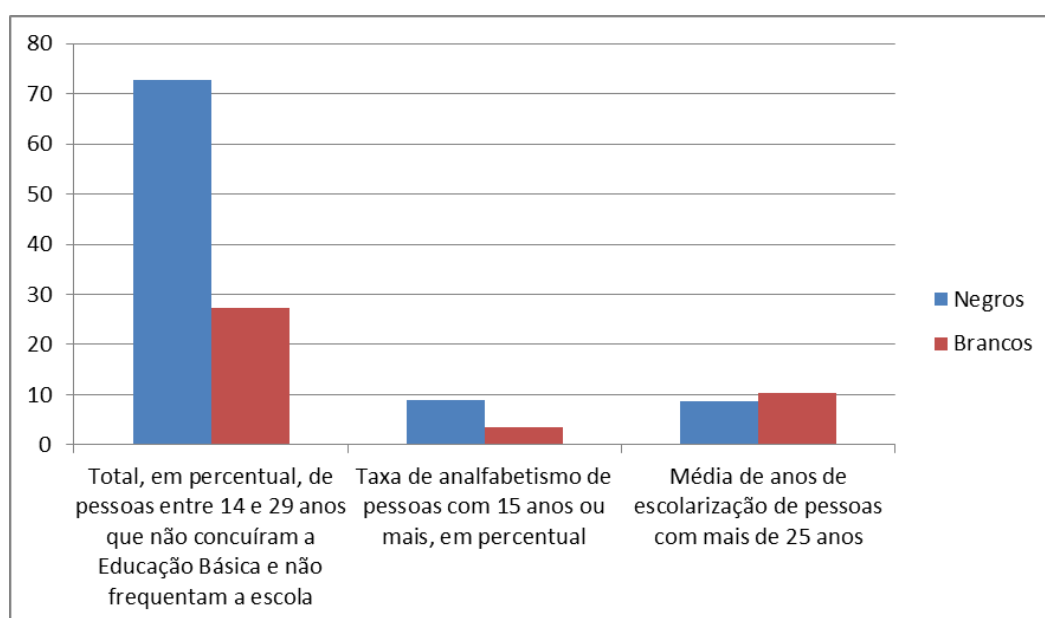
Na minha recordação, nenhum guri da comunidade terminou nem o oitavo ano. A maioria saiu pra trabalhar, acharam que era mais importante o trabalho do que o estudo. Foram deixando a escola para trás para trabalhar. Vários começaram a trabalhar desde cedo. Como nós era mais humilde, tu tinha que trabalhar, comprar tuas coisas, poder ter teu dinheiro pra comprar tua roupa, ter dinheiro pra ajudar os pais...

O abismo social que ainda distancia brancos e negros quanto aos aspectos econômicos é um desafio a ser superado. Nesse cenário, o Bolsa Família é um importante mecanismo de redistribuição de renda e, conseqüentemente, de manutenção de jovens na escola. Conforme dados do IPEA (2023), (...) a importância dos benefícios do Bolsa Família sobre a renda das famílias negras é significativamente maior do que para as famílias brancas. Entre os afrodescendentes, o programa representa 23,1% da renda da família. Para os brancos, 21,6%.” O Instituto ainda aponta que “ a proporção de famílias cujo chefe é preto ou pardo beneficiadas pelo programa – 24% do total de famílias deste grupo no país – é quase três vezes maior do que a das unidades familiares brancas (9,8%).”

Esses números, somados ao depoimento de Jéssica, demonstram que a realidade vivenciada pela Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões assemelha-se à realidade de milhares de famílias negras, uma realidade de escassez financeira que resulta em evasão escolar. Palhares (2020) corrobora com essa afirmação ao divulgar que “ dos 10 milhões de jovens brasileiros que deixaram de frequentar a escola sem ter completado a educação básica, 71,7% são pretos ou pardos. A maioria afirma ter parado de estudar porque precisava trabalhar.” A matéria, com base em dados do IBGE, ainda denuncia que a cada 100 negros com mais de 15 anos, 10 são analfabetos, enquanto o índice de analfabetismo entre os brancos é de 3,6%.

Conforme dados do PNAD (2020), no ensino fundamental não há significativa discrepância entre negros e brancos, porém, a partir do 6º ano, o processo de evasão escolar de estudantes negros, principalmente meninos, começa a acentuar-se. O gráfico que segue ilustra a disparidade entre negros e brancos através da análise de três descritores, todos de 2019: pessoas de 14 a 29 anos que não frequentavam, naquele período, a escola e não terminaram a educação básica, taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais e, na sequência, média de anos de escolarização de pessoas com mais de 25 anos.

Gráfico 2 - Disparidade escolar entre negros e brancos



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base em dados do PNAD analisados por Palhares (2020)

Além da constatação de que o trabalho é uma das causas da evasão escolar, é importante que seja analisado o círculo vicioso que forma-se a partir do momento em que o jovem desiste dos estudos e opta por trabalhar. Sem formação, ele acaba por desenvolver funções de baixa remuneração e também a ter jornadas de trabalho extenuantes.

Quando Dayo falou sobre o fato de que a comunidade cultiva a agricultura de subsistência, lembrou a jornada laboral de seu pai que, entre o momento da saída até seu retorno para casa, envolvia mais de 12 horas:

Até hoje a gente planta boa parte do alimento que a comunidade come. Meu

pai e meus tios foram trabalhar pra fora, porque o que a comunidade não produz, tem que comprar. Então, pra melhorar a vida da família e da comunidade, foram trabalhar pra fora. Meu pai levantava sempre às quatro ou cinco horas e ia a pé pro serviço, até às sete da noite. Ele trabalhava em granja, sem carteira assinada, caminhando todo dia 7 quilômetros pra ir e 7 pra voltar. Ele nunca ganhou muito, mas a gente vivia bem, a gente tinha o que comer. E hoje ainda é assim.

A narrativa demonstra uma situação de precariedade quanto às condições de trabalho enfrentadas pelo pai da narradora. Theodoro (2008) traz uma retomada da formação econômica do Brasil, evidenciando a exploração das práticas escravocratas. Não haverá, aqui, prolongamento quanto a esse ponto por supor-se que é de conhecimento de todos as barbáries cometidas durante o período de escravidão, porém é necessário que sejam discutidos os desdobramentos de tais ações, os quais reverberam até a contemporaneidade.

Mesmo após o término legal do tráfico negreiro e, posteriormente, da escravidão, as oportunidades de trabalho ao negro continuaram calcadas na desigualdade. Com uma sociedade que objetificava e excluía pela cor da pele, o século XIX foi marcado pela marginalização do negro:

Exploração do tipo compulsório, de um lado, e massa marginalizada de outro, constituem amplo processo decorrente do empreendimento colonial-escravocrata, que iria se reproduzir até épocas tardias do século XIX. Sistema duplamente excludente, pois a um só tempo cria a senzala e gera um crescente número de livres e libertos, que se transformam nos desclassificados da sociedade (KOWARICK, in THEODORO, 2008, p.22)

A Lei Nº 601/1850, a chamada Lei de Terras, definiu a compra como única forma de obtenção legal de áreas de terra e reconheceu a posse após 1822 apenas das áreas registradas em cartório ou paróquias. Assim, houve a ascensão das grandes propriedades e, paralelo a isso, o incentivo à imigração de europeus pobres para trabalharem nas plantações e a impossibilidade de ex-escravos e seus descendentes terem acesso à propriedade (THEODORO, 2018).

Assim teve início o processo de “branqueamento” da mão-de-obra, com a consideração de que imigrantes italianos e alemães eram forças produtivas mais adequadas ao novo contexto econômico do que negros (THEODORO, 2008). Sobre isso, Anjos (2009) transcreve um artigo datado de 16 de abril de 1986, publicado na cidade de Cruz Alta (distante 90 km de Jacuizinho), pelo jornal Aurora da Serra, que traz a orientação para que seja priorizada a contratação de mão-de-obra de

imigrantes italianos, mas com algumas precauções:

[...] devemos nos precaver com real cuidado na introdução desses últimos [o italiano] em cujo país superabunda uma parte da população péssima, essa então pode ficar por lá, já temos de sobra uma massa enorme de libertos e de escravos suficientes para nos incomodar. Precisamos, sim, de gente, porém, morigerados de bons costumes e trabalhadora. (Jornal Aurora da Serra apud ANJOS, 2009, p.31)

O artigo denota a arbitrariedade do pensamento dos latifundiários e também da mídia impressa acerca da presença do negro na sociedade da época. Analisando tal informação interseccionalmente ao fato narrado anteriormente quanto ao abandono da mão-de-obra da comunidade de Rincão dos Caixões após o pleito pela terra, é possível constatar que essa mentalidade perpetuou durante décadas.

Ao negar trabalho em virtude da cor ou da reivindicação por direitos, ou utilizar a mão-de-obra negra sem legalização do vínculo trabalhista, o impacto vai além da questão isolada. Sem trabalho, sem meios de produção, sem amparo previdenciário, a Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões enfrentou dificuldades financeiras que marcaram, inclusive, a trajetória escolar de suas crianças e jovens. A narrativa de Dayo ilustra esse contexto: “A gente sofreu muito preconceito por ser mais humilde, usar roupa usada, roupa que a gente ganhou... Entendeu? Pelo material escolar mais simples...”.

Essa fala é um importante apontamento acerca das vivências escolares dos membros da comunidade. Conforme registrado anteriormente, nos aspectos sobre o município de Jacuizinho, o contingente populacional apresenta baixas condições econômicas. Por conseguinte, as escolas locais retratam essa realidade: maioria de alunos provenientes de famílias com baixa rentabilidade. Entretanto, mesmo assim os alunos oriundos da Comunidade Quilombola não eram considerados de forma equitativa.

Essa diferenciação remete a três questionamentos: o preconceito era exclusivamente em virtude da situação econômica ou havia um viés racista? Se estudantes com baixas condições financeiras viam-se como economicamente superiores aos estudantes da Comunidade Quilombola, havia uma situação de miserabilidade? Quais as ações efetivadas para mitigar tal situação?

Aqui, é salutar a análise acerca da interligação entre a cor da pele, as condições socioeconômicas e as abordagens escolares. A cada quatro pessoas

brasileiras na linha da pobreza, três são negras. Um dos fatores de maior relevância na composição dessa estatística é a escolaridade: apesar das ações afirmativas de fomento ao ingresso e permanência no ensino superior, a evasão escolar de estudantes negros na educação básica é alta. Como resultado, essa parcela, majoritária, da população acaba tendo poucas opções de trabalho (VIEIRA, 2016).

A escola, por sua vez, acaba contribuindo para a manutenção desses dados ao não adotar metodologias eficazes de prevenção e enfrentamento a situações como a relatada por Dayo. O ambiente escolar é pilar essencial na construção da identidade das crianças, porém há, ainda que sem ações propositais, uma pedagogia do branqueamento (MOREIRA-PRIMO e FRANÇA, 2020).

Essa pedagogia, pautada na eurocentração da educação, muitas vezes é baseada no senso comum, o qual, dado o caráter segregador desenvolvido pela sociedade brasileira desde sua formação, privilegia o branco. A exemplo disso, é possível citar a crença na superioridade biológica do negro, a qual é utilizada para corroborar com a ideia de que ele tem mais propensão ao trabalho baseado na força do que em atividades que envolvam raciocínio mais elaborado:

A superioridade biológica do negro, na tradição oral, refere-se a uma resistência física, longevidade e capacidade para trabalhos brutos. A análise das representações coletivas que significam uma superioridade biológica do negro pode ser feita, fecundamente, na paremiologia³⁷ e em algumas quadrinhas do nosso folclore. A análise do material recolhido mostra que se trata de uma superioridade apenas aparente, pois os traços que poderiam caracterizar o negro como ser superior são aqueles que simbolizam uma verdadeira inferioridade e que definem a "besta". Em se tratando de trabalhos de raciocínio, logo aparece o branco para dirigir o preto e mandar nele (FERNANDES, 1972, p. 205).

Outra questão a ser analisada quanto à pedagogia do branqueamento é a visão equivocada de alguns profissionais da educação de que as questões de raça são mais observadas pelo próprio negro do que pelos demais alunos. Assim, acaba-se considerando que ele próprio não se aceita e que é isso que interfere na sua construção identitária (OLIVEIRA, 1994). Logo, a escola, mesmo com os dispositivos legais e os crescentes recursos pedagógicos com foco na valorização das diferentes

³⁷ A palavra "paremiologia" é derivada do termo grego "paroimia", que significa "ditado" ou "provérbio". O sufixo "-logia" é utilizado para indicar a área do conhecimento que estuda determinado tema. Portanto, a paremiologia é a "ciência" ou o "estudo" dos provérbios.

etnias, ainda está longe de ser, como preconiza Freyre (1999) popularizou como democracia racial.

Retomando a visão pedagógica já discutida anteriormente de que é cultural a questão da evasão escolar na Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões, é importante interceccionalizar com depoimento de dayo, que falou sobre as dificuldades de deslocamento para ir da comunidade até a escola: *“A gente tinha dificuldade pra se deslocar de casa até a escola. No começo ia um ônibus buscar nós, mas quando chovia, as estradas eram muito ruins, o ônibus não descia...”*. Na sequência, ela relatou: *“Depois a gente ficou um tempo sem o ônibus, porque não queria descer buscar a gente. A gente ia a pé. Depois botaram um transporte mais pequeno buscar a gente, uma kombi, mas ela quebrava bastante e a gente ia a pé”*. A jovem narrou que num determinado período passou a estudar em Tunas, município vizinho, e, ao retornar a Jacuizinho, seguiram os problemas no transporte.

O transporte escolar é um fator determinante para o acesso e a permanência dos alunos na escola, especialmente nas áreas rurais e remotas. Quando este serviço é inadequado ou inexistente, muitos alunos são obrigados a faltar às aulas, o que contribui para a evasão escolar e para a exclusão social (REPULHO, 2006).

De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a oferta de transporte escolar é uma das ações do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), que tem como objetivo garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola, especialmente em áreas rurais e de difícil acesso. No entanto, muitas vezes os recursos são insuficientes para atender à demanda, o que leva a problemas como falta de veículos em número suficiente, manutenção inadequada, rotas muito longas e precariedade das estradas. Além disso, a gestão do transporte escolar muitas vezes é descentralizada e fica a cargo dos municípios, o que pode resultar em diferenças significativas na qualidade e na oferta do serviço entre regiões diferentes.

Para enfrentar esse problema, é necessário que haja uma atuação conjunta dos governos federal, estadual e municipal para garantir o acesso ao transporte escolar de qualidade para todos os alunos que precisam desse serviço. Isso inclui o investimento em infraestrutura e manutenção dos veículos, a ampliação da oferta de rotas e a otimização das existentes, além de ações para aumentar a eficiência e a

transparência na gestão do programa, como a capacitação dos gestores municipais e a fiscalização do uso dos recursos.

A simplificação das causas da evasão escolar e a responsabilização de apenas um agente, sobretudo o próprio estudante negro, é mais um dos aspectos da pedagogia do branqueamento que, vale salientar, pode ser um processo inconsciente, arraigado na construção histórico-social do educador. Nesse sentido, é salutar observar um trecho da fala de Dayo que demonstra a expectativa dela e de outros membros da comunidade acerca da escola:

Eu comecei na Tomás, uma escola muito boa, com professoras que foram muito legais comigo. Depois fui pra Menino Jesus, uma escola maior, então... Eu fiquei meio assim, né? Criança, né? Tu sai de uma escola pequena e vai para uma escola maior, tu se sente meio assim... Quando eu saí da Tomás pra ir pra uma escola grande, nossa! Era muito importante! Nossa! Ir para junto dos grandes! Pra nós era uma felicidade, era uma coisa muito especial. E levo muita coisa boa destas duas escolas. Tenho lembranças muito boas.

A partir dessa fala, é possível analisar que há uma ruptura após a conclusão das séries iniciais na Escola Municipal de Ensino Fundamental Tomás Antônio Gonzaga, o coleginho, como referiu-se a matriarca durante sua narrativa. Ao partir para uma escola de maior porte, o sentimento de felicidade mescla-se ao medo do novo. Nessa transição, acentua-se a problemática da evasão. Assim, é necessário pensar-se sobre as estratégias de incentivo e acolhimento no novo ambiente, de tal maneira que os estudantes provenientes da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões fortaleçam o sentimento de pertencimento ao novo ambiente.

A narrativa elucidada o quão valorosa foi a experiência com a educação escolar de Dayo que, tão bem ciente de suas potencialidades, trabalhou como estagiária do CIEE na Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonel de Moura Brizola durante o segundo e terceiro ano do Ensino Médio. Ela atribui esse fato tanto ao ambiente escolar, onde ela sentia-se bem, como ao desenvolvimento pessoal através da dança no Grupo Pérola Negra:

O grupo Pérola Negra foi o primeiro projeto que a gente ganhou, nós, da juventude, pra fazer. A gente se envolveu muito, se dedicava bastante. Depois veio a profe Ananda, que foi a melhor coisa que aconteceu pra nós, que nos incentivou mais, botou mais pilha pra gente se interessar mais na dança, na música, nas apresentações. A gente se mobilizava para ir nos

ensaios, pra fazer dar certo.

A dança é uma expressão cultural essencial na construção e fortalecimento da identidade negra, bem como do sentimento de pertencimento à comunidade afrodescendente e ligação com os antepassados (MENEZES, 2015). Ela desempenha um papel fundamental na construção e fortalecimento das identidades coletivas em diversas sociedades e, no contexto afrodescendente, ocupa um lugar de destaque, visto que se trata de uma forma de expressão que permite a transmissão e a preservação da cultura e da história dessa comunidade.

Por meio da dança, os afrodescendentes conseguem se conectar com suas raízes e antepassados, tendo em vista que ela é uma expressão artística que está intrinsecamente ligada à tradição e à história africana. Além disso, ela é uma forma de resistência e luta contra a opressão histórica, sendo um meio de afirmação e empoderamento da comunidade afrodescendente.

Ao valorizar a dança como uma expressão cultural essencial na construção e fortalecimento da identidade negra, é possível promover a diversidade cultural e a inclusão social, tendo em vista que é um instrumento poderoso de diálogo intercultural e interétnico, uma vez que

A dança afro é um instrumento importante na construção da identidade negra, pois nela estão presentes elementos da cultura afro-brasileira, que remetem à memória e à história do povo negro no Brasil. Além disso, a dança afro também é uma forma de resistência e luta contra o racismo e a opressão, permitindo que os afrodescendentes expressem sua força e sua beleza" (SILVA, 2018, p.60).

Portanto, a dança e identidade negra são aspectos entrelaçados. Não há uma sem a outra e não há inclusão sem ambas. Como consequência, ao considerar a questão educacional, é possível aferir que a dança pode ser uma potente ferramenta de fortalecimento do sentimento de pertencimento social e que, assim, pode contribuir para o sucesso escolar de estudantes quilombolas. Então, a promoção da arte da dança é viável, ainda que indiretamente, como uma política pública de enfrentamento à evasão escolar. Entretanto, conforme Dayo,

[...] o grupo foi acabando... Primeiro foi o problema da profe, que nem sempre conseguia ir dar as aulas pra nós. Antes ela ia três vezes na semana, mas foi diminuindo porque a prefeitura não quis dar recurso pra ela. Foram criando outros grupos na cidade e o foco ficou só nisso, na

cidade. Foram esquecendo a gente, entendeu? Daí umas gurias foram embora procurar emprego... O grupo foi acabando... Depois geraram outro grupo, com as mulheres mais velhas da comunidade, todos podiam entrar, desde o mais novo até o mais velho. Minha mãe entrou, minhas tias... Esse grupo existe ainda, mas não tem ninguém pra dar aula, pra incentivar. Eu acho que falta muito interesse do recurso público... Já não chamam a gente pra sair, tipo que esqueceram da gente.

A partir dessa fala, é crucial reconhecer que a opressão sistemática enfrentada pelas populações negras ao longo da história do Brasil não se limita apenas ao passado, mas persiste de formas sutis e explícitas nos dias de hoje. A invisibilidade e o apagamento das experiências afro-brasileiras em diversos aspectos da sociedade são sintomas de um sistema enraizado na colonialidade, que perpetua a hierarquia racial e promove o esquecimento das lutas, conquistas e contribuições dos afrodescendentes para a cultura e a história brasileiras (MISSIATO, 2021).

As artes, ciências, religiões e espaços públicos muitas vezes reproduzem estereótipos, preconceitos e narrativas eurocêntricas que marginalizam a herança africana e afro-brasileira. Isso não apenas diminui a diversidade cultural do Brasil, mas também perpetua a desigualdade racial e a exclusão social. No entanto, a resistência persiste como um ato de afirmação da identidade negra e uma rejeição à imposição colonial. As comunidades negras têm lutado incansavelmente para preservar suas memórias, culturas e tradições, mesmo diante das tentativas de apagamento. A consciência de seu lugar de fala e a busca por novas formas de diálogo com os poderes hegemônicos são estratégias importantes para romper com a política do esquecimento (MISSIATO, 2021).

É fundamental reconhecer a importância de reconstruir as memórias afro-brasileiras, não apenas para corrigir as injustiças históricas, mas também para construir uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária. Isso requer a valorização das vozes, perspectivas e contribuições das populações negras em todos os aspectos da vida brasileira e um compromisso contínuo com a desconstrução da colonialidade e do racismo estrutural (MISSIATO, 2021).

Alika, de 23 anos, bisneta de Dona Erocilda, aceitou participar da conversa e lembrou da liderança da bisavó:

A minha bisavó sempre comentava com nós que no tempo dela era mais difícil o acesso ao colégio e hoje os ônibus pega e larga na porta da casa. Ela sempre aconselhava nós que tinha que estudar, que hoje em dia tá mais fácil, né? E ela sempre lutou pelos nossos direitos, como ela é nossa

matriarca. Mas hoje ela não está mais entre nós.

Essa fala remete ao poema que inicia esta seção, comprovando que a realidade do negro, no Brasil, assemelha-se independente da posição geográfica. As dificuldades vividas pelos antepassados construíram pontes entre o povo negro e a oportunidade de ousar vislumbrar um futuro melhor, fato este observado quando Alike contou que "(...) gostaria de fazer um curso, tipo de enfermagem, pra ser enfermeira, poder auxiliar aqui a comunidade, ou um curso de pedagogia pra ajudar aqui em cima o coleginho...".

Depreende-se com esta fala que o desejo de ver a comunidade progredir ultrapassou gerações e continua sendo um aspecto importante na vida dos membros da localidade. Tal desejo é de grande valor, pois dele depende a sequência da cultura quilombola e das tradições locais, pois "Os jovens quilombolas que estudam nas cidades e retornam às comunidades, podem se tornar agentes de desenvolvimento e de transformação, contribuindo para a construção de políticas públicas de inclusão social e de valorização da cultura afro-brasileira" (MARQUES, 2011, p.69).

Evidencia-se, aqui, o atrelamento entre a educação e a promoção da melhoria da qualidade de vida nas comunidades remanescentes de quilombos. O conhecimento científico, na perspectiva da fala da jovem quilombola, não é instrumento apenas de emancipação individual, mas sim coletiva. Ao desejar uma formação, a bisneta de Dona Erocilda vê os anseios de seus conterrâneos como norteadores em suas possíveis escolhas.

Há, nesse sentido, uma congruência atemporal entre a fala da jovem bisneta e os ideais que embasaram o movimento negro brasileiro desde suas primeiras organizações: a consciência de que a educação tem caráter transformador. Assim, é fulcral que

"O conhecimento é uma ferramenta fundamental para a luta pela terra e para a afirmação dos direitos quilombolas. Quando os jovens quilombolas estudam e retornam às suas comunidades, eles trazem consigo novas perspectivas e possibilidades de atuação, fortalecendo o processo de organização e mobilização dessas comunidades." (SANTOS, 2019, p.80)

A educação escolar continua sendo, portanto, uma das mais importantes ferramentas para a luta pela terra e para a afirmação dos direitos quilombolas. Ele

proporciona às comunidades a possibilidade de compreender sua história, cultura e os processos sociais e políticos que influenciam suas vidas. Nesse sentido, a educação é fundamental para a formação de jovens líderes capazes de mobilizar suas comunidades em torno de questões como a garantia do acesso à terra, a promoção da igualdade racial e o fortalecimento da identidade quilombola. Quando esses jovens estudam e retornam às suas comunidades, eles trazem consigo novas perspectivas e possibilidades de atuação, fortalecendo o processo de organização e mobilização dessas comunidades.

A dúvida que surge é: se a protagonista das falas afirma ser mais fácil estudar nos dias atuais, deseja ter uma formação e tem consciência da importância disto, qual é sua escolaridade? Por que ela não está cursando a formação desejada?

Sobre isso, ela explicou: “Eu estudei até o primeiro ano do ensino médio. Parei de estudar por motivos que eu ia ser mãe e tava casada”. De acordo com uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada em 2020, a idade média da primeira gestação no Brasil é de 24,6 anos. No entanto, essa média varia de acordo com a região do país e o nível socioeconômico da população.

Um estudo realizado em 2017 pela Universidade Federal do Maranhão, intitulado "Gravidez na adolescência em comunidades quilombolas no Maranhão, Brasil", analisou dados de 82 meninas quilombolas com idades entre 12 e 19 anos. O estudo encontrou uma prevalência de gravidez na adolescência de 45,1%, sendo que 70,7% das meninas que engravidaram tinham entre 15 e 19 anos. A maioria das gestações (71,8%) foi planejada e a principal razão para engravidar foi o desejo de ter um filho para construir um novo núcleo familiar.

Outro estudo realizado numa comunidade quilombola localizada no interior da Bahia corrobora com os referidos dados. Com base em uma pesquisa de campo de cunho etnográfico, com a inclusão de narrativas autobiográficas, a autora obteve informações que trouxeram à tona a mescla entre fatores como desejo de independência (compreendido como necessidade de formar a própria família), boa aceitação familiar da gravidez na adolescência e também reprodução da realidade histórica, entre outros (SILVA, 2012).

Situação análoga é percebida na Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões, pois, como já foi discutido anteriormente nesta pesquisa, a narrativa de Alika é extensiva não somente a outras jovens da comunidade como

também a mulheres de gerações anteriores. Este fato alerta que há a repetição cíclica dos fatores casamento e gravidez precoce, os quais resultam na evasão escolar.

Na sequência, é possível analisar outro fator que corrobora para a evasão escolar:

A juventude do meu tempo sempre tinha aquele sonho em estudar, se formar. Uma queria ser enfermeira, outro queria ser doutor, só que no nosso tempo não tinha as possibilidade que têm hoje. Só que nós, da comunidade, a gente sabe que vem verba, que tem... É tipo... Só nós da comunidade correr atrás, só que como não é muito falado nem pelo pessoal da prefeitura, a gente acaba deixando, não indo atrás.

É possível perceber neste trecho que há, atualmente, o conhecimento da existência de políticas públicas de fomento à formação escolar quilombola a nível de ensino superior. Porém, nota-se que há pouco tempo não era comum tal consciência, uma vez que a narradora de apenas vinte e três anos diz que no “seu tempo” não havia as atuais possibilidades. Isso configura um forte indicativo de que um dos fatores da evasão escolar quilombola, num passado recente, poderia ser a falta de perspectiva de seguir o processo formativo a nível superior ou técnico.

Essa suposição é fortalecida quando Alika complementou sua fala contando que há alguns meninos da comunidade que estão estudando e explicou: “Eu acho que hoje, como nós da comunidade, a gente tá aconselhando eles, eles gostariam de estudar, se formar em técnico de agropecuária, técnico de alguma coisa, né? Eles têm o sonho.”

De acordo com dados do Censo Escolar de 2020, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a taxa de escolarização de crianças e jovens quilombolas no Brasil é de 81,1% para o Ensino Fundamental e de 52,5% para o Ensino Médio. Esse cenário pode ser agravado ao considerar-se que muitos estudiosos apontam que as taxas oficiais de escolarização podem estar subestimando o número de crianças e jovens quilombolas que estão fora da escola, uma vez que muitas vezes elas são registradas como negras ou pardas, sem menção à sua origem quilombola (FERREIRA, 2018).

Urge, diante destes números, que o sonho dos meninos quilombolas de obterem uma formação técnica ou superior não seja interrompido por barreiras encontradas por eles no ensino fundamental ou no ensino médio. Uma dessas

barreiras pode ser identificada através da fala de Camila, que, ao conversar-se sobre bullying, disse: “Eu acho que nunca sofremo bullying na escola, só que tinha aquelas piadinha, chateada, mas a gente nunca fez conta”.

Esse comentário possibilita três apontamentos principais. O primeiro é sobre a jovem contar que passou, assim como seus consanguíneos, pelas situações citadas. O segundo diz respeito ao fato de que ela não tem o entendimento de que aquilo que chama de “piadinha, chateada” é, na verdade, preconceito racial. O terceiro é um alerta à questão do silêncio perante as práticas. Desta forma, o relato corrobora com a ideia de que

"O racismo é tão sutil que o negro muitas vezes não entende que está sofrendo racismo. Ele acha que é incompetência dele, ele acha que é alguma coisa que ele não sabe, ele acha que é uma falha dele. É muito difícil para o negro compreender que ele está sendo discriminado, porque ele cresceu assim, ele cresceu sendo discriminado, ele cresceu vendo a discriminação, então isso para ele é normal." (GONZALEZ apud RATZ e RIOS, 2018, s.p.)

As “piadinhas” são frutos do preconceito racial. A falta de percepção dessa realidade acontece porque o racismo está enraizado na cultura brasileira e muitas vezes é reproduzido de forma tão natural que não é percebido muitas vezes pelas próprias pessoas que são alvo das atitudes preconceituosas. Conforme a psicóloga Liliane Rocha (2021) "o racismo sutil é uma forma de violência que pode gerar consequências graves para a saúde mental do negro, pois ele pode internalizar a ideia de inferioridade". A falta de consciência sobre a discriminação racial pode ter efeitos negativos na autoestima e autoconfiança da comunidade negra, e contribuir para problemas psicológicos como o sentimento de incapacidade. Por isso, é fundamental que a sociedade promova uma cultura de valorização da diversidade e inclusão, para que todos possam viver em um ambiente respeitoso e igualitário.

Ao calar-se durante situações de preconceito, corrobora-se, ainda que imperceptivelmente, para que sejam mantidas as estruturas do pensar e do fazer segregacionista, incapaz de reconhecer que a identidade racial é tão fundamental quanto às demais construções identitárias. Ribeiro (2016) explica que "no Brasil, a construção da identidade racial é complexa e permeada por contradições e conflitos. A autoafirmação da negritude é uma forma de resistência ao racismo, mas também pode gerar tensões e desafios no âmbito das relações sociais."

Nesse sentido, a afirmação da negritude é uma forma de resistência ao racismo estrutural, que tem impactos profundos na vida social e política do país. No entanto, essa autoafirmação pode gerar tensões e desafios no âmbito das relações sociais, uma vez que as percepções e atitudes em relação à raça são influenciadas por fatores históricos, culturais e políticos, que moldam as visões de mundo e os valores individuais e coletivos.

A escola, como espaço de convivência entre diferentes identidades, é um ambiente de importância ímpar na mediação dessas tensões e conflitos e na construção de uma consciência pautada na pluralidade. Todavia, esse processo não ocorre de forma automática, é necessário que haja práticas pedagógicas com tal intencionalidade, capazes de colocar em pauta, de maneira permanente, questões referentes às identidades, neste caso, a racial.

A narrativa de Alika coloca em evidência a insuficiência das práticas comprometidas com a equidade racial: “No meu tempo de escola nós estudava sobre a cultura negra como os quilombolas só no dia da consciência negra, porque depois não era lembrado, né? Era bem pouco lembrado a nossa cultura no colégio.”

É comum que muitas escolas tratem do tema da cultura negra somente durante o mês de novembro, que é o mês da Consciência Negra. No entanto, essa abordagem pode ser considerada superficial e limitada, uma vez que a história e a contribuição dos negros para a sociedade são extensas e não podem ser resumidas em apenas um mês do ano. Além disso, é importante que a educação antirracista seja trabalhada durante todo o ano letivo, de forma transversal e integrada ao currículo escolar, para que possa haver uma transformação real na forma como a sociedade enxerga e valoriza a cultura e a história negra. Sobre isso, Munanga (2004) enfatiza que

“É essencial que a educação antirracista seja uma prática constante nas escolas, e não apenas uma ação pontual durante o mês de novembro. A invisibilidade da história e cultura negra no currículo escolar tradicional é um sintoma do racismo estrutural e perpetua a desigualdade. É preciso transformar a escola em um espaço que valorize e respeite as diferenças.”(MUNANGA, 2004, p. 121)

A falta da promoção de uma educação comprometida cotidianamente com o antirracismo é um dos entraves à formação escolar de estudantes negros e um dos pilares de manutenção das estruturas excludentes. Silva (2017, p.27) alerta que

"Na educação escolar quilombola, a evasão é resultado da falta de compreensão das especificidades culturais, da inadequação dos projetos pedagógicos e da ausência de políticas públicas que garantam a inclusão e a permanência dos estudantes quilombolas nas escolas".

A adoção de uma perspectiva antirracista na prática pedagógica da escola é uma medida imprescindível para a promoção da inclusão e do sucesso escolar de estudantes negros. Nesse sentido, é fundamental que as instituições de ensino revejam seus materiais didáticos e realizem a formação continuada dos professores, com o objetivo de erradicar conteúdos e práticas que reforcem estereótipos e preconceitos raciais. A implementação de políticas públicas que contemplem as especificidades culturais e históricas dos estudantes negros é igualmente relevante para garantir a igualdade de oportunidades e a superação das barreiras que historicamente os impedem de usufruir plenamente de seus direitos educacionais. Dessa forma, a construção de uma educação realmente inclusiva é uma condição *sine qua non*³⁸ para o desenvolvimento de uma sociedade com vivências e oportunidades que contemplem as subjetividades de cada identidade.

Uma forma de promover esse processo inclusivo é, por exemplo, através da valorização da dança de origem afro. Já citado em narrativa anterior, Alika lembrou, no decorrer da conversa, que participou, quando mais jovem, do grupo de dança:

A gente tinha o grupo Pérola Negra, formado por treze menina. Era muito divertido, era bom, era um tempo que a gente se juntava pra se distrair, momento da alegria... Saber que a gente saía nas outras localidade representar a comunidade quilombola e ser reconhecida como quilombola, isso é um orgulho pra nossa comunidade, né?

Sobre a referida representação, é amplo o acervo de fotos de apresentações do grupo. Tais imagens estão disponíveis na Internet tanto em sites locais quanto regionais, com algumas publicações em mídias do Estado e até mesmo nacional. Uma dessas imagens é a que segue:

³⁸ *Sine qua non* é uma expressão em latim que significa "uma condição indispensável" ou "algo absolutamente necessário", sem o qual um objetivo, resultado ou situação específica não pode ser alcançado ou mantido.

Imagem 10 - Apresentação do Grupo de Danças Afrobrasileiras Pérola Negra



Fonte: Jornal Visão Regional (2017)

O registro é referente ao 5º Encontro das Comunidades Quilombolas, ocorrido em Fortaleza dos Valos, município distante 61 km de Jacuizinho, em novembro de 2017. A reportagem explica que o evento, cujo tema foi Identidade e Empoderamento Quilombola, teve o objetivo de celebrar o Dia da Consciência Negra e foi promovido pela Cáritas Diocesana de Cruz Alta, com o apoio da Emater, IFRS Campus Ibirubá, Unicruz e prefeitura de Fortaleza dos Valos e reuniu cerca de 250 pessoas.

A presença e o apoio dessas entidades denota a valorização da diversidade e o reconhecimento da necessidade de promover a igualdade de oportunidades para as comunidades quilombolas. A união em torno de um objetivo comum evidencia o compromisso coletivo de combater as desigualdades históricas que afetam essas comunidades e a busca pela superação das barreiras que limitam seu pleno desenvolvimento.

Nessa perspectiva, a participação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões no encontro não apenas representa um momento de celebração, mas também se configura como uma importante oportunidade para discutir questões sociais e políticas relacionadas à igualdade racial e ao empoderamento quilombola. Através de debates, palestras, oficinas e outras atividades, foram abordadas questões como acesso à terra, educação, saúde,

cultura e participação política, visando promover ações efetivas e políticas públicas que promovam a equidade e a justiça social.

Percebe-se, assim, que a dança, além de promover a integração da própria comunidade e o fortalecimento identitário, possibilita a ampliação de vivências alusivas a pautas que são comuns a outras comunidades quilombolas. Desta forma, essas pautas tornam-se mais robustas, unindo as comunidades em prol de objetivos coletivos.

Entre esses objetivos, está a educação. E não restringe-se, neste ponto, à educação escolar quilombola, mas também a todas as práticas educativas comprometidas com o antirracismo e a valorização étnico-racial dos diferentes grupos. Nesse sentido, a Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões tem uma estreita relação com a Universidade de Cruz Alta, que, através do NAPDH (Núcleo de Ação em Pró-Direitos Humanos), promove atividades de pesquisa e extensão voltadas ao referido grupo, conforme ilustra a imagem a seguir:

Imagem 11 - Três gerações do Grupo Pérola Negra



Fonte: <https://home.unicruz.edu.br/napdh/>

Na imagem, está o grupo de danças Pérola Negra, incluindo três gerações descendentes da Senhora Erocilda: filhas, netas e bisnetos(as). É notória a

constituição majoritariamente do grupo que, usando trajes representativos da cultura afro, realizou apresentação em Cruz Alta, em evento educacional da UNICRUZ.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul também possui vínculo com a comunidade de Rincão dos Caixões. Quer seja através da escrita do relatório que embasou o reconhecimento como comunidade quilombola, quer seja através de livros, monografias, dissertações e teses, a UFRGS documentou diferentes aspectos da vida dos membros da comunidade.

Esse olhar acadêmico voltado à pequena localidade interiorana, somado às ações governamentais com vistas à inclusão das temáticas relacionadas à afrodescendência, talvez seja um dos fatores responsáveis pelo ingresso dos primeiros meninos da comunidade no Ensino Médio. Porém, antes da análise dessa assertiva, é necessário pensar sobre os meninos que não concluíram sequer o Ensino Fundamental.

Por meio da narrativa do jovem Kayin, de 21 anos, é possível compreender um pouco mais sobre o contexto da evasão escolar, sobretudo dos meninos, na Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões:

Eu estudei até o oitavo ano, parei de estudar no oitavo ano. Eu não continuei porque tive que trabalhar, daí parei de estudar. Faculdade eu nunca pensei em fazer, mas queria muito fazer o ensino médio, mas não deu, tive que trabalhar.

Mais uma vez, reitera-se o peso da questão socioeconômica na problemática da evasão escolar quilombola. A garantia da posse territorial novamente mostra-se insuficiente no que tange à construção de uma efetiva melhora nas condições de escolarização dos membros da comunidade.

O homem negro, historicamente estereotipado a partir de visões sexistas e racistas, teve sua intelectualidade desconsiderada socialmente, ao passo que era visto como forma de trabalho (HOOKS, 2004). A respeito disso, há de considerar-se que

Desde a escravidão até os dias atuais, alguns homens negros têm estado na vanguarda dos esforços que os afroamericanos têm realizado para adquirir educação em todos os níveis. Em fins do século XIX e começo do século XX, qualquer homem negro que procurasse passar da escravidão para a liberdade via a educação como uma saída. Durante esse período, a falta de recursos materiais frequentemente obrigava as famílias negras a mandar as meninas para a escola e a empurrar os garotos para procurar

trabalho. (HOOKS, 2004, p. 678)

Percebe-se que a realidade recente, vivenciada por Kayin, segue a mesma regra que os homens negros, há dois séculos, vivenciavam. Esse fato corrobora com a afirmação que a democracia racial é um mito. A decisão enfrentada por jovens negros de abandonar a escola em busca de oportunidades de trabalho reflete a interseção de fatores históricos, econômicos e sociais que perpetuam a desigualdade racial no Brasil. A inadequação do sistema educacional em lidar com as especificidades das comunidades negras, aliada à persistência de estereótipos e preconceitos arraigados, dificulta a formação desses jovens, empurrando-os para um ciclo de baixa escolaridade e limitadas perspectivas de ascensão social.

As limitações ocorridas em virtude da baixa escolaridade impactam diretamente na questão empregatícia. Sem formação, esses jovens não têm escolha: precisam trabalhar nos serviços que surgem, independente de suas aptidões. Sobre isso, Kayin contou:

Eu trabalho em obra. Não gosto muito do meu serviço, eu gostava mais do anterior: eu era vidraceiro, mas tive que trabalhar em obra agora. Antes de ser vidraceiro eu trabalhava na lavoura, ajudava meu pai, trabalhava nas granjas.

Percebe-se, a partir dessa fala, que, ao negro, é frequentemente relegado a um "lugar" social inferior, excluído das narrativas de poder, história e representação. Isso comprova que as profundas desigualdades raciais persistem, muitas vezes mascaradas (GONZALEZ, 2022). A reversão desse processo de exclusão requer investimento em educação, pois assim amplia-se as habilidades e possibilita-se melhora nas oportunidades no mercado de trabalho (Becker, 1964). Porém, a discriminação racial mina os retornos desses investimentos, criando uma disparidade persistente entre negros e brancos (DARITY Jr., 2001). Essa perspectiva complexa ressalta como a discriminação sistêmica não apenas prejudica as oportunidades econômicas dos negros, mas também questiona a eficácia das soluções individualizadas para as desigualdades raciais.

Antes de analisar-se a questão da ineficácia das soluções individualizadas, convém pontuar-se mais uma fala de Kayin sobre sua trajetória escolar e sobre a possibilidade de retornar à escola:

Eu gostava de ir pra escola, só que eu não parava muito na sala. Agora, eu teria que fazer o EJA... Meu pai sempre me incentivou, mas acho que faltou um pouco de vontade da minha parte, mas acho que ainda vou voltar a estudar.

Os alunos, não se apresentam muito motivados, devido a várias dificuldades impostas pela sociedade. Como em qualquer outra escola os alunos apresentam dificuldades em determinadas disciplinas, se sentem desmotivados com aulas que não prendem a atenção deles, no entanto, muitos almejam concluir o ensino básico e construir um futuro melhor. (Mira e Pinto, 2023, p.12)

Pode haver uma dicotomia entre o prazer de frequentar a escola e a aversão pelo ato de estudar. Muitas vezes, os estudantes demonstram afinidade pelo ambiente escolar devido à interação social, às atividades extracurriculares e ao senso de pertencimento, enquanto podem apresentar resistência ao estudo devido a métodos pedagógicos desestimulantes. Essa aparente antítese entre o gosto pela escola e a aversão pelo estudo levanta questões pertinentes sobre como tornar o processo de aprendizado mais cativante e eficaz para os alunos (Libâneo, 1999).

As diretrizes voltadas à educação escolar quilombola, no contexto de discussão, direcionam rumos para que as práticas pedagógicas sejam repensadas e ajustadas, de forma a construir pontes entre o prazer de estar na escola e o gosto pelo aprendizado, enriquecendo assim a experiência educacional para todos os alunos (Brasil, 2012).

Obviamente que o trabalho docente comprometido com a cultura afrobrasileira não requer a sobreposição desta cultura a qualquer outra. Trata-se, sim, de uma somatória de práticas culturais abordadas horizontalmente, pois

[...] o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação. [...] o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação. (SAVIANI, 2008, p.45)

Essa noção essencial sublinha a importância da educação como uma ferramenta vital para a emancipação das massas. Através do acesso ao conhecimento, especialmente aquele que é historicamente moldado pela cultura

dominante, os indivíduos das camadas populares podem não apenas compreender melhor as estruturas de poder que os afetam, mas também adquirir as habilidades necessárias para desafiar e transformar essas estruturas. Assim, a educação se torna um catalisador de mudanças sociais e políticas, capacitando os dominados a participar ativamente no processo democrático e a lutar por seus direitos. Ao adquirirem uma compreensão mais profunda da cultura dominante, os membros das camadas populares podem questionar as narrativas impostas pelos dominadores e buscar alternativas que representem seus próprios interesses.

Porém, a escola não pode se resumir a isso. No processo de ensino e aprendizagem, a perspectiva do aluno desempenha um papel crucial na determinação de seu engajamento e aproveitamento. Quando um aluno percebe que não está construindo conhecimento de maneira efetiva em sala de aula, é provável que seu interesse e motivação para participar das atividades diminuam significativamente. A sensação de não aprender pode gerar um ciclo negativo, levando à falta de engajamento, desinteresse pelas matérias e, por consequência, resultados acadêmicos insatisfatórios (Gardner, 1983).

A escola é espaço propício para a vivência e a prática dos valores e princípios democráticos. Assim, é primordial criar um ambiente educacional que fomente a participação ativa dos estudantes, estimule o discernimento crítico e promova a tomada de decisões de forma colaborativa. Através do engajamento dos alunos em diálogos abertos, na resolução de situações-problema do mundo real e na vivência de experiências práticas, a educação é capaz de contribuir na formação de cidadãos bem informados, habilitados a contribuir significativamente para uma sociedade mais equitativa e engajada. Consequentemente, a educação não se limita a um mero conteúdo a ser ministrado, mas constitui um princípio orientador a ser integralmente incorporado a todo o processo educativo, preparando os alunos para se tornarem agentes conscientes e comprometidos no seio de uma comunidade democrática (DEWEY, 2007).

O reconhecimento e valorização da história do negro no Brasil em aulas desenvolvidas com metodologias ativas podem ser uma forma de ampliar as chances de o aluno gostar não apenas de ir à escola, mas também de estar em sala de aula. Isso é pressuposto básico para que ele possa obter sucesso escolar, diminuindo suas possibilidades de evasão. Essas metodologias, alinhadas aos

princípios da BNCC, são relevantes no sentido de proporcionar uma educação mais centrada no estudante e contextualizada. É importante notar que a escolha e a implementação das Metodologias Ativas devem ser adequadas ao contexto da escola, aos objetivos educacionais e ao perfil dos alunos. Além disso, é fundamental que haja formação docente e acompanhamento para que as práticas sejam efetivamente integradas ao currículo e aos propósitos da BNCC.

Esse processo de formação docente para que o trabalho pedagógico seja desenvolvido de acordo com a BNCC vem ocorrendo de forma efetiva desde o início da implementação do documento, visto que o processo incluiu consultas públicas, debates, revisões e contribuições de diferentes segmentos da sociedade, entre eles os professores. Logo, desde o início da elaboração da Base, educadores de todo o território brasileiro mantiveram-se ativos, sobretudo no momento da construção do Documento Territorial, que, de forma simplificada, pode-se definir como um “roteiro personalizado” de ensino e aprendizagem, pois aborda as particularidades de cada município de forma complementar aos estudos comuns a todo o território nacional.

Essas particularidades, no caso do município de Jacuizinho, mais especificamente no que diz respeito à Escola Estadual de Ensino Médio Menino Jesus, tratam-se do compromisso com a oferta de uma educação capaz de ir ao encontro dos anseios dos cinco estudantes oriundos da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões: dois meninos cursam o 1º ano do ensino médio, dois meninos cursam o segundo ano do ensino médio e uma menina cursa o terceiro ano do ensino médio. Sendo estes meninos os primeiros integrantes da comunidade quilombola a darem sequência ao ensino médio, talvez possa representar um indicativo de que novos caminhos estão sendo traçados no plano educacional do município, com maior igualdade de oportunidades.

Quanto à Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonel de Moura Brizola, oito são os alunos da comunidade quilombola frequentando o ensino fundamental: três meninos e duas meninas no 6º ano, um menino no sétimo ano e um menino e duas meninas no nono ano. Vê-se, também nesta escola, a possibilidade de ruptura do ciclo de evasão escolar dos estudantes provenientes da comunidade quilombola.

Em uma roda de conversa realizada com estes 13 estudantes no dia 06 de setembro de 2023, na biblioteca da EEEM Menino Jesus, todos eles falaram sobre seus sonhos. Cursar Direito e ser advogada, cursar Agronomia, Engenharia Civil,

Ciências da Computação, Artes Visuais... Muitos são os desejos destes adolescentes. Contudo, é necessário pontuar que a conversa foi permeada por demonstrações de vontade de trabalhar para ter o próprio dinheiro, o que descortina a dificuldade de dissolver ciclos de evasão escolar repetidos durante décadas.

Essas aspirações refletem a diversidade de interesses e potenciais desses adolescentes, mostrando a importância de uma educação que seja verdadeiramente inclusiva e que valorize a multiplicidade de trajetórias possíveis. No entanto, é crucial considerar a vontade demonstrada quanto a ter o próprio dinheiro e, por extensão, a independência financeira. Logo, é necessário que ocorra um processo de libertação da ideia de que a melhor opção é a rentabilidade imediata, e esse processo pode ter a escola como principal instituição fomentadora, visto que a educação não deve ser um mero processo de transferência de conhecimento, mas sim um ato de conscientização e transformação (FREIRE, 1996).

Nesse sentido, a educação deve capacitar os indivíduos a compreenderem criticamente o mundo ao seu redor, reconhecendo as estruturas de poder e desigualdade que perpetuam. No contexto da conversa com esses estudantes, a busca por independência financeira pode ser vista como uma resposta à realidade socioeconômica em que vivem. Assim, mesmo sendo incentivados pelas famílias a estudarem, a educação muitas vezes não é percebida como um meio eficaz de ascensão social, ou é vista como uma forma lenta para esta ascensão, sendo preterida em detrimento de opções mais imediatistas, ainda que estas ofereçam um retorno financeiro baixo.

A partir dessas considerações, é fundamental que a educação vá além do mero acúmulo de informações e promova a capacidade de análise crítica e a ação transformadora. No caso desses estudantes, isso implica não apenas encorajá-los a perseguir seus sonhos profissionais, mas também abordar as barreiras sistêmicas que dificultam o acesso equitativo à educação e à mobilidade social. É necessário criar um ambiente educacional que valorize as vozes e experiências dos estudantes, envolvendo-os ativamente na construção de soluções para os desafios que enfrentam (FREIRE, 1996).

Uma jovem, entre os 13 estudantes presentes na roda de conversa, é filha de uma das quatro únicas concluintes do Ensino Médio oriundas da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões. Ela narrou que a mãe iniciou a

graduação, mas não deu continuidade. Os motivos da desistência são desconhecidos pela menina de 17 anos, concluinte do Ensino Médio, que pretende ser advogada, mas disse ainda não ter muita clareza sobre os caminhos para atingir seu objetivo.

Contemplando um dos objetivos da conversa, uma pedagoga da Comunidade Remanescente de Quilombo de Júlio Borges, com laços de consanguinidade com o grupo de estudantes, contou sobre seu percurso formativo na Universidade de Pelotas através das cotas para estudantes quilombolas. Ela narrou sobre os desafios enfrentados ao ser a pioneira em sua comunidade a cursar uma graduação e destacou a importância que isso representou na trajetória de seus pares.

Conforme ela, foram muitas as dificuldades encontradas até mesmo antes de ingressar no ensino superior. Ao sair da comunidade para cursar o magistério na cidade vizinha, deparou-se com a realidade de ser a única negra da turma. Disse sentir-se amedrontada, deslocada por ser uma mulher, negra, do interior, com escassa situação financeira e nenhum conhecimento do mundo exterior à sua comunidade.

Assim como as narrativas de Alike e Ayo, registradas e discutidas ao longo desta pesquisa, a fala evidencia o impacto sofrido pelas meninas da comunidade ao saírem de uma escola pequena e ingressarem numa escola maior. A partir desses depoimentos, nota-se conexões profundas entre raça, gênero e classe presentes nas questões sociais e educacionais no Brasil.

A inadequação da educação convencional em reconhecer a diversidade cultural e as experiências únicas da população negra torna a escola um ambiente estranho ao estudante negro, que encontra pouca representatividade. Ao considerar as histórias de meninas como Alike e Ayo e também da pedagoga presente na roda de conversa, que enfrentam desafios ao ingressarem em escolas maiores, evidencia-se que essa transição não é apenas uma questão de mudança de ambiente físico, mas uma mudança na forma como a sociedade e o sistema educacional percebem, valorizam e incluem essas crianças afrodescendentes.

As identidades e as experiências das pessoas negras são moldadas não apenas pela sua raça, mas também por seu gênero, classe social e outros aspectos de suas vidas, de forma interseccional. Ao aplicar o conceito de interseccionalidade, neste viés, à educação, vê-se que a discriminação e o preconceito racial muitas

vezes se entrelaçam com outras formas de opressão, tornando ainda mais complexa a problemática.

As experiências daqueles que são aqui narradas não podem ser compreendidas de forma isolada, mas devem ser vistas dentro de um contexto mais amplo de desigualdade estrutural. É importante, então, que as vozes negras sejam ouvidas, pois elas denunciam:

Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro, do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles. E o que é que fica? A impressão de que só homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla dá-se o nome de sexismo, racismo e elitismo (GONZÁLEZ, 1982, p. 29)

A educação, como um dos pilares da sociedade, desempenha um papel fundamental na desconstrução dessas hierarquias, exigindo uma abordagem inclusiva que leve em consideração tanto a raça quanto todas as outras dimensões da identidade e da experiência humana. A voz negra precisa ser protagonista na narrativa das histórias do povo negro, bem como na denúncia das desigualdades por ele enfrentadas.

As experiências pessoais e a identidade de uma pessoa influenciam sua perspectiva e sua capacidade de expressar opiniões sobre questões sociais, culturais e políticas. Assim, as pessoas que pertencem a grupos historicamente oprimidos têm um conhecimento privilegiado sobre as formas de opressão que enfrentam e é importante dar voz a essas pessoas em discussões sobre discriminação e desigualdade, de forma que elas, em seu lugar de fala, protagonizem, a partir de suas realidades, a luta pela equidade (RIBEIRO, 2017).

Ao ouvir a história de uma pedagoga negra, com parentesco e com realidade semelhante à sua, o grupo de jovens pode perceber-se em uma conversa que, embora organizada por uma pesquisadora branca, foi marcada por vozes em seus lugares de fala. A imagem 12 ilustra um dos momentos do diálogo.

Imagem 12: diálogo com pedagoga da comunidade quilombola



Fonte: própria autora

Sobre o ingresso no ensino superior, ela contou como a Universidade Federal de Rio Grande (FURG) foi um balizador em sua vida, possibilitando uma formação que foi além do conhecimento acadêmico. Ao ingressar através de processo seletivo para quilombolas, pode vivenciar uma realidade completamente diferente da que estava habituada. Se, em sua região, as mulheres negras seguiam um padrão branco de beleza, lá o cabelo de característica afro e até mesmo as vestimentas que remetiam à cultura negra eram símbolo de resistência e orgulho.

Essa experiência exitosa, marcada pela coragem e pelo desejo de romper com a cultura de que “quilombolas só servem para a agricultura”, foi vanguardista e proporcionou que mais meninas da Comunidade Quilombola de Júlio Borges se motivassem a ousar ter objetivos acadêmicos. Atualmente, há duas integrantes da comunidade cursando medicina: uma na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e outra na FURG, universidade onde estão mais três meninas da comunidade, cursando Direito, Psicologia e Ciências do Campo. Na Linha Fão, comunidade onde estão familiares dos membros das comunidades de Rincão dos Caixões e de Júlio Borges, há dois membros na universidade, cursando Agronomia e Administração.

A partir destes exemplos reais de que é viável, mesmo sem boas condições financeiras, cursar o ensino superior, foram abordadas as maneiras de ingresso na universidade e também sobre o Programa de Bolsa Permanência, que foi instituído

em 2013 com a finalidade de “minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica das instituições federais de ensino superior” (BRASIL, <http://sisbp.mec.gov.br>). Falou-se também sobre moradia e alimentação aos estudantes cotistas, bem como a possibilidade de bolsas, a exemplo das bolsas para iniciação científica, que possibilitam ao estudante a oportunidade de aliar estudos e trabalho na própria universidade. Abordou-se, ainda, sobre os Institutos Federais e as formas de Ingresso.

O grupo mostrou-se bastante atento e uma das estudantes contou que reprovou no sétimo ano por ter desanimado e acreditado que a escola não era um lugar para ela. Contudo, com o decorrer do tempo, percebeu que, assim como os demais, também tem a capacidade de estudar e de se dedicar para atingir seus objetivos. No nono ano, ela afirma que não desistirá enquanto não tiver seu diploma superior. Demonstrando capacidade de observação, esta aluna falou sobre a repetição da evasão escolar em sua comunidade: a gravidez precoce e o casamento, no caso das meninas, e o trabalho, no caso dos meninos, interromperam a vida escolar da grande maioria dos jovens da comunidade. Ela, com bastante desenvoltura, garantiu não querer ser mais uma nessa estatística.

Esta roda de conversa representou, portanto, a síntese de todo o percurso percorrido no decorrer da realização desta pesquisa. Conversou-se sobre estruturas de poder, negritude, preconceitos, superações, lutas dos ancestrais por equidade, direitos conquistados, cultura afrobrasileira, barreiras à conclusão da educação básica, empoderamento, alternativas de acesso ao ensino superior e, sobretudo, o direito de sonhar com um futuro melhor e poder contar com políticas públicas capazes de possibilitar a concretização destes sonhos. Assim, neste ano de 2023, ao celebrar-se duas décadas da Lei Nº 10.639/2003, há de celebra-se também a capacidade que a educação tem de ser o mais potente instrumento de construção da equidade, e, por isso, tanto quanto a terra, compõe a pauta prioritária da luta negra.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Mais da metade do país é negra e se esquece que tem acesso apenas ao resto que ele oferece...Tão pouco para tanta gente, tanta gente na mão de tão pouco!” (RACIONAIS MCs, 1994). As palavras cantadas pelo grupo Racionais MCs, na música intitulada Voz Ativa, sintetizam a exclusão histórica vivenciada pelo negro no Brasil. Do trabalho escravo de outrora aos subempregos na atualidade, a população negra enfrentou e segue a enfrentar realidades marcadas pela falta de equidade social. Há um único caminho capaz de conduzir a um local equitativo e o direito de percorrê-lo é reivindicação atemporal da pauta negra: a educação.

Todavia, esse direito, apesar de ser constitucional, é negado através de processos de exclusão travestidos em diferentes roupagens, de forma que, perante olhares superficiais. Uma dessas roupagens é a omissão da contribuição das comunidades remanescentes de quilombos nos registros municipais, o que reflete não apenas um problema de invisibilidade, mas também uma negação da diversidade étnica.

Essa invisibilidade se estende a outros campos, como a literatura, a arte e a ciência, onde muitas contribuições negras ainda são sub-representadas ou ignoradas e até mesmo na história da Revolução Farroupilha, pois pouco ou nada se fala sobre os lanceiros Negros. É fundamental, portanto, promover a revisão crítica dos currículos escolares e das narrativas culturais para incorporar de forma mais completa e precisa a história e a cultura negra, a começar pelos históricos dos municípios, possibilitando, assim, a decolonização da escola.

Outra roupagem da exclusão racial é a desconsideração dos motivos que colocam a população de origem quilombola nos maiores índices de pobreza do país. Esse fenômeno é resultado de uma combinação de fatores históricos, econômicos, sociais e culturais que têm afetado de maneira desproporcional as comunidades negras ao longo dos séculos e deixou cicatrizes profundas, contribuindo para a perpetuação da pobreza em muitas comunidades afrodescendentes. A abolição da escravatura, em 1888, não foi acompanhada por políticas efetivas de inclusão e reparação, o que deixou uma grande parcela da população negra em situação de vulnerabilidade econômica.

Essa herança vem se perpetuando ao longo dos tempos e permeia o contexto

atual, sendo resultado e, simultaneamente, resultante da falta de acesso à educação de qualidade. Assim, a pobreza negra não é apenas uma questão de renda, mas também de oportunidades e acesso a recursos. As desigualdades raciais no acesso à educação de qualidade, por exemplo, contribuem para um ciclo de desvantagem, onde as crianças negras têm menos chances de alcançar um nível educacional que lhes permita escapar da pobreza.

A Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões enquadra-se nessa realidade de baixa escolaridade e, conseqüentemente, altos índices de precarização do trabalho. A demarcação e posse territorial proporcionaram à Senhora Erocilda e a seus descendentes a oportunidade de saírem de uma situação de extrema pobreza, marcada pela falta de moradia e até mesmo de alimentação suficiente, conforme relatos orais e também registros do Relatório Antropológico (Anjos, 2009) que embasou as decisões do INCRA, porém ainda há muito a ser reivindicado para que a comunidade possa apresentar diferentes indicadores quanto à educação que, apesar de todo o incentivo das famílias, é caracterizada pela evasão na educação básica e nenhum membro com formação superior.

As cotas raciais nas universidades representam uma política pública importante para mitigar a desigualdade de oportunidades educacionais. No entanto, é fundamental destacar que as cotas são apenas um dos elementos necessários para enfrentar esse problema. É preciso também investir na melhoria da qualidade da educação básica, especialmente nas áreas mais vulneráveis, de modo a preparar os alunos, independentemente de sua origem étnica, para o ingresso e o sucesso no ensino superior.

A escassa produção acadêmica sobre a temática da evasão escolar quilombola na educação básica denota que esta problemática precisa ser investigada. São centenas os estudos sobre o negro no ensino superior, mas é necessário olhar para a raiz do problema, que está nas séries finais do ensino fundamental e aprofunda-se durante o ensino médio.

A evasão escolar na educação básica dos alunos provenientes da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões é uma preocupação que deve ser abordada com urgência. As vozes de professores e gestores do município de Jacuizinho, registradas através de questionários, somadas

às vozes de integrantes da comunidade, ouvidas in loco e registradas na íntegra apontam para questões que permeiam o contexto de evasão.

A primeira dicotomia trata-se das visões docentes acerca da evasão e das narrativas da comunidade. Conforme registrado, há a ideia de que a escolarização é pouco incentivada na comunidade, prevalecendo a questão trabalhista. Porém, desde a fala da matriarca até a fala de seus bisnetos, evidencia-se que o incentivo à educação escolar está presente desde que os filhos da Senhora Erocilda eram crianças: mesmo com toda a precariedade que enfrentavam, frequentaram a escola até a quarta série, que era a última série ofertada. Não deram sequência aos estudos devido a não haver a oferta nas proximidades da comunidade, tampouco transporte escolar para o deslocamento.

A questão do transporte continuou sendo parte da problemática durante décadas e, até mesmo recentemente, ainda configurava um empecilho. A má conservação da estrada de acesso à comunidade dificultava o acesso do ônibus, que estragava com frequência e atolava nos dias de chuva. Assim, muitas vezes não havia como os alunos se deslocarem até as escolas da cidade. Atualmente, esse problema foi minimizado e são poucas as ocorrências de falta de veículo de deslocamento.

O diálogo sobre o deslocamento revelou outros aspectos que contribuem para a evasão escolar. Há a oferta das séries iniciais na Escola Municipal de Ensino Fundamental Tomaz Antônio Gonzaga, localizada nas proximidades da comunidade quilombola e que, inclusive, recebe verba diferenciada para a merenda escolar por atender aos estudantes quilombolas. Contudo, por não ter a oferta das séries finais do ensino fundamental, os alunos se deslocam até a cidade, para cursarem até o nono ano na Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonel de Moura Brizola e, para cursarem o ensino médio, matriculam-se na Escola Estadual de Ensino Médio Menino Jesus. Nesta transição, várias são as mudanças, mas há um ponto em comum: apesar de terem estudantes quilombolas, nenhuma destas escolas oferta a Educação Escolar Quilombola.

O trabalho sobre a cultura negra desenvolvido em novembro, alusivo ao Dia da Consciência Negra, é válido e valioso, porém é insuficiente no que tange ao fortalecimento identitário dos estudantes quilombolas. É preciso que as Diretrizes Nacionais Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola e a Lei Nº

10.639/2.003 sejam aporte básico a ser utilizado na elaboração do Projeto Político-pedagógico dessas escolas de maneira que o trabalho pedagógico supere a visão eurocêntrica, inclusive sobre os aspectos relacionados ao povo negro, e desenvolva uma pedagogia comprometida com a realidade local.

Nesse processo de re-elaboração desse importante documento, é imprescindível que a Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões seja ouvida e que isso ocorra, preferencialmente, dentro da localidade. Construir uma pedagogia quilombola somente é possível se os principais construtores forem os próprios quilombolas, afinal, ninguém melhor do que eles para falar sobre suas necessidades e perspectivas de vida, o que é a base de uma educação voltada à realidade dos educandos.

Necessário destacar que o fato da inadequação dos documentos norteadores das escolas não representa negligência dos educadores, mas sim o resultado de uma formação acadêmica deficitária quanto ao preparo para trabalhar permanentemente de forma plural e com um viés antirracista e de valorização da cultura afrobrasileira. Acrescenta-se o fato de que não há professores quilombolas no município, o que poderia representar uma possibilidade de desenvolvimento de uma pedagogia quilombola.

Entretanto, apesar destas ponderações, é inegável que, estando a Lei Nº 10.639/2003 sancionada há duas décadas, há um certo atraso do município de Jacuizinho em regularizar o cumprimento dos dispositivos legais que preveem a abordagem dos aspectos culturais da comunidade quilombola. Nesse sentido, a realização de uma reunião para reelaboração dos Projeto Político-pedagógicos foi um passo importante para que a Educação Escolar Quilombola deixe de ser contemplada apenas no mês da consciência negra.

Tão importante quanto a reunião, foi o caminho percorrido até chegar a ela. Foram diversos momentos de diálogo com a supervisão escolar municipal, durante os quais conversou-se sobre a evasão escolar dos estudantes da comunidade de Rincão dos Caixões, sobre a caracterização desse público e também sobre a importância da realização de ações do poder público com vistas a monitorar a situação escolar destes estudantes e elaborar estratégias de combate à desistência de estudar.

Um aspecto a destacar é que, nesse percurso, houve o entendimento de que

esta pesquisa não objetiva apontar culpados pela evasão, visto que não há um único responsável, mas sim uma somatória de fatores que vêm se perpetuando ao longo da história tanto da formação da comunidade quanto da diáspora africana em termos gerais. Os primeiros diálogos foram marcados por uma certa apreensão dos professores e gestores, mas, gradativamente, foi sendo construído um vínculo de confiança através da percepção de que o olhar da pesquisadora voltava-se à mesma direção dos seus olhares: tornar o processo educativo cada vez mais útil à emancipação dos sujeitos.

Já o diálogo com os membros da comunidade quilombola foi bastante fluido desde o início e evidenciou o quanto comunidade gosta de ser ouvida e o quanto tem a dizer sobre suas vivências. As visitas foram momentos valiosos durante os quais, sempre em círculos, eram lembradas histórias tristes e felizes das pessoas que residem ou que já residiram nas terras demarcadas.

O hábito de sentarem-se circularmente e reviverem o passado através dos registros orais mostra o quão forte é o cultivo dos hábitos dos ancestrais pelos integrantes da comunidade. Tal fato aponta que a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, é um marco importante, mas sua implementação efetiva requer um esforço contínuo por parte das instituições educacionais. Isso inclui a capacitação de professores, a produção de materiais didáticos adequados e a promoção de uma abordagem interdisciplinar que permita aos alunos compreenderem a influência da cultura negra em diversos aspectos da sociedade brasileira.

Um mecanismo de valorização cultural é a dança, que desempenha um papel fundamental na construção da identidade negra, permitindo a expressão de sentimentos, tradições e histórias por meio do movimento. Além disso, a dança é uma forma poderosa de combater estereótipos e preconceitos, promovendo a diversidade e a inclusão. Portanto, investir em programas de educação e preservação das tradições de dança afro-brasileira pode contribuir significativamente para a valorização da cultura negra e o fortalecimento da autoestima das comunidades afrodescendentes.

As referências ao grupo Pérola Negra permitem insights do quão importante ele foi para a comunidade no que se refere ao orgulho de assumir-se negro, quilombola, e, assim, fortalecer a construção identitária. Logo, a reativação do grupo

poderia contribuir para que houvesse uma sequência neste processo de fortalecimento da identidade negra. A capoeira, também mencionada nos relatos, configuraria, neste sentido, mais uma opção de valorização das práticas historicamente construídas e preservadas pela população negra.

O término do grupo, que começou a perder integrantes devido ao fato das meninas casarem, terem filhos e assumirem outros compromissos é outro apontamento a ser considerado: a maternidade precoce. Ao mesmo tempo em que as meninas deixavam de dançar no grupo, deixavam também de frequentar a escola. Todas as meninas da comunidade de Rincão dos Caixões que não concluíram o ensino fundamental engravidaram e casaram durante esta etapa educacional. As meninas que evadiram durante o ensino médio foi em virtude de saírem da comunidade para trabalhar. Vê-se, nesse ponto, uma diferenciação entre comportamentos: quanto maior a escolarização (ainda que ligeiramente superior), menor o índice de gravidez.

Em suma, a escassez de recursos - que conduz ao trabalho já na adolescência, a discriminação racial (mesmo que, muitas vezes, velada), a falta de conexão entre educação e cultura quilombola e a gravidez/casamento precoce emergem como as principais causas da evasão escolar na Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões. Logo, é prioritário que haja um olhar específico por parte do poder público municipal a estes fatores. A implementação de políticas de apoio psicossocial e programas de mentoria podem ser crucial para garantir que os alunos negros concluam sua educação básica e estejam preparados para seguir em frente em suas trajetórias educacionais.

A última intervenção desta pesquisa, realizada através de uma roda de conversa com todos os estudantes provenientes da comunidade quilombola, descortinou o quão frágil é o vínculo entre eles e o universo escolar. A vontade de estudar duela permanentemente com a vontade de trabalhar e a crença na própria capacidade, por sua vez, duela com a falta de exemplos de êxito escolar na comunidade a serem seguidos. Talvez quando o primeiro estudante quilombola - ou a primeira estudante quilombola - chegar ao ensino superior e concluí-lo, haverá representatividade capaz de romper definitivamente com o ciclo de evasão.

O presente estudo, portanto, atingiu seus objetivos. Contudo, as ações interventivas não podem cessar mediante o ponto final deste texto. Elas precisam

ser permanentes, objetivas e realizadas através do entrelaçar de diferentes segmentos. Um projeto de extensão universitária para acompanhamento dos estudantes quilombolas certamente seria de grande valia e a realização de fóruns de educação escolar quilombola poderia favorecer a construção de elos e a formação de uma corrente capaz de sustentar os passos dos estudantes quilombolas durante a escalada rumo ao ensino superior/ técnico.

Assim, esta pesquisa, iniciada em meio à pandemia da Covid-19, momento que impossibilitava a proximidade humana, encerra-se, por ora, marcada pela interseccionalidade de vozes e de visões. Mais do que narrar o passado e o presente, espera-se que ela possa ser um potente instrumento rumo à escrita do futuro.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, José Carlos de. **Cadernos negros 9**. (Org. Quilombhoje). São Paulo: Edição dos Autores, 1986. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/literafr/autores/285-jamu-minka>
- ANDRADE, José Carlos de. **Cadernos negros 23**: poemas afro-brasileiros. (Org. Esmeralda Ribeiro e Márcio Barbosa). São Paulo: Quilombhoje: Editora Anita, 2000.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos. **Relatório sócio, histórico e antropológico da Comunidade Quilombola Rincão dos Caixões** - Jacuizinho - RS. UFRGS: Porto Alegre, 2009.
- ARRUTI, J. M. P. A. **Etnografia e história no Mocambo**: notas sobre uma „situação de perícia“. In: LEITE, I. B. (Org.). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER/ABA, 2005. p. 113-136. Disponível em: https://www.academia.edu/86720152/Etnografia_Dos_Laudos_Antropol%C3%B3gicos_De_Reconhecimento_Territorial_Quilombola . Acesso em: 19 mar. 2023.
- AZEVEDO, Samandra Paz. **A cultura delas**: estudo etnográfico sobre a perspectiva de meninas e mulheres quilombolas acerca de conceitos de cultura e identidade negra vinculados a aulas de dança afro. UFRGS, Porto Alegre, 2015. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132367/000983541.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- BONTEMPO, Aline; ALMEIDA, Ana Lúcia. **A importância das matriarcas nos quilombos de Minas Gerais**. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 2, n. 1, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Universidade Aberta do Brasil (UAB). Disponível em: <https://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia/uab>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 1.331-A**, de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Côrte. Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1854, p. 45, v. 1.
- BRASIL. **Decreto nº 7.031-A**, de 6 de setembro de 1878. Coleção de Leis e Decretos. São Luís: Imprensa Oficial, 1957.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 8**, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2012. Seção 1, p. 26. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos/pdf/diretrizes-curriculares>. Acesso

em: 30 de julho de 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2020: Notas Estatísticas**. Brasília, DF: INEP, 2021. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2020/notas_estatisticas_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL. **Todos pela Educação. Anuário brasileiro da Educação Básica 2019**. São Paulo: Moderna, 2020. Disponível em https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf. Acesso em 01 de agosto de 2021.

BRASIL. **Sistema de Gestão da Bolsa Permanência - SISBP**. Disponível em <http://sisbp.mec.gov.br/primeiro-acesso>. Acesso em 20 de setembro de 2023

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional: a branquitude acadêmica**: Editora Apris, São Paulo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 7, n. 12, p. 171-188, 2002.

DEWEY, John. **Democracia e educação: capítulos essenciais**. Tradução Roberto Cavallari Filho. São Paulo: Ática, 2007.

DIONNE, H. **A pesquisa-ação para o Desenvolvimento Local**. Brasília-DF: Líber, 2007.

EVARISTO, Conceição. **Poemas de recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. SP: Editora Difusão Europeia do Livro, 1972.

FERREIRA, Kelly Cristiane Silva. **Educação quilombola e a superação de desigualdades educacionais**. Universidade Federal de Ouro Preto, 2018.

FONSECA, MARCUS V.; SILVA, CAROLINA M. N.; FERNANDES, ALEXSANDRA B. **Relações étnico-raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FONTGALLAND, Rebeca C.; MOREIRA, Virgínea. **Da empatia à compreensão empática: evolução do conceito no pensamento de Carl Rogers**. Memorandum: Memória E História Em Psicologia, 23, 32–56. Belo Horizonte, UFMG, 2012. Disponível em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6554>

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar de Negro**. São Paulo, Zahar, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. PNAD Educação 2019. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101736>. Acesso em 01 de agosto de 2021.

JORNAL VISÃO REGIONAL. **Fortaleza dos Valos sedia 5º Encontro das Comunidades Quilombolas**. 22 de novembro de 2017. Disponível em https://jornalvr.com.br/noticia/fortaleza-dos-valos-sedia-5o-encontro-de-comunidades-quilombolas/https://docs.google.com/document/d/13xhndaOvhz6vcomRiEIFj__5gPKsF9914dE7XSnNApo/edit?usp=sharing. Acesso em 21 de setembro de 2023.

LAKATOS, E. M. (2003). **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LEITE, Ilka Boaventura (org). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **A Escola e o Conhecimento: Fundamentos Epistemológicos e Políticos**. 1999.

LIMA, J. T. R. et al. (2017). **Gravidez na adolescência em comunidades quilombolas no Maranhão, Brasil**. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, 39(7), 345-351.

LIMEIRA, José Carlos. **Negras intenções**. 2003. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/28-critica-de-autores-masculinos/296-a-resistencia-dos-quilombos-na-poesia-de-jose-carlos-limeira-critica>. Acesso em 01 de fevereiro de 2023.

LIMEIRA, José Carlos. **Antologia de poesia do negro**. 2011. Disponível em <https://lusoleituras.wordpress.com/2011/06/01/antologia-de-poesia-do-negro/>. Acesso em

MARQUES, V. R. B. **A escola no contexto quilombola: da exclusão à educação**

afirmativa. Editora Unijuí, 2011.

MEDEIROS, M., & SOUZA, P. (2015). **Desigualdades sociais e econômicas no Brasil**. Elsevier Brasil.

MEIRELES, Bia. **Raízes de gastronomia afro-brasileira**. São PAULO: PUC, 2021. Disponível em <http://www.pastoraluniversitaria.puc-rio.br/2021/11/30/raizes-da-gastronomia-afro-brasileira/>. Acesso em 03 de setembro de 2023.

MENEZES, Lívia. **A construção da identidade negra pela dança afro**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 15, n. 1, jan./abr. 2015, p. 155-174. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbhe/v15n1/1414-3518-rbhe-15-01-00155.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.

MIRA, Rosenilde dos Santos; PINTO, Jacyguara Costa. **Evasão escolar na escola Quilombola**: principais fatores nos anos finais do ensino fundamental. REBENA Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem ISSN 2764 - 1368 Volume 5, 2023, p. 121 -135. Disponível em <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/80/73> . Acesso em 13 de agosto de 2023.

MISSIATO, Leandro Aparecido Fonseca. **Memoricídio das populações negras no Brasil**: atuação das políticas coloniais do esquecimento. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.13, n.24, Jan/Jul.2021 – ISSN- 2177-4129 periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise de Conteúdo. In: MITTMANN, R.; MORAES, R. (Orgs.). **Análise de dados em pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 141-162.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.

NAIDITCH, Fernando. **Pesquisa - ação**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

NASCIMENTO, Abdias. **Axés do sangue e da esperança**. 1980. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/literafro/11-textos-dos-autores/458-abdias-nascimento-olhando-no-espelho>

NASCIMENTO, Ana Paula. **Narrativas autobiográficas e construção identitária em comunidades quilombolas**: reflexões teórico-metodológicas. Revista Eletrônica de Educação, v. 10, n. 2, p. 84-98, 2016.

OLIVEIRA, Luana. **O papel das matriarcas nas comunidades quilombolas**. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, v. 14, n. 546, Porto Alegre: UNISINOS, 2016.

OLIVERI, A. M. R.; COUTRIM, R. M. da E.; NUNES, C. M. F. **Como se forma o professor pesquisador?** Primeiras aproximações a partir de um estudo de caso.

Educação em Perspectiva, v. 1, n. 2, p. 293-311, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/61/34>>. Acesso em: 03 de junho de 2023

PALHARES, Isabela. **Negros são 71,7% dos jovens que abandonam a escola no Brasil**. Folha de São Paulo. 15 jul. 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/negros-sao-717-dos-jovens-que-abandonam-a-escola-no-brasil.shtml>. Acesso em 30 de março de 2023

PALMEIRO, Ariadne Pacheco. **A capoeira como identidade cultural**. Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Educação Física, UFPR. Paraná, 1997. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/>. Acesso em 02 de março de 2023.

PEREIRA. EDIMILSON DE ALMEIDA. **Malungos na escola**: questões sobre culturas afrodescendentes e educação. São Paulo: Paulinas, 2007.

PINTO, Angélica da Silva. **Da Educação Quilombola a uma Pedagogia Quilombola**: desafios no horizonte da educação popular. FURG, Porto Alegre, 2018.

PREFEITURA DE PASSO FUNDO. **Rede de Apoio à Escola**. Disponível em <https://www.pmpf.rs.gov.br/educacao/rae-rede-de-apoio-a-escola/>. Acesso em 12 de setembro de 2023.

RACIONAIS MCs. **Voz Ativa**. Rio de Janeiro: Zimbabue Records, 1994.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**: Primavera para as Rosas Negras. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

REPULHO, R. **Transporte escolar**: um fator determinante para o acesso e a permanência dos alunos na escola. Brasil: Revista FT, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **Identidades negras e práticas de resistência**. Selo Negro Edições. 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. Disponível em <https://www.sindjorce.org.br/wp-content/uploads/2019/10/RIBEIRO-D.-O-que-e-lugar-de-fala.pdf>. Acesso em 12 de setembro de 2023.

RIBEIRO, Marcelo Macedo. **Os quilombos na história do Brasil**: resistência, identidade e memória. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 70, p. 11-24, 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Socioeconômico**. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/comunidades-quilombolas>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Matrizes de Referência 2023**. Disponível em <https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202302/17162503-matrizes-de-referencia-2023.pdf>. Acesso em 23 de agosto de 2023.

ROCHA, Liliane. **Racismo sutil pode afetar saúde mental do negro**. UOL, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/06/23/racismo-sutil-pode-afetar-saude-mental-do-negro-saiba-como.htm>.

RÖWER, Joseph; CUNHA, Jorge Luiz. da; PASSEGGI, M. da C. F. B. S. **Por uma Sociologia da Suspensão**: da recursividade entre concepções e práticas. Revista Em Tese, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 17-45, 2015.

SANTOS, Edilene Coffaci de Lima. **Estereótipos de Quilombolas**: Uma Análise a Partir das Imagens Veiculadas na Internet. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, n. 10, p. 53-71, 2016.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. **Etnicidade e religiosidade da comunidade quilombola de Olaria, em Irapá (BA)**. PUC, Revista Nures no 13 – Setembro/Dezembro 2009 . Disponível em <http://www.pucsp.br/revistanures>. Acesso em 25 de março de 2023.

SANTOS, R. E. **O quilombo na cidade**: territorialidades negras e novas práticas políticas. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

SAVIANI, Demerval. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**. Campinas: Autores Associados, 2014.

SILVA, A. B. **A ideologia Castilhanismo/Borgismo no Rio Grande do Sul**. Revista de História Regional, 20(1), 57-70. Porto Alegre: Edipuc, 2015.

SILVA, Ana Cláudia de Oliveira. **Dança afro**: identidade negra em movimento. Revista África e Africanidades, n. 11, 2018, p. 53-70. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com.br/index.php/reaa/article/view/519>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SILVA, Ana Claudia de Oliveira. **A representação do negro na política brasileira**. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, n. 40, p.25, 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-representacao-do-negro-na-politica-brasileira/>. Acesso em 01 de agosto de 2021.

SILVA, Gilberto F. da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos C. (ORG). **RS negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUC, 2010.

SILVA, Jovânia Marques de Oliveira. **Quilombos do Brasil**: lutas, conquistas e desafios. São Paulo: XPTO, 2017.

SILVA, Jovânia Marques de Oliveira e. **Significado da gravidez para adolescente quilombola**: um olhar etnográfico da enfermagem. Tese de Doutorado. UFBA – Salvador, 2012. Disponível em https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11060/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Enf_Jov

%C3%A2nia%20de%20Oliveira%20e%20Silva.pdf

SILVA, Rosangela Ferreira da. **Educação escolar quilombola**: desafios para a inclusão e a permanência dos estudantes na escola. In: SOUZA, Valéria Aparecida Garcia de; SILVA, Rosangela Ferreira da. (Org.). Educação escolar quilombola: questões teórico-metodológicas e políticas públicas. Ponta Grossa: Atena Editora, 2017. p. 23-39.

SILVA, Rubens Dornelles. **O currículo e o ensino religioso na BNCC**. Ciências das Religiões: uma análise transdisciplinar - Volume 2. PUC, Minas Gerais. Disponível em <https://downloads.editoracientifica.org/articles/210304024.pdf>

SOUZA, Carmem L. Ferreira.; ANTUNES, Lauren. B.; NUNES, Giorgina. **Evasão escolar em comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Identidade v.18 n. 3, ed. esp. | p. 387-392 | dez. 2013. Disponível em <http://periodicos.est.edu.br/identidade>. Acesso em 02 de agosto de 2021.

THEODORO, Mário (org.), JACCOUD, Luciana, OSÓRIO, Rafael, SOARES, Sergei. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1998. (Coleção Temas Básicos de Pesquisa-Ação).

TRIVIÑOS, Augusto. N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Isabela. IBGE: **Negros são três quartos da população mais pobre**. Agência Brasil, 2016. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/ibge-negros-sao-17-dos-mais-ricos-e-tres-quartos-da-populacao-mais-pobre>. Acesso em 22 de outubro de 2021.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE
EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - PROFESSORES

Título do estudo: Evasão escolar na Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões (Jacuizinho - RS): uma análise interseccional dos fatores causais e possíveis estratégias de enfrentamento

Pesquisador responsável: Gisele da Rocha

Instituição/Departamento: Pós-Graduação em Educação

Telefone e endereço postal completo: AV. Roraima. Nº 1000. Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria - RS - CEP: 97105-900.

Local da produção de dados: Jacuizinho - RS

Nós, Prof^o. Dr. Jorge Luiz da Cunha e Gisele da Rocha, responsáveis pela pesquisa “Evasão escolar na Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões (Jacuizinho - RS): fatores causais e possíveis estratégias de enfrentamento”, convidamos você a participar como voluntário deste estudo. Esta pesquisa pretende analisar as causas da evasão escolar dos estudantes da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões e, a partir disso, buscar identificar possíveis estratégias de enfrentamento à problemática. Acredita-se que essa pesquisa seja relevante para contribuir com a melhoria nos índices de estudantes quilombolas concluintes da educação básica. Para sua realização, serão feitas perguntas, por intermédio de um questionário, relacionadas às práticas pedagógicas desenvolvidas e sua participação constará em responder a tais questionamentos. Poderão acontecer, ou não, os seguintes desconfortos ou riscos: inquietações e reflexões. Durante todo o período da pesquisa, você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores. Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão. As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
MARIA CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO**



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - GESTORES

Título do estudo: Evasão escolar na Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões (Jacuizinho - RS): uma análise interseccional dos fatores causais e possíveis estratégias de enfrentamento

Pesquisador responsável: Gisele da Rocha

Instituição/Departamento: Pós-Graduação em Educação

Telefone e endereço postal completo: AV. Roraima. Nº 1000. Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria - RS - CEP: 97105-900.

Local da produção de dados: Jacuizinho - RS

Nós, Prof^o. Dr. Jorge Luiz da Cunha e Gisele da Rocha, responsáveis pela pesquisa “Evasão escolar na Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões (Jacuizinho - RS): fatores causais e possíveis estratégias de enfrentamento”, convidamos você a participar como voluntário deste estudo. Esta pesquisa pretende analisar as causas da evasão escolar dos estudantes da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões e, a partir disso, buscar identificar possíveis estratégias de enfrentamento à problemática. Acredita-se que essa pesquisa seja relevante para contribuir com a melhoria nos índices de estudantes quilombolas concluintes da educação básica. Para sua realização, serão feitas perguntas, por intermédio de um questionário, relacionadas às estratégias de acompanhamento da educação escolar quilombola desenvolvidas no município e sua participação constará em responder a tais questionamentos. Poderão acontecer, ou não, os seguintes desconfortos ou riscos: inquietações e reflexões. Durante todo o período da pesquisa, você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores. Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão. As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - COMUNIDADE
REMANESCENTE DE QUILOMBO DE RINCÃO DOS CAIXÕES**

Título do estudo: Evasão escolar na Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões (Jacuizinho - RS): uma análise interseccional dos fatores causais e possíveis estratégias de enfrentamento

Pesquisador responsável: Gisele da Rocha

Instituição/Departamento: Pós-Graduação em Educação

Telefone e endereço postal completo: AV. Roraima. Nº 1000. Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria - RS - CEP: 97105-900.

Local da produção de dados: Jacuizinho - RS

Nós, Prof^o. Dr. Jorge Luiz da Cunha e Gisele da Rocha, responsáveis pela pesquisa “Evasão escolar na Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões (Jacuizinho - RS): fatores causais e possíveis estratégias de enfrentamento”, convidamos você a participar como voluntário deste estudo. Esta pesquisa pretende analisar as causas da evasão escolar dos estudantes da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões e, a partir disso, buscar identificar possíveis estratégias de enfrentamento à problemática. Acredita-se que essa pesquisa seja relevante para contribuir com a melhoria nos índices de estudantes quilombolas concluintes da educação básica. Para sua realização, serão realizados diálogos, os quais terão fragmentos transcritos sem alterações, e sua participação é através da narração de suas vivências. Poderão acontecer, ou não, os seguintes desconfortos ou riscos: inquietações e reflexões. Durante todo o período da pesquisa, você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores. Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão. As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

AUTORIZAÇÃO

Eu,___, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e após ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas sobre a pesquisa **Evasão escolar na Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões (Jacuizinho - RS): uma análise interseccional dos fatores causais e possíveis estratégias de enfrentamento**, estou suficientemente informado, ficando claro que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade, bem como de esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Santa Maria, ___ de ___ de 2023.

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM**

Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e após ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado e autorizo a veiculação de minha imagem na pesquisa intitulada “Evasão escolar na Comunidade Remanescente e Quilombo de Rincão dos Caixões (Jacuizinho - RS): fatores causais e possíveis estratégias de enfrentamento.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção da autorização

Santa Maria, ____ de ____ de 2023.

ANEXO C – INSTRUMENTO DE PRODUÇÃO DE DADOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO**

**QUESTIONÁRIO - PROFESSORES**

- 1) O que você entende por relações étnico-raciais e qual a importância delas para o sucesso escolar dos estudantes?
- 2) O que você sabe sobre Educação Escolar Quilombola?
- 3) Com quantos alunos quilombolas você trabalhou em 2021? (Especifique se são do EF ou EM)
- 4) Você já pensou sobre a evasão dos estudantes quilombolas no município de Jacuizinho? Se sim, a que conclusão chegou?
- 5) Considerando suas vivências no ambiente escolar, em sua visão, há discriminação racial em seu local de trabalho? Se sim, caso você deseje, conte um episódio e como foi o desfecho (se a situação foi resolvida, como foi resolvida, se continua acontecendo...)
- 6) Quais metodologias/recursos você adota em sua prática docente para promover a valorização cultural da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE
EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**QUESTIONÁRIO - GESTORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO**

1. Qual a percepção da Secretaria sobre a Educação Escolar Quilombola?
2. A Secretaria de Educação tem a percepção de que são altos, no decorrer da última década, os índices de evasão escolar na Comunidade quilombola? Ao longo dos anos, há registro de alguma ação de enfrentamento a essa problemática?
3. Em 2023, há meninos quilombolas no Ensino Médio. A Secretaria está fazendo algum tipo de acompanhamento com vistas a incentivar a permanência até a conclusão da Educação Básica, visto que, até o momento, nenhum menino da Comunidade Remanescente e Quilombo de Rincão dos Caixões concluiu essa etapa? Comente.
4. No decorrer da pesquisa, houve a constatação de que o registro da EMEF Tomás Antônio Gonzaga é como escola quilombola. O que a Secretaria está fazendo ou pretende fazer para contemplar tal particularidade?